



THAÍS MESQUITA FAVORETTO

**MÁQUINAS DE EMPOBRECIMENTO: IMPACTOS DA
MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA SOBRE TRABALHADORES
CANAVIEIROS EM BARRINHA - SP**

CAMPINAS
2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Thaís Mesquita Favoretto

**MÁQUINAS DE EMPOBRECIMENTO: IMPACTOS DA
MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA SOBRE TRABALHADORES
CANAVIEIROS EM BARRINHA - SP**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção
do Título de Mestra em Sociologia.

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

F279m Favoretto, Thaís Mesquita, 1985-
Máquinas de empobrecimento : impactos da mecanização do corte da cana sobre trabalhadores canavieiros em Barrinha-SP / Thaís Mesquita Favoretto. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Agroindústria canavieira. 2. Trabalhadores da agroindústria canavieira - Barrinha (SP). 3. Mecanização agrícola. 4. Relações trabalhistas. 5. Mobilidade ocupacional. I. Lourenço, Fernando Antonio, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Impoverishment machines : impacts of the mechanization of sugarcane harvest over sugarcane workers in Barrinha-SP

Palavras-chave em inglês:

Sugarcane agribusiness
Sugarcane agribusiness workers
Agricultural mechanization
Labor relations
Occupational mobility

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestra em Sociologia

Banca examinadora:

Fernando Antonio Lourenço [Orientador]
Rosana Aparecida Baeninger
Marilda Aparecida de Menezes

Data de defesa: 24-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 24 de fevereiro de 2014, considerou a candidata THAÍS MESQUITA FAVORETTO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Fernando", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Rosana", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "Marilda", is written over a horizontal line.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a análise das implicações da mecanização do corte da cana-de-açúcar para trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais paulistas, principalmente quanto ao processo e às relações de trabalho. A recente intensificação da mecanização do corte da cana, ao mesmo tempo em que reduz postos de trabalho, representa piora no processo de trabalho do corte manual. Em entrevistas realizadas junto a trabalhadores da agroindústriacanavieira residentes no município de Barrinha-SP, situado na região de Ribeirão Preto, procuramos reconstituir suas histórias de vida e representações acerca desse processo. Buscou-se também mapear as mobilidades espaciais e ocupacionais desses trabalhadores, tendo em vista apontar as tendências desses deslocamentos e seus significados.

Palavras chave: agroindústria canavieira, trabalhadores da agroindústria canavieira, mecanização agrícola, relações trabalhistas, mobilidade ocupacional.

ABSTRACT

This research aims to analyze the implications of the mechanization of sugarcane harvest for workers in the São Paulo sugarcane fields, especially regarding the process and labor relations. The recent intensification of the mechanization process of the sugar cane harvest, while reducing jobs, is worsening the working process of manual harvest. In interviews with the workers of sugarcane agribusiness residents in the city of Barrinha-SP, in the region of Ribeirão Preto, we tried to reconstruct their life stories and representations of this process. We attempted to also map the spatial and occupational mobility of these workers, in order to point out the trends of these dislocations and their meanings.

Key words: sugarcane agribusiness, sugarcane agribusiness workers, agricultural mechanization, labor relations, occupational mobility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
 CAPÍTULO 1 – Agroindústria canavieira paulista: transformações técnicas e exploração do trabalho nos canaviais.....	17
1.1 – A expansão da agroindústria canavieira paulista	17
1.2 – Transformações técnicas e o trabalho nos canaviais: a mecanização do corte da cana-de-açúcar.....	25
1.3 – Impactos da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores dos canaviais.....	37
 CAPÍTULO 2 – Trabalhadores e trabalhadoras nos canaviais paulistas: histórias de exploração e resistência.....	49
2.1 – A expansão da agroindústria canavieira na Região de Ribeirão Preto.....	49
2.2 – Histórias do eito: condições de vida e trabalho nos canaviais.....	54
2.3 – Os múltiplos significados das migrações aos canaviais paulistas.....	62
2.4 – As condições atuais de trabalho no corte manual da cana em São Paulo.....	71
 CAPÍTULO 3 – Implicações da mecanização do corte da cana-de-açúcar para trabalhadores e trabalhadoras de Barrinha - SP.....	85
3.1 – A piora do processo de trabalho no eito.....	86
3.2 – Descarte: redução de postos no corte manual da cana e suas implicações.....	90
3.3 – Mobilidades: trajetórias ocupacionais após o corte manual da cana.....	100
 CONCLUSÕES.....	117
 BIBLIOGRAFIA.....	125

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador e mestre Fernando Lourenço por me conduzir nos caminhos da Sociologia com paciência e acalanto. Aprendi muito em suas aulas primorosas e em nossas conversas sobre a pesquisa. Seu esmero em tudo o que faz é inspirador.

À Nashieli Loera e à Rosana Baeninger agradeço pela leitura cuidadosa do meu texto e pelas contribuições, fazendo da minha qualificação um momento de grande aprendizado. À Rosana, em especial, agradeço pelo constante estímulo ao meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

À Rosana Baeninger e à Marilda Aparecida de Menezes agradeço por aceitarem prontamente o convite para compor a minha banca de defesa. À Marilda, gostaria de agradecer especialmente pelas discussões em diversos espaços acadêmicos, levando-me a importantes reflexões sobre os caminhos da pesquisa.

À Irmã Teresinha, da Pastoral do Migrante de Guariba-SP, agradeço pelo acolhimento e pela ajuda para adentrar o campo, me acompanhando em visitas aos trabalhadores migrantes. Agradeço, também, às demais pessoas que me ajudaram a desenvolver o trabalho de campo.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras que colaboraram com a pesquisa, especialmente, agradeço pela confiança e pelo aprendizado, ao compartilharem comigo suas histórias de vida, fundamento dessa Dissertação.

Agradeço à minha mãe, Maria Eugenia, e ao meu pai, Jorge, pelo carinho incondicional. À minha mãe agradeço também por todo apoio, assim como pela discussão e revisão de meus achados. À minha irmã, Samantha, agradeço pelo cuidado, sempre, e pelo estímulo e suporte para dar os primeiros passos no meu campo de pesquisa.

Ao Ricardo, agradeço por me mostrar o verdadeiro significado do companheirismo, compartilhando angústias e comemorando junto a mim cada conquista. O seu amor, demonstrado cotidianamente, faz a vida ganhar um pouco mais de sentido diante de tantas injustiças que permeiam a realidade.

Agradeço aos diversos amigos e colegas que de algum modo fizeram parte dessa pesquisa. Agradeço em especial a José Carlos, que me ajudou a construir o projeto, à Juliana Guanais, pela amizade e prontidão em compartilhar achados e caminhos, e à Lidiane Maciel, amiga sempre solícita, que me acompanhou nas primeiras idas a campo e se mostrou presente durante todo o desenvolvimento da dissertação.

À ONG Repórter Brasil, agradeço pela oportunidade de conhecer realidades tão diversas desse nosso país e por me permitir trabalhar em prol da dignidade e da liberdade de milhares de trabalhadores. Agradeço aos colegas de trabalho pelas discussões e vivências que de uma forma ou outra incidiram na pesquisa.

Agradeço também aos funcionários do IFCH que viabilizaram a pesquisa, especialmente à Cristina Faccioni.

Finalmente, agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo importante financiamento do primeiro ano dessa pesquisa.

“A cana boa era pras máquinas, a ruim era pra nós”

Mariana, trabalhadora rural de Barrinha-SP

“Qual a alquimia social por trás da transformação dessas invenções destinadas a poupar o trabalho humano em máquinas de empobrecimento?”

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa, II, A maldição de Adão, Paz e Terra, p. 30

“As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas da sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperismo”. MARX, K. O capital, volume I, tomo2, cap. XIII – Maquinaria e grande indústria, Nova Cultural, p. 55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto.....	51
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produtos da indústria sucroalcooleira – comparativa por área, produtividade e produção.....	2
Tabela 2 - Participação da colheita mecânica e manual no total da área colhida no Estado de São Paulo.....	35
Tabela 3 – Indicadores de área canavieira, produção sucroalcooleira e média mensal de pessoas ocupadas em empresas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo.....	37
Tabela 4 - Evolução da População do município de Barrinha – SP (1980-2010) em número de habitantes.....	53
Tabela 5 - São Paulo – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo – 1969-2005.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos trabalhadores entrevistados.....	7
Quadro 2 – Caracterização dos trabalhadores entrevistados no âmbito do “Observatório das Migrações em São Paulo”.....	9

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fases do cultivo de cana-de-açúcar e incorporação das transformações técnicas.....	26
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produtividade média (em toneladas por dia) do corte manual da cana.....	24
---	----

INTRODUÇÃO

A produção de cana-de-açúcar, que marca a história do Brasil desde os tempos da Colônia, sofreu uma série de transformações técnicas e de gestão nas últimas décadas. O grande volume de subsídios estatais oferecidos ao setor e a exploração de milhares de homens, mulheres e até mesmo de crianças trabalhadoras, tornou possível a expansão da agroindústria canavieira no país, que é atualmente um dos principais produtores de açúcar e etanol do mundo.

Nos canaviais, o corte manual da cana-de-açúcar tem sido apontado como uma das mais árduas atividades agrícolas. O desgaste físico gerado pelo trabalho no corte manual da cana é tanto que inclusive já levou trabalhadores à morte por exaustão (MORAES SILVA ET AL, 2006). As condições degradantes a que são submetidos esses trabalhadores e o aumento da produtividade exigida ao longo dos anos faz com que essa atividade seja uma das campeãs em libertações de trabalhadores em condições análogas à de escravo (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008).

Com anterior predominância na região Nordeste, o núcleo dinâmico da produção açucareira nacional, a partir da década de 1950, passou a ser o Estado de São Paulo (VEIGA FILHO, 1998). Isso foi possível devido à expansão anterior da cafeicultura, que estabeleceu o mercado de trabalho livre e a acumulação de capital, fatores fundamentais, na segunda metade do século XX, ao processo de constituição do complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista. A tabela a seguir mostra a atual supremacia paulista quanto à produção canavieira:

Tabela 1: Produtos da indústria sucroalcooleira – comparativo por área, produtividade e produção

UF	ÁREA (Em mil ha)	PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)	PRODUÇÃO (Em mil t)
SP	4.419,460	73.114	323.124,4
MG	721,860	74.200	53.562,0
GO	741,380	70.775	52.471,2
PR	608,380	67.250	40.913,6
MS	554,290	69.575	38.564,7

Fonte: CONAB - 2º Levantamento: Agosto de 2012

Como é possível observar na tabela, o Estado de São Paulo se destaca entre os estados produtores, sendo responsável por 51,82% da área plantada com cana-de-açúcar no país. Em relação à produção, São Paulo também se coloca muito à frente dos demais estados, apresentando um número em mil toneladas (323.124,4) seis vezes maior que o segundo maior estado produtor, Minas Gerais (53.562,0). No interior do Estado de São Paulo, é possível encontrar diferentes regiões produtoras de cana-de-açúcar, como Araçatuba, Araraquara, Catanduva, Jaú, Piracicaba, Vale no Paranapanema e Ribeirão Preto. Dentre elas, a região de Ribeirão Preto se destaca não apenas no estado, como no país, enquanto maior polo sucroalcooleiro.

Os trabalhadores que cortam cana na região de Ribeirão Preto são em grande parte migrantes, que deixam sua terra natal de forma definitiva ou temporária em busca de sua reprodução social. Muitos deles, de origem rural, sofreram processos de expropriação, com o avanço das relações capitalistas no campo sob o processo de modernização da agricultura (MARTINS, 1986). Tal processo se deu não apenas por meio da violência explícita como também por meio da violência velada, exercida por meio do uso do Direito (MORAES SILVA, 1999). A migração definitiva ou temporária, ao passo que significou

para alguns a reprodução social de seu modo de vida (GARCIA JR., 1989), para outros, foi a concretização do processo de proletarização (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

Originários principalmente de Minas Gerais e de alguns estados nordestinos, esses migrantes sofrem em São Paulo com condições precárias de moradia e diversas irregularidades nas condições de trabalho. Apesar da constatação de Basaldi (2010) quanto às melhorias nessas condições nos últimos anos, destacando-se a redução do trabalho infantil e aumento da formalização e dos benefícios trabalhistas, ainda há muito a ser feito para que as condições de trabalho deixem de ser degradantes. É importante destacar as mobilizações dos próprios trabalhadores e dos sindicatos, além do papel do Serviço Pastoral do Migrante, denunciando diversas situações, assim como do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos trabalhistas.

Nos anos recentes, os trabalhadores dos canaviais se deparam com um novo contexto: a intensificação da mecanização do corte da cana. Essa mecanização teve início na década de 1970, com a venda de colhedoras em escala comercial, no contexto de modernização do setor. Nos anos 1980, ela passou a ser adotada de forma mais expressiva mediante não apenas as melhorias técnicas das máquinas colhedoras, como também por se apresentarem enquanto forma de controle dos empresários do setor sobre os trabalhadores dos canaviais. A questão ambiental passa a ser outro forte determinante para a adoção da mecanização nos anos 1990, com as reivindicações da população em relação aos danos causados pela queima da palha da cana antes da colheita.

Atualmente, mediante leis e acordos que estabelecem prazos para o fim da queima da palha da cana, assim como da exigência de certificações internacionais relacionadas à produção do etanol, há um processo de intensificação da mecanização. As áreas de canaviais com colheita mecanizada passaram a ser mais extensas que aquelas onde o corte é realizado manualmente por trabalhadores. Nesse contexto, verifica-se o avanço considerável da mecanização em São Paulo: segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o índice de mecanização saltou de 34,2% na safra 2006/2007 para 65,2% na safra 2011/2012.

Essa intensificação da mecanização do corte da cana é responsável por dois principais movimentos: piora do processo de trabalho, com o aumento da produtividade exigida no corte manual da cana e precarização das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, redução de postos de trabalho nessa atividade. A presente dissertação, diante desse contexto, se propôs a analisar os impactos da mecanização do corte da cana sobre as condições de vida e trabalho de trabalhadores e trabalhadoras do setor residentes em Barrinha – SP, na região de Ribeirão Preto, partindo de suas representações acerca desse processo.

Metodologia

Para realizar a presente pesquisa, partimos da concepção de que é necessário compreender noções e conceitos sociológicos por meio do estudo destes em contextos históricos específicos. Nesse sentido, ressaltamos a importância do chamado estudo de caso por permitir confrontar, rever e instigar novas proposições teóricas. De acordo com VerenaStolcke:

Uma análise da forma particular assumida pelas relações de produção em circunstâncias históricas concretas é relevante para a compreensão histórica na medida em que ajuda a esclarecer a natureza da luta de classes. As formas do capitalismo não são determinadas pelas necessidades de acumulação de capital, como uma espécie de *deus ex machina*, mas, como se mostrou no caso específico das fazendas cafeeiras paulistas, pela forma específica da luta de classes por ela gerada (STOLCKE, 1986, p. 52).

Uma vez definido o estudo de caso, buscamos desenvolver o trabalho de campo segundo os princípios metodológicos da História Oral (FERREIRA ET AL, 2006). Sendo assim, esse trabalho compreende a realização de entrevistas de história de vida complementadas por atividades de observação registradas em um caderno de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas com agentes diversos, como representantes sindicais e da prefeitura do município de Barrinha - SP.

Para a realização das entrevistas com os trabalhadores rurais, elaboramos um roteiro que nos permite trabalhar com histórias de vida e que apresenta dimensões

temáticas. Ao optarmos por trabalhar com histórias de vida, buscamos investigar a *história dentro da história*¹, ou seja, entender as estratégias dos trabalhadores rurais enquanto experiências individuais incorporadas ao desenvolvimento histórico da sociedade.

Nesse sentido, é necessário compreender que os depoimentos coletados apresentam importantes elementos para pensar o grupo social ao qual pertencem esses sujeitos, mas não devem ser considerados típicos ou representativos no sentido estrito. Enquanto entrevistas aprofundadas, elas não visam produzir dados quantificados nem possuem a intenção de serem estatisticamente representativas. De outro modo, cada entrevista aprofundada se constitui em interação social que necessita uma análise rigorosa, tal como no caso exemplar dos depoimentos de um único interlocutor (Taso) analisados por Mintz (1984). Entendendo a entrevista como uma interação social diferente das habituais, como uma *relação social específica*², os processos de preparação e negociação da entrevista também foram cuidadosamente conduzidos.

Quanto à forma de análise dos depoimentos, buscamos compreender as questões apresentadas pelos trabalhadores entrevistados sem toma-las enquanto explicações da realidade ao pé da letra, mas compreendo-as em contextos específicos, tal qual propõe Pierre Bourdieu:

A tarefa primeira da sociologia é, talvez, a de reconstituir a totalidade a partir da qual se pode descobrir a unidade entre a consciência subjetiva que o indivíduo tem do sistema social e a estrutura objetiva desse sistema (BOURDIEU, 2006, p. 91).

¹Para um exemplo do uso dessa modalidade de entrevista ver: (MINTZ, 1984).

² BOURDIEU, Pierre. Compreender e Pós-escrito. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-736.

Procedimentos metodológicos

Uma vez definido o objeto de estudo, o primeiro desafio foi a definição do campo. Foi selecionada a região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, tendo em vista sua posição enquanto maior polo sucroalcooleiro do Brasil. Uma vez delimitada a região, havia a dúvida em relação à delimitação de entrevistas por usinas de cana-de-açúcar ou por um município. Após pesquisa e consulta a pesquisadores da área, foi selecionado o município de Barrinha - SP.

Com cerca de 30 mil habitantes, Barrinha faz fronteira com Ribeirão Preto e Sertãozinho, importantes municípios da região. Diferente destes, Barrinha não apresenta expressivo desenvolvimento econômico. Grande parte de sua população trabalha em municípios do entorno, seja em atividades de serviços, como o trabalho doméstico e atividades relacionadas à construção civil, seja em atividades relacionadas a agroindústria canavieira.

De acordo com os princípios da metodologia adotada, optou-se pela seleção de número reduzido de trabalhadores para entrevista. Foram gravadas 12 entrevistas, além de cerca de outras cinco que não foram gravadas, por razões diversas, que constituem também importante fonte de dados. As entrevistas foram, em sua maioria, realizadas em frente à casa dos interlocutores, sendo algumas delas realizadas no interior de suas casas ou local de trabalho. Algumas foram gravadas já em uma primeira conversa, para aproveitar a oportunidade do encontro. Outras vezes, foi possível marcar a entrevista para uma segunda conversa, geralmente quando os sujeitos não tinham tempo para o depoimento na primeira conversa ou mostravam interesse em continuar o contato com a pesquisadora.

A escolha desses trabalhadores para entrevista ocorreu de forma aleatória, geralmente em abordagem informal no momento de descanso dos mesmos nas calçadas de suas casas, aos finais de semana. Utilizou-se, também, o método conhecido como “bola de neve”, em que um trabalhador indica outro conhecido para entrevista e assim sucessivamente. Apesar da escolha parcialmente aleatória, buscou-se a diversidade dos trabalhadores em relação a sexo, idade, bairro de moradia, lugar de origem, entre outros, a

fim de avaliar de que forma essas diferenças estão relacionadas às experiências desses agentes quanto ao processo. Apresentamos a seguir algumas características desses interlocutores:

Quadro 1 – Caracterização dos trabalhadores entrevistados

n.	nome	sexo	idade	estado civil	município natal	estado natal	escolaridade	ocupação atual
1	Jéssica	F	31	Casada	Guariba	SP	Ensino Fund.I incompleto	trabalha em casa
2	Francisco	M	43	Casado	Dumont	SP	Ensino Fund. II incompleto	operador de colhedora
3	Eduardo	M	54	Casado	Virgem da Lapa	MG	Ensino Fund.I incompleto	Afastado/ aposentado
4	Gabriela	F	24	Solteira	Guariba	SP	Ensino Fund.II completo	teleoperadora
5	Mariana	F	57	Viúva	Minas Novas	MG	Ensino Fund.I completo	Doméstica/ feirante
6	José	M	30	Casado	Lago da Pedra	MA	Ensino Médio incompleto	canavieiro
7	Wilson	M	32	Casado	Curitiba	PR	Ensino Médio completo	soldador
8	Pedro	M	22	Casado	Palmares	PE	Ensino Fund.I incompleto	canavieiro
9	Rosa	F	60	Casada	Itaobim	MG	Ensino Fund.I incompleto	aposentada
10	Paulo	M	32	Casado	Surubim	PE	Ensino Fund.I incompleto	pedreiro
11	Maria	F	56	Casada	Jaboticabal	SP	Ensino Fund. I completo	aposentada
12	Rafael	M	26	Solteiro	Forquilha	MG	Ensino Médio completo	isolador

Os nomes na tabela são fictícios. Os verdadeiros nomes de nossos interlocutores foram ocultados, a fim de garantir-lhes o anonimato. Em todas as entrevistas, essa questão foi colocada aos entrevistados, que sentiram mais conforto em não ter suas identidades reveladas. A numeração corresponde à ordem temporal em que foram realizadas as entrevistas. Em relação à origem, não encontramos ninguém que tivesse nascido em Barrinha, ainda que quatro pessoas sejam originárias de municípios próximos, no Estado de São Paulo, enquanto outras oito são migrantes interestaduais.

As dimensões temáticas que orientaram a construção do roteiro para entrevistar os trabalhadores foram tomadas como parâmetro para compararmos as entrevistas e como critérios básicos a serem considerados na análise das mesmas. São elas:

- Caracterização socioeconômica e demográfica dos entrevistados;
- Condições de vida e trabalho ao longo da trajetória;
- Fluxos e itinerários migratórios;
- Contexto da insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores;
- Construção de redes de interdependência e solidariedade;
- Estratégias familiares e ocupacionais;
- Diferenciação e mobilidade social.

Além dessas entrevistas, tivemos outra forma de contato com os trabalhadores de Barrinha, quando da aplicação de vinte questionários do Projeto Temático FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo”³. A aplicação dos questionários permitiu-nos entrar em contato com diversos interlocutores, todos não naturais de Barrinha. Além desse contato, os dados coletados, socioeconômicos e de trajetória migratória, se tornaram mais uma referência para a pesquisa.

³ Este tem como objetivo descrever e analisar a migração no Estado de São Paulo. É coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger, do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp, e tem período de vigência entre 01 de novembro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Quadro 2 – Caracterização dos trabalhadores entrevistados no âmbito do “Observatório das Migrações em São Paulo”

n.	nome	sex o	idade	estado civil	município natal	estad o natal	escolaridade	ocupação atual
1	Aparecida	F	48	Casada	Faxinal	PR	Ensino Fund. I	Dona de casa
2	Maria	F	55	Unida	Minas Novas	MG	Ensino Fund. I	Desempregada
3	Irene	F	61	Viúva	Ibateguara	AL	Analfabeta	Canavieira
4	Cláudia	F	45	Solteira	Campinas	SP	Ensino Fund. II	Trabalhadora rural
5	Vardete	F	53	Viúva	Piranhas	AL	Ensino Fund. I	Pensionista
6	Lázaro	M	83	Viúvo	Cruz das Posses	SP	Ensino Fund. I	Aposentado
7	Marcelo	M	32	Casado	Itupiranga	SP	Ensino Fund. I	Pedreiro
8	Luciana	F	26	Solteira	Grão Mogol	MG	Ensino Fund. II	Auxiliar de limpeza
9	Aparecida	F	75	Casada	Pradópolis	SP	Analfabeta	Dona de casa/ aposentada
10	Santa	F	63	Viúva	Forquilha	MG	Sabe assinar o nome	Trabalhadora doméstica
11	Maria Margarida	F	69	Casada	Ouro Verde	SP	Ensino Fund. I	Desempregada
12	Helene	F	57	Casada	Pitangueiras	SP	Ensino Fund. I	Produtora rural
13	Sonia	F	49	Casada	Jaboticabal	SP	Ensino Fund. I	Trabalhadora doméstica
14	Wagner	M	48	Solteiro	Pariquera- Açu	SP	Ensino Fund. I	Vigia
15	Rubens	M	57	Casado	Alvorada do Sul	PR	Ensino Fund. I	Pensionista
16	Marilza	F	56	Casada	Turmalina	MG	Ensino Fund. I	Dona de casa
17	Antonio	M	48	Separa do	Jaboticabal	SP	Ensino Fund. II	Auxílio doença
18	Hélio	M	54	Casado	Berilo	MG	Ensino Fund. I	Pedreiro
19	Antonio	M	53	Casado	Coronel Murta	MG	Analfabeto	Afastado
20	Maria Aparecida	F	46	Separada	Minas Novas	MG	Analfabeta	Aposentada

No âmbito do trabalho enquanto educadora do programa Escravo, nem pensar!, da ONG Repórter Brasil, entre 2012 e 2014 realizei viagens para o interior de estados como Mato Grosso, Pará, Piauí e Maranhão, nos quais pude ter acesso a realidades de alguns locais de origem dos trabalhadores migrantes da agroindústria canavieira. Principalmente Codó, no Maranhão, se destaca pelo número de pessoas que saem anualmente para o corte da cana na região de Ribeirão Preto. Foram realizadas duas viagens a Codó, uma em agosto e outra em novembro de 2013, nas quais tivemos contato com professores e gestores das redes municipais e estaduais de Educação no âmbito da realização de uma formação sobre o trabalho escravo contemporâneo. Essa experiência foi importante para compreendermos as consequências dessa migração para a região de origem dos trabalhadores migrantes.

A revisão da literatura referente à questão agrária no Brasil, ao processo de modernização da agricultura e ao desenvolvimento do complexo agroindustrial canavieiro foi fundamental. É importante destacar a leitura de autores que buscam compreender a relação capital/trabalho em situações históricas determinadas e contextos locais para compreender as dimensões sociológicas dos processos sociais. Além dessas leituras, foram fundamentais as consultas de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

No site IBGE Cidades, ferramenta criada pelo IBGE com dados organizados por municípios, foi possível consultar importantes informações referentes à população e ao histórico de Barrinha. Também foram realizadas consultas frequentes a informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sindicatos e organizações do setor patronal, como é o caso da Única – União Nacional da Indústria Açucareira. Para a presente pesquisa foi essencial o acesso a dados referentes à população, condições de trabalho na agroindústria canavieira, informações sobre o setor sucroalcooleiro e mercado de trabalho no Estado de São Paulo.

O campo: contexto de realização das entrevistas

Os acontecimentos e sentimentos, que marcam a relação entre investigador e interlocutor, tendem a ser silenciados e ocultados em teses e dissertações, de acordo com Marilda Menezes (2002). Uma das razões desse ocultamento seria a separação dos momentos entre trabalho de campo e interpretação, presentes em algumas concepções epistemológicas: no trabalho de campo o pesquisador deve atuar no sentido de aproximação do “ponto de vista do nativo”, enquanto que no momento da interpretação, se torna necessário priorizar os dados que garantam objetividade e a construção de regularidades, desconsiderando variações individuais e eventos esporádicos (MENEZES, 2002, p. 30).

A autora, no entanto, discorda desse ponto de vista:

O primado da objetividade e do método estrutural é questionado por vários antropólogos contemporâneos, que se interrogam sobre a capacidade de conhecer o outro, bem como consideram o contexto político do trabalho de campo, onde já se apresenta a autoridade do antropólogo como autor (Caldeira, 1988; Canclini, 1993). Assim, a posição do pesquisador não é marcada pela busca do “ponto de vista do nativo”, mas pelo processo de negociação com os informantes (Caldeira, 1988). Os dados coletados não são objetivos, “peças da verdade”, mas antes, socialmente construídos (MENEZES, 2002, p. 30)

Por resultarem de uma construção social, que está relacionada ao tipo de interação que se estabelece no campo, os dados coletados nessa pesquisa não podem ser considerados absolutamente objetivos; de outro modo, dependem das próprias características sociais de pesquisadores e interlocutores, e das interações estabelecidas.

Uma das primeiras questões com que se depara o pesquisador que vai a campo é: como contatar os interlocutores? Muitos deles já possuem contato anterior, estudam o próprio meio de relações sociais, de trabalho, lazer ou militância, no entanto, outros não possuem qualquer contato com as pessoas junto as quais se pretende realizar a pesquisa. Foi esse o nosso caso. A escolha do município de Barrinha se deu em função de estar este situado na região de Ribeirão Preto, não apenas o maior polo sucroalcooleiro nacional como também que apresenta atualmente maior índice de mecanização do corte da cana-de-açúcar. Outro fator importante na definição do município foi a sugestão da professora Maria Aparecida de Moraes Silva, que possui vasta experiência no estudo das relações de trabalho nos canaviais paulistas.

Nosso primeiro contato na região de Ribeirão Preto foi com o Serviço Pastoral do Migrante, em Guariba, em setembro de 2011, realizando não apenas entrevista com os agentes Irmã Teresinha e Padre Garcia, como também os acompanhando em visitas a trabalhadores migrantes do município. Em Barrinha, no entanto, não havia um agente que pudéssemos acompanhar. Desse modo, a opção de entrar em contato com os trabalhadores foi de forma direta, abordando-os principalmente nas calçadas de suas casas. Como a pesquisa buscou analisar as diferentes clivagens, quais sejam, de gênero, geração e condição migrante, a princípio qualquer pessoa com mais de dezoito anos, que tivesse passado pelo corte da cana, poderia ser um potencial interlocutor.

Nas primeiras idas a Barrinha em janeiro de 2012, algumas em conjunto com outra pesquisadora, foi possível perceber os tempos e espaços em que seria interessante adentrar o município. Ao longo da semana, nos dias úteis, seria difícil realizar entrevistas com os trabalhadores e as trabalhadoras: aqueles que não se encontram trabalhando em canaviais na área rural do município ou de municípios vizinhos se deslocam diariamente, em sua maioria, para os principais centros urbanos da região: Sertãozinho e Ribeirão Preto. Seria possível encontrá-los à noite, após o trabalho; no entanto, por chegarem exaustos, essa opção foi descartada. A partir dessa primeira aproximação, reservamos os finais de semana para a realização de entrevistas, principalmente pela manhã e início da tarde. Voltamos ao município em julho de 2012 para a realização de mais entrevistas e aplicação de questionários do Projeto Temático FAPESP “Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo”.

Sentados nas calçadas de suas casas, os trabalhadores nos recebiam bem, em geral, com olhar de curiosidade, e geralmente contentes em poder compartilhar suas histórias. As características da entrevistadora, do sexo feminino, e com aparência de quem ainda frequentava a escola – como muitos ressaltaram –, ao mesmo tempo em que causavam certa estranheza a alguns, pareciam não ser motivo para que temessem ou desconfiassem da abordagem não tão usual de uma entrevista aberta.

A maioria das pessoas que abordávamos aceitava de imediato a realização da entrevista. Isso acabou fazendo com que o contato com os entrevistados, na maior parte das

vezes, ficasse restrito a essa interação do momento da entrevista. Ao mesmo tempo em que possibilitava aproveitar melhor o tempo, não foi possível estabelecer relações mais próximas e significativas, fundamentais para conseguir certas informações ocultadas em um primeiro momento. Encontramos, no entanto, algumas exceções. Alguns trabalhadores nos convidaram a entrar em suas casas, e outros nos deixaram entrevistá-los em seus locais de trabalho.

Notamos como o espaço pode interferir no processo de entrevista. As entrevistas realizadas no interior das casas dos trabalhadores foram, em geral, mais alongadas e proveitosas que aquelas feitas em frente às suas residências. Quando realizadas nos locais de trabalho, nos dois casos trabalhos informais relacionados ao comércio, havia as interrupções geradas pelo próprio processo de trabalho – atender os clientes – mas, ao mesmo tempo, havia certo conforto em relação a sentir-se em seu local.

Em três entrevistas realizadas nas moradias dos trabalhadores, a convite dos mesmos, percebeu-se de início certa confiança em relação à pesquisadora, que os motivava a essa atitude. Em todos os três casos as pessoas primeiramente abordadas não foram as únicas a serem entrevistadas, pois a família impreterivelmente se misturava à entrevista: cada um queria mostrar a sua versão da história. Muitas vezes, era o próprio interlocutor que chamava os outros à conversa.

Na entrevista com dona Maria, a família acabou tendo papel central. Marianos convidou a entrar e começou a falar tranquilamente; logo me chamou atenção a sua narração com riqueza de detalhes. Ela se sentiu muito à vontade na entrevista, e por vezes verteu lágrimas ao falar de sua sofrida história de vida; era muito desconcertante. Nesses momentos, simplesmente aguardávamos com um silêncio de consolo, para poder voltar à conversa.

No fim da entrevista, ela me convidou a conhecer sua casa. Era uma casa grande, talvez a maior em que eu havia entrado em Barrinha. Da lateral, onde foi feita a entrevista, já pude ver uma pequena edícula no fim de um quintal de bom tamanho. Entramos na casa pela cozinha, e ela passou a me falar dos móveis, onde os tinha

conseguido, que queria ainda melhorar a casa, da ajuda de seu marido na construção. Apresentou cada cômodo e praticamente cada móvel, cada um com uma história. Se orgulhava de ter essa casa, construída lentamente, com o suor dela e do marido, e que agora abrigava alguns de seus filhos e netos.

A família nos convidou a almoçar e não foi possível recusar o convite, feito com insistência. O almoço, que seria servido na cozinha, foi servido na mesa da área externa, com toda a família reunida. Foi um momento de revelação do sofrimento pelo qual a família passou, um lembrar de fatos e sentimentos, que chegou a levar mesmo a pesquisadora a verter lágrimas de emoção.

A descrição desses eventos, alguns dentre tantos momentos de interação, tem o intuito de convidar o leitor a adentrar o universo da pesquisa, a humanizá-lo e a compreender os limites da objetividade e da riqueza das relações constituídas no ato das entrevistas.

Capítulos

Quanto ao texto, está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos breve histórico da expansão da agroindústria canavieira paulista e discorremos sobre as principais transformações ocorridas na parte agrícola do setor, buscando contextualizar a mecanização do corte da cana-de-açúcar. Em seguida, são apresentadas algumas dimensões centrais do debate existente acerca dos impactos dessa mecanização sobre os trabalhadores dos canaviais.

O capítulo dois tem como objetivo apresentar a região e o município em que foi realizado o estudo e as histórias de vida de trabalhadores dos canaviais, por meio das quais retomamos breve histórico do desenvolvimento da agroindústria canavieira na região. Discorremos sobre os múltiplos significados da migração de trabalhadores de outros estados aos canaviais paulistas e sobre as condições atuais de trabalho no corte manual da cana.

No terceiro capítulo analisamos os diferentes impactos da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores dos canaviais, tendo como referência principal as falas destes. Além disso, descrevemos e analisamos as diversas estratégias dos trabalhadores entrevistados, tendo em vista mapear algumas mobilidades ocupacionais, rurais e urbanas, dos trabalhadores que deixam o corte manual da cana.

CAPÍTULO 1

AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA: TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NOS CANAVIAIS

O cultivo da cana-de-açúcar, presente no país desde os tempos do Brasil Colônia, exerce papel de destaque em sua economia novamente no período recente, diante da conjuntura nacional e internacional favorável à produção de seus derivados. Ao longo dos séculos, houve significativas transformações no cultivo da cana, tanto nas relações de trabalho quanto nas técnicas agrícolas utilizadas. No entanto, a forma de desenvolvimento da agroindústria canavieira no país faz com que, atualmente, a presença de máquinas modernas e sofisticadas nos canaviais conviva com formas de exploração do trabalho que remetem aos tempos da escravidão.

1.1 – A expansão da agroindústria canavieira paulista

A produção canavieira no Brasil teve início no período colonial, tendo em vista atender os interesses de Portugal de obter lucros com o fornecimento de açúcar para a Europa. Ainda que as primeiras lavouras tenham sido implantadas na Capitania de São Vicente, por volta de 1530, a produção se concentrou posteriormente no Nordeste, onde o cultivo foi principalmente voltado para a exportação. É apenas na metade do século XX que o então Estado de São Paulo torna-se o principal produtor nacional.

O desenvolvimento da produção canavieira no Estado de São Paulo foi fortemente condicionado pela anterior expansão da cafeicultura, entre 1850 e 1930. Com a queda dos preços externos do café, na década de 1930, diversos produtores paulistas optaram por outros cultivos, entre os quais ganharam destaque o algodão⁴ e a cana-de-

⁴ É importante lembrar que a cultura do algodão era reservada aos pequenos proprietários, arrendatários e posseiros. Ver: VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960). Campinas, SP: [s.n.], 2004. (p.67-77)

açúcar. Esta foi adotada por muitos deles tendo em vista a escassez de açúcar e de outros derivados da cana, que eram consumidos internamente, no contexto do impedimento do transporte destes a partir de estados produtores do Nordeste, em função da Segunda Guerra Mundial (RAMOS ET AL, 2002). Dessa forma, os fazendeiros paulistas passaram a construir usinas de açúcar destinadas a abastecer os mercados local e regional, realocando os recursos da cafeicultura – terra, capital e trabalho – para a produção canavieira.

Na década de 1950 o Estado de São Paulo tornou-se o principal produtor de cana-de-açúcar do país, superando tradicionais estados do Nordeste. É a partir dessa década que os processos produtivos, tanto na lavoura quanto no interior da usina, começam a se transformar mediante a introdução de uma série de inovações técnicas (ALVES, 1991; VEIGA FILHO, 1998). Com esse processo, cada vez mais o ritmo da indústria passa a comandar toda a produção. De acordo com o Octavio Ianni:

A usina é a fábrica fora do lugar, da cidade, no campo. Parece inserida no processo de reprodução do capital agrário. Na usina, o capital “agrário” e o capital industrial aparecem conjugados, um subsumindo o outro. De longe, vista do campo, a usina parece engolida pelo canavial; a fábrica pela planta; a indústria pela agricultura. Mas o que ocorre é o inverso, reverso. Na agroindústria açucareira, o capital industrial instalado no campo confere ao capital ‘agrário’ as suas cores e os seus matizes (...) Ao desenvolver-se no campo, a usina incute no verde dos canaviais uma vibração e uma aspereza que nada têm a ver com a doçura da cana madura (IANNI, 1984, p. 52)

Esse processo de sujeição da agricultura à indústria não é exclusivo do setor, mas parte do denominado processo de modernização da agricultura que ocorreu no Brasil a partir da década de 1960. Ao mesmo tempo em que promoveu transformações técnicas que permitiram o aumento da produtividade do setor agropecuário, com a chamada “revolução verde”, tal processo promoveu a expropriação dos povos do campo, dificultando cada vez mais o acesso à terra e operando intenso processo de proletarianização (MARTINS, 1980; MORAES SILVA, 1999). Essa modernização, portanto, empreendida sob a Ditadura

Militar, não apenas conservou a anterior estrutura agrária como promoveu maior concentração de terra e aprofundou a desigual distribuição de renda no país⁵.

Quanto às transformações técnicas, o processo de modernização da agricultura transformou a relação entre agricultura e indústria à montante da produção agrícola, com a necessidade de consumo de insumos industriais pelas unidades produtoras, como também à jusante. Com a necessidade de padronização da matéria-prima, obtenção de maiores ganhos de produtividade e garantia de controle do processo de trabalho, os produtores tiveram que reformular o processo produtivo, mediante transformações técnicas e adoção de novas formas de gestão do trabalho (ALVES, 1991). Nesse sentido, a produção agrícola passou a ser o elo de uma cadeia: indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura; agricultura modernizada e unidades industriais processadoras passam a constituir, a partir dos anos 1970, os chamados Complexos Agroindustriais (CAI's)⁶.

A constituição do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro dependeu de diversos incentivos financeiros e fiscais do Estado direcionados a grandes proprietários de terra e a grandes grupos empresariais e financeiros. A partir de 1965, a produção canavieira passou a desfrutar da política de concessão de créditos subsidiados do Sistema Nacional de Crédito Rural. No entanto, o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), criado em 1975, se destacou em relação à sua importância para a modernização do setor.

O Programa, gestado de comum acordo entre Estado e capital, que foi lançado com o objetivo de se produzir internamente uma alternativa energética própria, resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. De acordo com Thomaz Jr:

⁵ A modernização da agricultura é objeto de estudo de diversos autores. Ver, por exemplo, José Graziano da Silva (1980) e Maria Aparecida Moraes da Silva (1999). É possível encontrar uma excelente revisão bibliográfica no primeiro capítulo da dissertação de Luís Faria (2013).

⁶ A constituição dos CAI's implicou na criação de uma estrutura agrícola absolutamente dicotômica: impuseram-se diferenças profundas entre as propriedades que se inseriram no novo padrão de industrialização, as grandes que tiveram acesso ao crédito, tecnologia e assistência técnica para a produção de determinadas culturas, e aquelas que ficaram à margem desse processo, ocupando as áreas menos férteis e utilizando-se de práticas tradicionais e mão de obra familiar (ALVES, 1991, p. 6).

Assim, o Estado, ao sintetizar no seu interior as contradições capital-capital e capital-trabalho, aponta alternativas concretas através da “modernização conservadora” da agricultura para o setor sucroalcooleiro. Na prática, oferece as condições materiais para a rentabilidade do capital, assegurando orientação clara no sentido de subsumir toda a terra disponível, inclusive o latifúndio, conservando, pois, o poder político-econômico da burguesia agrária, agora no comando das atividades agrícolas e fabris sucroalcooleiras (THOMAZ JR, 2002, p. 84)

Em relação a São Paulo, as transformações impulsionadas pelo Proálcool significaram a constituição do que se denomina na literatura de “CAI completo”. O estado se diferencia dos demais pela investida dos empresários do setor sobre a maior parte da produção da matéria prima, a cana-de-açúcar. São Paulo passou a ser o único exemplo consolidado da unificação orgânica entre a agricultura e a planta fabril: a produção da matéria prima e a indústria processadora reúnem-se em uma só unidade empresarial. Esse processo acarretou maior concentração de terras, com expulsão de pequenos proprietários e posseiros, e redução da presença de outras culturas no território⁷. Nesse contexto, foi incentivada a desconcentração da agroindústria canavieira, com incentivo à expansão para a região Oeste do Estado com criação de destilarias autônomas⁸ (RUAS ET AL, 2010).

Nos anos 1980, diante da grande recessão que a economia enfrentou no início da década, o Estado teve que mudar a forma de financiamento do setor. De acordo com Thomaz Jr (2002), a partir de 1983 modifica-se a política de crédito, e o Estado passa a estabelecer pagamento integral da correção monetária e taxas de juros reais para a maioria dos financiamentos dessas atividades. Empresas menos eficientes e destilarias autônomas foram prejudicadas, diminuindo produção e rentabilidade, além de optar pela produção do açúcar, que apresentava melhores preços no mercado. Esse processo, diante do mercado de carro a álcool em expansão, gerou problemas no abastecimento interno do álcool e colocou em cheque o verdadeiro objetivo do Proálcool.

⁷ De acordo com Tamás Smzrecsányi et al (2008), um aspecto fundamental da expansão canavieira, além da grande concentração fundiária, tem sido seu caráter marcadamente horizontal, de forma que o crescimento se dá pela superfície das áreas colhidas e não por uma ampliação do rendimento destas.

⁸ São unidades industriais onde se realiza a operação de destilação, produzindo álcool a partir da cana-de-açúcar.

Sob o receituário político neoliberal, na década de 1990 predominou a desregulamentação do setor sucroalcooleiro. A exportação de açúcar, antes monopólio estatal, passou para a iniciativa privada; o sistema de cotas de produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool por unidades produtivas e por estados deixou de existir. As usinas passaram a depender dos próprios investimentos e melhorias técnicas para aumentarem a produtividade, sem os mesmos subsídios estatais de outrora. Nesse novo contexto, os empresários do setor tiveram que investir em transformações técnicas e de gestão da força de trabalho a fim de garantir sua competitividade tanto no mercado nacional como em relação ao internacional. É importante notar que esse movimento não é específico do setor, mas de toda a economia. De acordo com Ricardo Antunes (2009), essas transformações decorrem de um movimento maior de reestruturação do capital, após a crise estrutural, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo.

Para o setor sucroalcooleiro, esse movimento consistiu na adoção de diversas inovações. Até o início da década de 1990, a competitividade no setor se dava mais em função da expansão da produção, sob controle agrícola e fabril das usinas, com baixo aproveitamento dos subprodutos. A partir da desregulamentação, as unidades produtoras de açúcar e álcool têm assumido uma série de estratégias e comportamentos empresariais competitivos, promovendo inovações biológicas, físico-químicas, mecânicas e gerenciais com vistas à redução de custos de produção (SANTOS, 2013). Passou a haver grande investimento no aproveitamento dos subprodutos, sendo um exemplo a produção de bioeletricidade a partir do bagaço da cana. Devido a essa transformação da estratégia produtiva, o setor passa a se autodenominar de sucroenergético no lugar de sucroalcooleiro.

Diante de todas essas transformações, nos anos recentes o setor passa a ser concebido como parte do chamado agronegócio brasileiro. Segundo estudo de Heredia et al (2010), a ideia do agronegócio tem como referência não a unidade industrial local, mas o ramo de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. Apesar de compreenderem a importância de grupos empresariais e empresas multinacionais para o desenvolvimento do agronegócio, os autores afirmam:

O que a bibliografia constata, e a visita às áreas de campo de nossas pesquisas nos mostram, são os enormes investimentos que põem em evidência o fato de que não se pode falar do agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizaram a sua origem mas também a sua expansão. (HEREDIA ET AL, 2010, p. 165)

Nesse sentido, apesar da diminuição dos subsídios ao setor sucroalcooleiro por meio do crédito agrícola nas últimas décadas, os incentivos estatais estão presentes por meio de políticas de interesse ao setor relacionadas às esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador; a política de comércio exterior (antidumping); a política tributária e a política salarial (HEREDIA ET AL, 2010).

Organizados em entidades de classe, como é o exemplo da União da Indústria da Cana-de-Açúcar – UNICA, criada em 1997, e representados no interior do parlamento pela Bancada Ruralista, empresários do setor são favorecidos pelo Estado. Um exemplo claro é o perdão e a renegociação de dívidas, principalmente junto ao Banco do Brasil. O jornal Folha de São Paulo, em reportagem intitulada *BB dá perdão bilionário para usineiros* (14/01/2007)⁹ é bastante ilustrativo:

Num dos períodos mais lucrativos para os usineiros de cana-de-açúcar no país, o Banco do Brasil concedeu ao setor perdão de dívidas superior a R\$ 1 bilhão, segundo documentos obtidos pela **Folha**. O benefício foi garantido em repactuações de débitos fechadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo entre 2004 e 2006, referentes a empréstimos e financiamentos contraídos ou renegociados na década de 90.

De acordo com a mesma reportagem: “O setor sucroalcooleiro aumentou seu faturamento de R\$ 2,02 bilhões em 2002, em números aproximados, para R\$ 7,9 bilhões no ano passado [2006], de acordo com dados levantados pela Tendências Consultoria”. Diante dessa pujança do setor, no mesmo ano de 2007 é publicada a declaração do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no jornal O Globo¹⁰: “Os usineiros estão virando heróis

⁹ SOUSA, Leonardo. *BB dá perdão bilionário para usineiros*. Folha de São Paulo 12 jan. 2007. Acesso em 22/07/13: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1401200702.htm>

¹⁰ GOIS, Chico. *Lula diz que usineiros estão virando heróis nacionais*. O Globo, 20 abr. 2007. Acesso em 22/07/13: <http://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207718#ixzz2aGTU3oPT>

nacionais porque todo mundo está de olho no álcool, que agora tem uma política séria’ - afirmou Lula, que no seu passado de líder esquerdista foi um dos maiores críticos das elites canavieiras”.

Além do papel fundamental do Estado, observa-se também um processo de concentração econômica e desnacionalização no setor (RAMOS ET AL, 2002; HEREDIA ET AL, 2010). Há o fechamento de usinas menores e/ou menos eficientes e concentração da produção em um número menor de empresas e grupos de maior porte através de fusões e incorporações e de compra de empresas nacionais por grandes grupos estrangeiros.

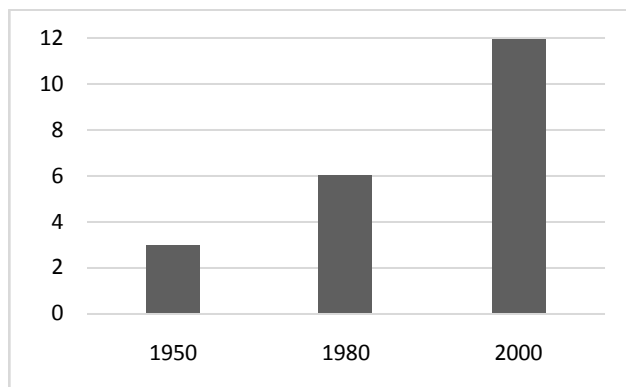
Diante desse contexto, o Brasil desponta no início do século XXI como maior produtor mundial de cana-de-açúcar e seus derivados, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2013), sendo São Paulo o principal estado produtor. Este posto foi alcançado a partir das transformações operadas no setor nas últimas décadas, efetuadas não apenas mediante grande inversão de recursos públicos, como também em função da superexploração de trabalhadores nos canaviais.

Em sua maioria homens, jovens e migrantes, os trabalhadores da agroindústria canavieira paulista foram por vezes encontrados em alojamentos insalubres, abarrotados, sem condições de higiene, com alimentação inadequada e transporte irregular. Nos canaviais, o trabalho é marcado por jornadas exaustivas, falta de equipamentos de segurança e irregularidades na remuneração. Segundo boletim informativo do Ministério Público do Trabalho:

Investigações do Ministério Público do Trabalho têm constatado, em várias regiões do interior paulista, condições degradantes de trabalho: trabalhadores rurais descansam em barracas de lona e em outras moradias absolutamente inadequadas do ponto de vista da legislação trabalhista e sanitária; não recebem equipamentos de proteção individual essenciais, cuja não-utilização tem implicado acidentes de trabalho graves - como perda da visão, lesões e mutilações. Ademais, é comum haver trabalhadores com férias e salários atrasados, jornadas exaustivas e sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o que lhes retira do sistema de proteção social constitucionalmente previsto (MPT, 2008, p. 9)

Além dessas condições, houve vertiginoso crescimento da exigência por produtividade do corte manual da cana nas últimas décadas:

Gráfico 1 – Produtividade média (em toneladas por dia) do corte manual da cana



Fonte: Alves (2006)

Essa produtividade é responsável não apenas por causar danos pontuais à saúde dos trabalhadores, como lesões e inchaços, mas também doenças crônicas, sendo inclusive capaz de leva-los à morte por excesso de trabalho (NOVAES, 2007; MORAES SILVA, 2008). Logo, fica explícito que os elevados lucros de usineiros paulistas não foram obtidos senão pela redução de custos com o trabalho, negando não apenas direitos, mas roubando aos trabalhadores suas próprias vidas.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que alguns setores da sociedade alardeiam a expressividade econômica do setor sucroalcooleiro, pesquisadores, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e agentes da sociedade civil, como o Serviço Pastoral do Migrante e os sindicatos de trabalhadores rurais denunciam as péssimas condições de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. Tais atores, junto aos próprios trabalhadores, têm agido por meio de denúncias, fiscalizações, ações judiciais, organização de reivindicações e pressão sobre empresários do setor e do poder público, tendo em vista a mitigação da superexploração do trabalho nos canaviais.

1.2 – Transformações técnicas e o trabalho nos canaviais: a mecanização do corte da cana-de-açúcar

Junto às transformações políticas e econômicas do setor sucroalcooleiro, nas últimas décadas, foram operadas diversas transformações técnicas na produção canavieira. Houve transformação dos processos de trabalho nos canaviais, principalmente em função da introdução de máquinas nas diferentes fases do cultivo, chegando até a mecanização do corte da cana. É importante retomar um breve histórico dessas transformações para entender em que contexto se insere a mecanização do corte da cana-de-açúcar e quais são os seus significados.

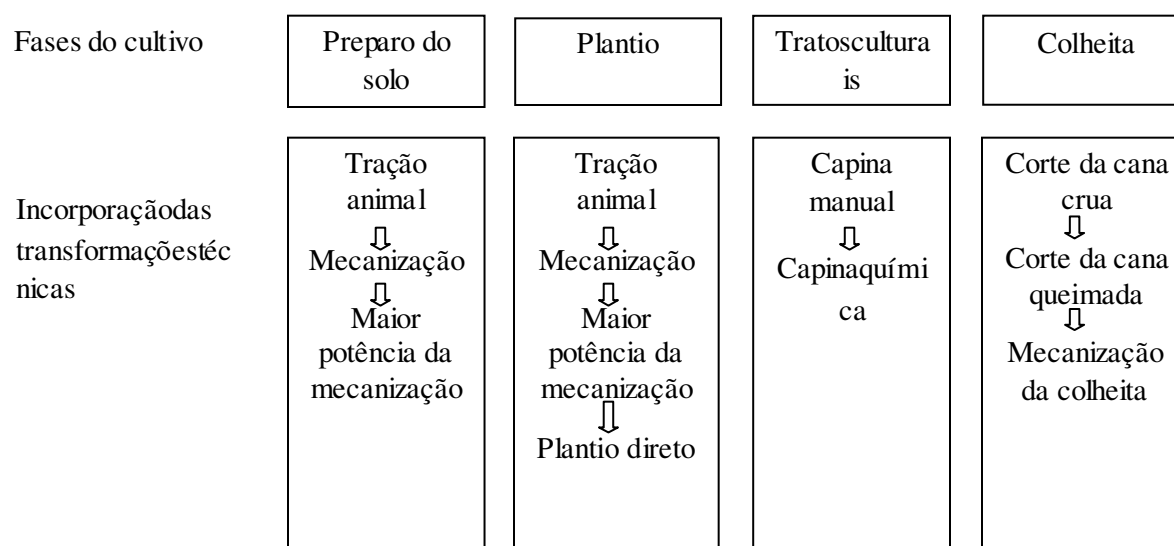
Primeiramente, é preciso entender como está organizada a produção canavieira. Os canaviais, que pertencem às usinas ou a fornecedores que vendem sua produção às usinas, são divididos em talhões – designação de uma área cultivada que mede entre 2 a 20 hectares. Cada talhão é composto por várias linhas de canas plantadas paralelas. O espaçamento entre as linhas, também chamadas ruas, se mantém uniforme em cada talhão. Estas linhas são agrupadas, formando os eitos¹¹, que geralmente são compostos por cinco ruas de cana. Os trabalhadores agrícolas se dividem em turmas e se organizam nas atividades de acordo com essas divisões.

Quanto às transformações técnicas, a sequência das fases de produção agrícola, quais sejam, preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita, não mudou ao longo do tempo. A forma como essas atividades passaram a ser realizadas é que sofreu transformações¹².

¹¹ A palavra eito designava o local de trabalho do escravo antes da abolição da escravatura no país. É importante notar que a continuidade da designação não é ocasional, mas revela traços de continuidade com as formas de exploração de trabalho nos canaviais ao longo dos séculos.

¹² Francisco Alves (1991) e Veiga Filho (1998) fazem uma descrição detalhada dessas transformações. Tomamos os textos de ambos os autores como referência, procurando apresentar uma síntese.

Figura 1. Fases do cultivo de cana-de-açúcar e incorporação das transformações técnicas



Fonte: Vian et al (2007)

O preparo do solo e o plantio foram as primeiras etapas que tiveram suas atividades mecanizadas. No preparo do solo, integrado pelas operações de aração, gradagem, sulcamento e adubação, utilizava-se tratores e maquinários próprios a cada operação. Apenas a adubação era feita por tração animal e adubadeira. Com a substituição da tração animal pelo trator motorizado, houve redução do tempo de execução da atividade assim como do número de trabalhadores necessários, além do aumento da área trabalhada, permitindo o crescimento da concentração de terras.

Quanto ao plantio, ele é composto por três fases: o plantio dos toletes, a cobertura destes e a adubação da cobertura. O plantio é realizado após a preparação do solo, em que este é arado e são feitos os sulcos e as valas onde a cana deverá ser depositada. Tratores ou caminhões transportam carretas com as canas inteiras, sendo que em cima destes vão cerca de cinco trabalhadores arremessando a cana nos sulcos. Atrás dos maquinários, segue uma turma de trabalhadores a pé, correndo, a fim de colocar as canas nos sulcos e cortá-los em toletes de cerca de 20 cm. Atrás da turma de trabalhadores segue um trator jogando adubo e fechando os sulcos. Tanto os trabalhadores que vão a pé quanto aqueles que vão sobre as carretas devem seguir o ritmo dos tratores ou caminhões.

Segundo Alves (1991), a mecanização parcial do plantio permitiu não apenas diminuir o tempo de execução da atividade, como também aumentar a intensidade do trabalho, de forma que os trabalhadores passam a ter que submeter o ritmo de suas atividades à velocidade de operação das máquinas. Além disso, esse sistema misto de homens e máquinas, ou semi-mecanizado, permitiu que as usinas substituíssem o pagamento do plantio por produção, ou seja, remunerado segundo a produtividade individual alcançada em relação ao plantio, pelo pagamento em relação ao tempo de trabalho, sendo estabelecido um valor fixo pelo dia de trabalho. Se antes era essa forma de pagamento que estimulava o aumento da intensidade do trabalho, com a mecanização, ela não é mais necessária, pois a intensidade do trabalho passa a ser definida pelo ritmo da máquina.

Quanto aos tratos culturais, se referem principalmente ao controle das ervas daninhas. No início, a carpa era realizada manualmente, passando a ser feita também de forma mecânica. Com o desenvolvimento da pesquisa química, a carpa passa a ser substituída por herbicidas. A utilização dos herbicidas depende, como em todo o processo, de seus custos frente à carpa manual e frente aos estragos causados pelas ervas daninhas.

A mudança nos processos de trabalho do cultivo da cana geraram importantes consequências, conforme analisa Alves:

A introdução das inovações mecânicas na lavoura canavieira teve quatro tipos de repercussões imediatas e mutuamente relacionadas: o primeiro foi o de redução de tempo de realização de determinadas tarefas; o segundo foi o de redução da mão-de-obra empregada para a realização dessas tarefas executadas pelas máquinas; o terceiro foi o de reduzir a necessidade da mão-de-obra residente na propriedade; o quarto sentido, foi o de introduzir uma mudança qualitativa na demanda de trabalhadores, ao utilizar trabalhadores com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) e trabalhadores sem especialização (ALVES, 1991, p. 73).

Dessa forma, até a década de 1970, quando são mecanizadas principalmente as etapas de preparo do solo e plantio, a redução do tempo de execução das tarefas e do número de trabalhadores necessários para realizá-las significou aos usineiros maior produtividade com redução de custos. Com a mecanização das tarefas, há o aumento da produtividade. Com menos trabalhadores necessários para essas atividades, os usineiros não precisavam mantê-los o ano todo: passaram a contratar trabalhadores assalariados

temporários, principalmente migrantes, para a época que demandava maior número deles: a colheita da cana.

A última etapa a ser mecanizada foi justamente a colheita da cana. A mecanização dessa etapa é o processo mais complexo, uma vez que ela compreende três etapas interdependentes: o corte, o carregamento e o transporte até a usina. Primeiro, há mecanização do carregamento e do transporte da cana até a usina, para apenas depois iniciar-se a mecanização da etapa fundamental da colheita: o corte da cana.

O carregamento era realizado, até a década de 1950, pelos próprios cortadores de cana: os feixes de canas cortadas eram transportados em suas costas até os pequenos caminhões ou carroças puxadas por animais. Para se elevar a produtividade do corte, a partir da década de 1960 os trabalhadores deixaram de realizar as atividades de corte e carregamento juntas, sendo contratados trabalhadores somente para o carregamento, selecionados pela força física. Os caminhões de transporte da cana até a usina foram substituídos por veículos maiores, capazes de transportar maiores quantidades de cana.

Os carregadores, mais tarde, passaram a ser substituídos por guinchos mecânicos, que empilham e carregam a cana do chão para as carrocerias dos caminhões, sendo que estes também se tornaram maiores e passaram a levar mais reboques. Ao mesmo tempo em que essa transformação suprime a função humana no carregamento da cana, passa a demandar outra atividade, a dos chamados *bituqueiros*: são os trabalhadores que assessoram a máquina e recolhem e empilham a cana que a máquina não consegue pegar, devido a seu tamanho. Assim sendo, se tornam apêndices da máquina, e não precisam mais apresentar grande força física, pelo contrário, enquanto apêndices, os trabalhadores contratados para essa atividade são geralmente mais jovens, mulheres e idosos.

Até a década de 1950, o trabalhador cortava e enfeixava as canas, amarrando o fardo com as folhas, sendo que a cana era cortada crua, ou seja, sem a queima prévia de sua palha. Os talhões eram de menor tamanho que os atuais, e cada trabalhador cortava em duas ou três ruas. O reduzido número de trabalhadores nos talhões residia na propriedade do fornecedor de cana ou da própria usina. Com a expansão da cultura, houve aumento do

número de trabalhadores: passaram a ser contratados trabalhadores não residentes nas propriedades, locais ou migrantes interestaduais. O eito foi redimensionado, sendo que cada trabalhador passou a ser responsável pelo corte de cinco ruas, em geral.

A palha da cana passou a ser queimada a partir da década de 1960, para aumentar a produtividade do corte, segundo a demanda das unidades processadoras em expansão. A produtividade do corte da cana queimada é bem maior que a da cana crua, sendo esta a primeira grande inovação introduzida no processo de trabalho. De 2,5 tonelada por dia, a produtividade do trabalhador aumentou para 4 toneladas por dia, com a cana queimada (ALVES, 1991).

Outra forma de aumentar a produtividade no corte manual da cana foi a mudança da forma de remuneração. Antes, remunerava-se o trabalhador pela diária, de acordo com o tempo de trabalho. Essa forma foi substituída pela remuneração por produção, ou seja, o pagamento ao trabalhador segundo a quantidade de cana cortada, que pode ser mensurada em metros ou toneladas, estimulando a produtividade do trabalhador. A remuneração por produção foi muito efetiva em relação ao aumento de produtividade dos trabalhadores no corte manual da cana ao longo das últimas décadas: enquanto nos anos 1980 era exigido o corte de ao menos 6 toneladas por dia, atualmente os trabalhadores tem que cortar, em média, 12 toneladas diariamente.

Além da mudança na forma de remuneração da atividade, esse expressivo aumento da produtividade no corte manual da cana foi possível mediante a execução de outras estratégias de controle e envolvimento por parte dos usineiros. Juliana Guanaís (2010) analisa detidamente essas estratégias, e mostra que não apenas formas de coerção sobre os trabalhadores são efetivas, como também as formas que apreendem a subjetividade destes, como treinamentos e premiações por conduta e produtividade.

Esse aumento de produtividade no corte manual da cana resulta em elevado custo aos trabalhadores. Ao aumentar a produtividade tendo apenas como base o esforço físico do trabalhador – uma vez que o facão ou podão, com o qual se corta a cana, pouco mudou em séculos – o seu corpo é levado ao esgotamento. Alves (2006) afirma que o

esforço físico desses trabalhadores corresponde ao de maratonistas¹³. Os problemas de saúde decorrentes são os mais variados: lesões, inchaços, doenças psíquicas e, até mesmo, a morte.

Além do aumento da produtividade, a principal mudança técnica em relação ao corte da cana-de-açúcar é a mecanização desse processo. No entanto, para transformar o corte da cana em uma atividade mecanizada, não basta substituir o trabalhador pela máquina. É necessária a realização de uma série de mudanças técnicas na produção, que vão desde o plantio até o recebimento da cana pela usina. Em primeiro lugar, há necessidade de redimensionamento dos talhões, tornando-os mais compridos, evitando manobras pelas colhedoras que significam perda de tempo. Depois, é preciso fazer o nivelamento do terreno, pois no início as máquinas não eram capazes de trabalhar em terrenos acidentados. Também se faz necessária a limpeza do terreno, tirando tocos, pedras e outros que podem prejudicar as máquinas.

A introdução das máquinas colhedoras nos canaviais depende dessas mudanças para aumentar a produtividade do corte e apresentar longevidade, desejada pelos proprietários devido aos altos custos de sua obtenção e manutenção¹⁴. Além das colhedoras, há toda uma estrutura de apoio a ser adquirida. As usinas costumam alocar máquinas colhedoras na frente de corte, sendo que para cada frente são alocadas quatro ou cinco colhedoras. Estas são assistidas por um caminhão-oficina, um caminhão-comboio para abastecê-las, um caminhão-pipa, trator de esteira e um veículo para suprimento de peças (VERGÍNIO ET AL, 2013).

¹³ “Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros” (ALVES, 2006, p. 94-95).

¹⁴ Atualmente, o valor das colhedoras novas varia entre 500 mil e 1 milhão de reais.

As primeiras máquinas foram introduzidas nos canaviais na década de 1950 de forma bastante restrita; a grande oferta e o baixo custo da força de trabalho, assim como a inadequação técnica das máquinas aos canaviais paulistas fez com que elas não tivessem sucesso. Nos anos 1960 passa-se a produzir colhedoras em solo nacional, superiores às da década de 1950. Essas máquinas cortavam a cana inteira, e depositavam-na no solo, para serem levadas pelas carregadeiras. No entanto, seu diferencial de custo positivo em relação ao corte manual não é estímulo suficiente para a mecanização, uma vez que apresentava ainda diversas deficiências técnicas e a força de trabalho continuava disponível em larga escala (VEIGA FILHO, 1998). Sendo assim, apesar de elas já apresentarem um rendimento superior ao corte manual, sua utilização ainda era restrita a um grupo pequeno de produtores.

Nos anos 1970, havia perspectivas pessimistas em relação à oferta suficiente de força de trabalho para atuar no corte da cana sem pressionar para cima os salários. Nesse contexto, houve introdução de um número maior de máquinas: na safra 1974/75 a Coopersucar registrou 5% do corte da cana realizado mecanicamente no Estado de São Paulo (GRAZIANO DA SILVA, 1980). De acordo com Graziano da Silva, as máquinas eram utilizadas apenas no início da safra, tendo em vista rebaixar os salários na atividade de corte manual¹⁵. No entanto, esse estímulo deixa de existir na medida em que o processo de modernização da agricultura passa a fornecer trabalhadores rurais migrantes de outras regiões, com precário acesso à terra, aos canaviais paulistas, mantendo os baixos salários na atividade. Sobre esse aspecto, ressalta Ianni:

¹⁵ “Vale a pena destacar ainda que a simples presença da colhedora de uma determinada cultura, numa região, contribui para depreciar os salários pagos aos trabalhadores temporários. Os proprietários, mesmo sabendo que uma máquina é mais onerosa, em determinada situação, começam a safra com a colheita mecânica. Imediatamente os salários baixam, e então eles se dizem em condições de empregar os volantes. Isso significa que, além de reduzir os custos ainda mais, dados os salários aviltados, explicitamente se imputa um teto acima do qual os salários não devem subir sob a pena de se voltar a utilizar as colhedoras. Esse dados ajudam a entender porque, mesmo com salários tão baixos, a grande maioria das usinas do Estado de São Paulo possui colhedoras mecânicas “em vitrines”, isto é, quase sem uso” (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 148)

Como já indiquei, a progressiva renovação e ampliação das máquinas e equipamentos na agroindústria canavieira foi e continua sendo impulsionada pelas condições de oferta de força de trabalho, por um lado, e pela própria acumulação do capital, por outro. Mas o fenômeno tende a ser verbalizado pelos usineiros, ou seus representantes, como decorrência da escassez de mão-de-obra, por um lado, e a necessidade de aumentar a produtividade, por outro (IANNI, 1984, p. 55).

O interesse pela mecanização é renovado a partir de 1975 em função do Proálcool e da expansão da lavoura para novas áreas. Novas colhedoras surgiram no mercado, com melhorias técnicas, que faziam aumentar o diferencial de custo do corte mecanizado em relação ao manual. Essas novas variedades de máquinas, desenvolvidas a partir de modelos australianos, passam a cortar cana de diversos tipos, como a “deitada”, além de substituírem a carregadeira, depositando as canas picadas em um caminhão adjunto.

Com as novas colhedoras, há elevação da produtividade do corte de 20 toneladas por hora em 1976 para 41 toneladas por hora em 1980. Com isso, eleva-se também a diferença de custo entre corte mecanizado e corte manual da cana significativamente de 7,2% em meados da década de 1970 para a média de 30% no final da década de 1980 (ALVES, 1991). Não apenas a melhoria das máquinas colhedoras possibilitou esse resultado, como também mudanças em toda a infraestrutura em torno da mecanização da cana, tanto na lavoura como na usina. É possível notar que, desde o início da inserção de máquinas colhedoras nos canaviais paulistas, elas já apresentavam, por menor que fosse, maior produtividade que o corte manual (VEIGA FILHO, 1998). No entanto, a adoção do corte mecanizado não se deu de forma expressiva nos anos iniciais; existem outros fatores fundamentais para a adoção desse tipo de corte, além da produtividade e rentabilidade que ele possa apresentar.

Como já apontamos, a oferta de força de trabalho para os canaviais é determinante nas decisões patronais em relação à adoção do corte mecanizado. Essa oferta não está apenas relacionada à disponibilidade de quantidade suficiente de trabalhadores no mercado para garantir baixos salários, como também do controle sobre os trabalhadores empregados, como observa Marx:

A maquinaria não atua, no entanto, apenas como concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar o trabalhador assalariado 'supérfluo'. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potencia hostil ao trabalhador. Ela se torna a arma mais poderosa para reprimir as periódicas revoltas operárias, greves etc., contra a autocracia do capital (...) Poder-se-ia escrever toda uma história dos inventos que, a partir de 1830, surgiram apenas como armas do capital contra motins de operários (MARX, 1984 [1867], p. 51)

Em entrevistas realizadas com usineiros na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, Alves (1991) percebeu que a mecanização do corte da cana foi incentivada, a partir de 1984, em função das greves anuais dos trabalhadores rurais, com destaque para a Greve de Guariba. Essas greves fizeram parte de um processo de constituição de uma identidade de trabalhadores assalariados rurais cortadores de cana, fortalecendo os sindicatos e apresentando suas reivindicações principalmente em torno do processo de trabalho.

Os trabalhadores manuais, ao paralisarem o corte, paralisavam também as atividades da usina. Logo, a mecanização se tornou uma forma dos usineiros adquirirem maior poder de barganha, negociando com os trabalhadores com as unidades de produção em funcionamento, abastecidas pelas colhedoras, mesmo com estes em greve. Ao longo dos anos 1980, cada vez mais usineiros passam a adquirir máquinas colhedoras. Fica claro, então, que além do incentivo econômico, a opção pela mecanização passa por uma questão política: o patronato do setor visa o controle e a subordinação do trabalho:

A mecanização do corte de cana representou para os usineiros, de um lado, o aumento de seu poder de barganha frente à sempre presente possibilidade de greve dos trabalhadores assalariados rurais, cortadores de cana, e, de outro, a liberação do processo de trabalho, no corte, da destreza e habilidade do trabalhador, transformando a subordinação formal do trabalho ao capital desses trabalhadores em subordinação real. Para os trabalhadores, a mecanização do corte reduziu o contingente de trabalhadores empregados no período da safra, reduziu o poder de pressão dos cortadores, reduziu o salário médio dos cortadores e avançou no processo de subordinação real do trabalho ao capital (ALVES, 1991, p. 94)

Além do controle do trabalho, novos incentivos à mecanização surgem na década de 1990, no contexto da reestruturação produtiva: reivindicações ambientalistas e de saúde pública relacionadas aos danos causados pelas queimadas. A queima da palha da cana, adotada a partir da década de 1960 por gerar maior produtividade do corte manual frente ao corte da cana crua, acabou apresentando uma série de problemas ao meio

ambiente ao longo das últimas décadas¹⁶. A combustão da palha da cana libera diversos poluentes, prejudicando não apenas a qualidade do ar nos canaviais, levando a graves problemas de saúde de cortadores de cana, como também da população das cidades do entorno. Há danos também à fauna, com a morte de inúmeros animais silvestres nas queimadas. Dessa forma, a reivindicação pelo fim da queima da palha da cana se constitui em mais um incentivo à mecanização.

Na década de 2000, essa reivindicação se concretizou em medidas legais. Em 19 de setembro de 2002 foi promulgada a Lei nº 11.241, que dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana no Estado de São Paulo. Segundo esta, o prazo para eliminação total da queima nas áreas mecanizáveis vai até 2021 e nas ditas não mecanizáveis até 2031. No entanto, em julho de 2007 foi assinado o Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro¹⁷ por representantes de produtores de cana e usineiros, estabelecendo o compromisso com o governo do Estado de São Paulo de antecipar o fim da queima da palha da cana para 2014 em áreas mecanizáveis e 2017 em áreas não mecanizáveis¹⁸.

Esses prazos fazem avançar a mecanização dessa atividade, uma vez que o corte manual da cana crua é muito menos rentável aos produtores, sendo vantajoso substituir os trabalhadores por máquinas. O desempenho do corte manual em cana crua, relativamente à queimada, cai entre 3,6 e 1,8 vezes, dependendo da variedade cortada (VEIGA FILHO, 1998). Dessa forma, para equiparar-se o ganho do corte da cana crua com o da queimada, é necessário aumentar em cerca de 60% o valor pago aos cortadores de

¹⁶ Ver: GONÇALVES, Daniel Bertoli. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação de Mestrado. IE/UNICAMP. Campinas: 2001. RIBEIRO, Helena e FICARELLI, Thomas Ribeiro de Aquino. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

¹⁷ Mediante o cumprimento dos prazos propostos no protocolo, os produtores de cana ganham certificado de conformidade, renovado anualmente. Houve a adesão de 127 usinas e 23 associações de fornecedores de cana. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/protocolo-agroambiental/o-protocolo/>

¹⁸ São consideradas áreas mecanizáveis as plantações em terrenos acima de 150 ha (cento e cinquenta hectares), com declividade igual ou inferior a 12% (doze por cento), em solos com estruturas que permitam a adoção de técnicas usuais de mecanização da atividade de corte de cana (VERGÍNIO ET AL, 2013).

cana, configurando um aumento de custos bastante expressivo. Nesse sentido, como observa Alves (2009), a iniciativa de mecanizar o corte da cana para dar resposta à questão ambiental é uma iniciativa patronal.

Quanto à palha da cana, no lugar de ser queimada, tem sido utilizada junto ao bagaço para a cogeração de energia elétrica. Esse fato se tornou decisivo para o setor, que passou a adotar a denominação de setor sucroenergético, conforme relatado anteriormente. Atualmente, além da legislação ambiental e dos acordos, os empresários do setor sucroalcooleiro sofrem pressão para se ajustarem às boas práticas não apenas ambientais, mas também trabalhistas e sociais requeridas pelos países potenciais importadores de etanol do Brasil¹⁹. Este acaba sendo mais um incentivo à mecanização do corte da cana aos olhos dos usineiros e fornecedores: sem a necessidade de queimadas, a mecanização mitiga os prejuízos ao meio ambiente e, com a eliminação do corte manual, resolveria a questão social e trabalhista.

Diante de todos esses incentivos, é possível observar a intensificação recente da mecanização do corte da cana-de-açúcar no país, com destaque para o Estado de São Paulo:

Tabela 2 - Participação da colheita mecânica e manual no total da área colhida no Estado de São Paulo

safras	Participação da colheita manual	Área de colheita manual (ha)	Participação da colheita mecânica	Área de colheita mecânica* (ha)	Volume de colheita manual (mil t)	Volume de colheita mecânica (mil t)
2007/08	67,2%	2.210.177	33,0%	1.087.997	191.058	93.223
2008/09	52,4%	2.033.481	47,6%	1.848.619	184.526.467	167.751.268
2009/10	41,4%	1.712.409	58,6%	2.427.844	149.989.871	212.654.884

Fonte: CONAB (2012)

* sob controle das usinas

¹⁹ Um exemplo é a certificação da Bonsucro, uma organização internacional aprovada pela Comissão Europeia que estabelece princípios e critérios socioambientais para aplicação nas regiões de cultivo da cana em todo o mundo.

Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento revelam o crescimento expressivo da área de cana-de-açúcar colhida mecanicamente no Estado de São Paulo, sendo que a participação da colheita mecanizada aumentou 25,6% entre as safras de 2007/08 e 2009/10. Isso representou o aumento de 212.561.661 mil toneladas de cana colhidas mecanicamente. Além do expressivo aumento da área e do volume de cana mecanizados, os números revelam o aumento do uso de colhedoras: enquanto na safra de 2007/08 foram registradas 888 colhedoras em atividades no Estado de São Paulo, na safra seguinte esse número subiu para 1.264 e na safra de 2009/10 chegou a 1.900 colhedoras em atividade.

A safra da cana-de-açúcar na temporada 2012/13 apresentou 72,6% de colheita mecanizada no Estado de São Paulo, segundo divulgação do Governo do Estado de São Paulo²⁰. É incontestável a intensificação da mecanização do corte da cana desde o ano de 2007. Nesse contexto, é fundamental não apenas compreender os motivos que levam os empresários do setor a adotarem a mecanização, como também compreender de que forma esta afeta a vida de milhares de pessoas que trabalham nos canaviais paulistas. É importante observar o processo em curso, tendo em vista o significado de toda e qualquer mecanização empreendida pelo capital:

Tal não é também de outro modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadoria e a encurtar a parte da jornada que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça ao capitalista. Ela é meio de produção da mais-valia (MARX, 1984 [1867], p. 7).

²⁰ GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Colheita mecanizada de cana-de-açúcar cresce no Estado de SP* – 03 de maio de 2013. <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=228308> (acesso em 27 de julho de 2013)

1.3 – Impactos da mecanização do corte da cana-de-açúcar sobre os trabalhadores dos canaviais

Diversos autores, diante do cenário atual de intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar, se propõem a analisar os impactos que esse processo apresenta sobre os trabalhadores dos canaviais.

José Giacomo Baccarin, estudioso das relações de emprego no campo, há alguns anos vêm sistematizando seus estudos em boletins sobre a ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo²¹, por meio de levantamento de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esses boletins revelam a redução de milhares de postos de trabalho no corte manual da cana em São Paulo nos últimos anos, conforme é possível ver na tabela reproduzida a seguir:

Tabela 3 – Indicadores de área canavieira, produção sucroalcooleira e média mensal de pessoas ocupadas em empresas sucroalcooleiras no Estado de São Paulo, de 2007 a 2012.

Item	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Áreacana	3.679,5	3.824,2	4.101,400	4.357,0	4.370,1	4.419,5
Índice	100,0	103,9	111,5	118,4	118,8	120,1
Produçãocana	319.014,4	340.510,4	354.360,1	359.235,5	308.073,2	330.195,5
Índice	100,0	106,7	111,1	112,6	96,6	103,5
Produçãoaçúcar	17.745,7	19.066,7	20.801,3	23.572,8	21.272,0	22.681,7
Índice	100,0	107,4	117,2	132,8	119,9	127,8
Produçãoetanol	12.144,0	16.223,6	14.344,2	15.489,2	11.704,1	11.848,5
Índice	100,0	133,6	118,1	127,5	96,4	97,6
Total Pessoas Ocupadas	316.121,9	320.735,8	310.672,1	310.412,8	302.150,1	299.148,3
Índice	100,0	101,5	98,3	98,2	95,6	94,6
Trabalhadores Canavieiros	178.510,0	171.228,3	154.274,3	140.459,5	128.895,4	112.267,8
Índice	100,0	95,9	86,4	78,7	72,2	62,9

Fonte: CONAB (2013), MTE (2013). Área de cana em mil hectares. Organizada por Baccarin et al (2013)²²

²¹Ver: **Boletim – ocupação formal sucroalcooleira em São Paulo.** <http://www.fcav.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/> (acesso em 20 de julho de 2013).

²² BACCARIN et al (2013). BOLETIM OCUPAÇÃO FORMAL SUCROALCOOLEIRA CENTRO SUL. Jaboticabal (SP), Número 41, Abril de 2013.

Ao mesmo tempo em que é possível observar o crescimento da produção canavieira, assim como de seus derivados, principalmente até 2010, o total de pessoas ocupadas e de trabalhadores canavieiros apresenta queda nesse período. De acordo com Baccarin et al:

Quanto à ocupação, o Total de Pessoas Ocupadas registrou queda de 5,4% período, não acompanhando o crescimento da produção setorial. Já os Trabalhadores Canavieiros registraram redução em seu número de 37,1% entre 2007 e 2012, o que guarda relação com a intensificação do processo de colheita mecânica de cana-de-açúcar que tem se constatado nos últimos anos entre as empresas sucroalcooleiras do Estado de São Paulo (BACCARIN ET AL, 2013a)

Logo, é possível observar que o impacto mais imediato da mecanização sobre os trabalhadores é justamente a redução do número de postos nos canaviais. A redução de quase 40% dos trabalhadores em apenas cinco anos revela o crescimento expressivo do índice de mecanização das colheitas no estado. Em artigo recente, o autor afirma:

É importante que se desenvolvam ações privadas e públicas, inclusive em nível municipal, de requalificação profissional para os trabalhadores que estão sendo dispensados do corte e do plantio de cana. Também é recomendável que se procure, sem prejuízo salarial aos trabalhadores, desenvolver ações que evitem que a diminuição do número de cortadores venha acompanhada do esforço dos remanescentes, que estão elevando, ano a ano, a quantidade média de toneladas de cana cortada (BACCARIN ET AL, 2013b, p.28-29).

Também estudioso da ocupação no setor sucroalcooleiro, Pedro Ramos (2007) considera a mecanização um caminho sem volta, responsável pela redução drástica da ocupação de trabalhadores no corte manual da cana. O autor chega a prever uma “extinção virtual” do uso de trabalho manual no corte da cana, tendo em vista a legislação acerca da proibição da queima da palha da cana e do corte mecanizado tornar-se cada vez mais rentável que o manual.

Buscando referendar seu argumento, Ramos faz uma projeção da situação da mecanização do corte da cana para 2015, ano em que o índice de mecanização alcançaria 80% das toneladas de cana colhidas. Segundo o autor, ainda seria possível verificar a existência do corte manual da cana devido aos terrenos com declives, em que as máquinas não são capazes de agir, além dos tipos de cana que a máquina não consegue cortar com precisão, seja a chamada “deitada” ou a “cana de rolo”. Ainda assim, Ramos aposta na realocização da atividade canavieira no Estado de São Paulo, em função da restrição

topográfica em algumas áreas, permitindo maior avanço do corte mecanizado frente ao manual. Nesse contexto, o autor afirma:

Dada a insustentabilidade que fica evidente na relação entre a queima prévia de cana e o uso de trabalho precário no seu corte coloca-se a necessidade de sua superação. Em outras palavras, o trabalho volante ou boia-fria na lavoura canavieira deverá, em um prazo provavelmente máximo de dez anos, ser virtualmente extinto nas principais áreas produtoras do Brasil (RAMOS, 2007a, p. 74).

Apesar de enxergar essa constatação com olhar positivo, pois é um defensor da mecanização no sentido de que as máquinas vêm a substituir uma tarefa penosa e exaustiva, Ramos se preocupa em relação à recolocação dos trabalhadores em outros cargos. Afirmar que a atual expansão do setor sucroalcooleiro promoverá aberturas de postos, no entanto, estes se destinarão à parte industrial e de maquinaria, de modo que não será possível reabsorver o total de trabalhadores dispensados em função da mecanização do corte da cana dentro do próprio setor agrícola da produção. Além disso, mesmo esses novos cargos não seriam suficientes para realocar todos os trabalhadores que serão dispensados.

Roberto Novaes (2009) analisa de forma cautelosa a dispensa de trabalhadores do corte manual da cana. Para o autor, a intensificação da mecanização do corte da cana acaba gerando a intensificação do corte manual, de tal forma que não apenas a introdução das máquinas colhedoras é responsável pela dispensa de trabalhadores da atividade manual do corte, como também as novas formas de gestão e seleção da força de trabalho para o corte manual. Nas palavras do autor: “a redução dos postos de trabalho nas últimas décadas não deve ser atribuída exclusivamente à mecanização, mas também às novas formas de gestão e ao aumento da produtividade do corte manual” (NOVAES, 2009, p. 114).

Além de apresentar essa visão mais ampla acerca da redução de cargos no corte manual da cana, o autor afirma que não haverá a extinção deste. Novaes analisa alguns elementos que estão em jogo em relação à incorporação do corte mecanizado. Apesar da legislação e de acordos em torno da proibição da queima da palha da cana, haveria resistência dos usineiros, posto que eles não teriam interesse em eliminar o corte manual da cana pela sua qualidade e baixo custo da força de trabalho. Além disso, destaca as restrições tecnológicas, como a topografia, compactação do solo, altos investimentos e

crises internacionais que dificultariam o crescimento progressivo e linear do corte mecanizado.

Diante desse cenário, apesar da redução expressiva de cargos no corte manual da cana, não há previsão de sua extinção. De outro modo, Novaes afirma que haverá uma convivência entre os dois sistemas de corte numa mesma unidade de produção, enquanto, por meio de mudanças nas formas de seleção, gestão, organização e controle, conseguir-se intensificar a produtividade do corte manual. Assim sendo, a combinação entre os dois sistemas de corte pressupõe um novo perfil de trabalhadores para o corte manual:

No corte manual da cana (objeto de nossa reflexão), combina-se trabalhadores com contratos indeterminados e temporários de trabalho, migrantes temporários sazonais com trabalhadores que se estabelecem na região por mais tempo. A questão de gênero também se evidencia. Os empresários evitam a contratação de mulheres para o corte da cana, exceto quando pressionados pela direção de alguns sindicatos que exigem cota de 10% de mulheres por turma de trabalhadores. Outro elemento importante dessa segmentação diz respeito à idade dos trabalhadores. Os empresários preferem contratar trabalhadores jovens, entre 18 e 29 anos: eles possuem maior força física e se tornam, portanto, mais produtivos (NOVAES, 2009, p. 114)

Maria Aparecida Moraes da Silva, ao longo de suas pesquisas, vem abordando as consequências da mecanização do corte da cana-de-açúcar aos trabalhadores do setor. Assim como Novaes, a autora observa que o impacto é diverso segundo o gênero de trabalhadores e trabalhadoras. Em artigo de junho de 2011, intitulado “O trabalho oculto nos canaviais paulistas”, a autora aprofunda a análise dos impactos da mecanização. Moraes Silva (2011) se propõe a analisar as reconfigurações do trabalho nos canaviais, sob as óticas de gênero/classe/etnia no momento que considera de transição do corte manual ao corte mecanizado da cana-de-açúcar. A autora destaca o papel das mulheres nesse momento de reconfiguração das relações de trabalho nos canaviais:

O atual processo de reconfiguração, ademais da intensificação da exploração da força de trabalho, traz no seu bojo uma “nova” divisão sexual do trabalho, baseada nos velhos critérios como força física (homens), cuidado, responsabilidade, delicadeza (mulheres). Trata-se de uma lógica pautada na segregação sexual, segundo a qual, as mulheres recebem salários mais baixos que os homens e, muitas vezes, são lesadas quanto aos direitos trabalhistas (MORAES SILVA, 2011, p. 30).

Esse processo de feminização de certas atividades nos canaviais e em outras culturas acaba por ocultar e invisibilizar o trabalho das mulheres. Enquanto os homens são geralmente contratados diretamente pela usina, durante os cerca de dez meses da safra, as mulheres são contratadas em turmas por empreiteiros que as conduzem a diversas atividades, dependendo dos tempos de cada cultura.

Dentre essas atividades, a autora destaca o trabalho no plantio da cana, a *catação de bitucas*, a realização da *perca*, o *abrir eito* e a limpeza do terreno. O plantio é uma atividade que não se alterou muito, apenas a troca do sistema de trabalhadores sobre os caminhões jogando as canas por máquinas. As atividades de agachar, despallar e cortar os toletes continua a mesma. Quanto à *catação de bitucas*, é uma atividade advinda da mecanização do corte, pois significa catar os pedaços de cana que a colhedora deixa para trás. Realizar a *perca* significa refazer o trabalho “mal feito” dos homens no corte da cana, rebaixando – cortando mais rente ao solo – os tocos mais altos de cana que deixaram.

Abrir eito é realizar o corte das fileiras de cana que estão sobre as curvas de nível – sulcos feitos para a drenagem das águas fluviais – antes da utilização das máquinas, que só cortam as canas em terras planas e com pouco declive. Há também as *mulheres da pedra*, aquelas que fazem a limpeza dos canaviais, retirando as pedras dos terrenos, para que as máquinas colhedoras possam entrar sem serem prejudicadas. É uma atividade extremamente exaustiva, pelo peso que as pedras podem alcançar, e ao mesmo tempo perigosa, devido à presença de animais, como cobras, entre as canas.

Moraes Silva afirma que as mulheres que desenvolvem essas atividades são as verdadeiras *faxineiras dos canaviais*. Esses trabalhos são relegados às mulheres tendo em vista serem supostamente mais leves, para o qual as mulheres levariam mais jeito, como fica claro na fala de empreiteiros entrevistados pela autora. São atividades de limpeza e arrumação dos canaviais, as quais, por assim serem, “caberiam” às mulheres.

Dessa forma, assim como Novaes (2009), a autora avalia que a mecanização do corte da cana não elimina a existência do corte realizado manualmente, mas acaba por promover mudanças e reconfigurar as relações de trabalho nos canaviais e em outras atividades:

Desse modo, combinam-se dois processos: a masculinização e etnificação no corte da cana, e a feminização de certas atividades nos canaviais e em outras culturas agrícolas. Portanto, o trabalho manual não desapareceu, ele continua oculto pelos discursos estatal, patronal, dos meios de comunicação, e até mesmo de certos sindicalistas, a serviço da ideologia do agribusiness, pela qual, nos canaviais paulistas o trabalho é executado tão-somente por máquinas. Produz-se assim o trabalho oculto desempenhado por mulheres e homens igualmente ocultos, negados e tornados invisíveis à sociedade em geral (MORAES SILVA, 2011, p. 31)

A questão da mecanização do corte da cana e suas consequências aos trabalhadores migrantes foi objeto de pesquisa de Marilda Aparecida de Menezes junto a Marcelo Saturnino e Maciel Cover (2011). Os autores realizam uma análise do contexto da intensificação da mecanização do corte da cana, partindo da seguinte hipótese de pesquisa: “a mecanização pode ser entendida a partir da orquestração de uma série de fatores, dentre os quais merece destaque a intensificação da tecnologia, o discurso ambiental e o aumento nos custos do trabalho manual” (MENEZES ET AL, 2011, p. 67).

Em entrevistas com fiscais da agroindústria canavieira, os autores observam que há um rápido avanço da tecnologia, que faz com que as máquinas se tornem cada vez mais produtivas, com possibilidade de circularem em terrenos com maiores declives e fazerem melhor aproveitamento da cana. O discurso ambiental está relacionado à imagem, principalmente para o mercado internacional, que o etanol brasileiro apresenta. O fim das queimadas é uma forma de apresentar a imagem de uma produção limpa, que não prejudica o meio ambiente.

Sobre o aumento dos custos do corte manual da cana, os autores enfatizam o empoderamento dos trabalhadores, que tem movido inúmeros processos trabalhistas, amparados pelo papel bastante presente do Ministério Público do Trabalho. Nesse sentido, a mecanização se apresentaria como resposta do patronato do setor canavieiro às exigências da sociedade civil e dos trabalhadores.

Quanto aos trabalhadores, Menezes et al (2011) observam que eles são prejudicados de diferentes maneiras. Em relação aos novos cargos criados com a mecanização, em específico o de operador de colhedora, ele não passa a representar uma libertação de todas as mazelas sofridas pelo cortador manual da cana. De outro modo, estudos apontam que é uma atividade que, ainda que não submeta o trabalhador às

condições de trabalhar sob céu aberto e estar exposto à fuligem da queimada, apresenta diversos riscos aos trabalhadores, principalmente relacionados à ergonomia e stress.

Os trabalhadores de facão, que cortam cana manualmente, também são afetados. Os autores concordam com Novaes (2009) em relação ao aumento da produtividade dessa atividade em função da mecanização do corte da cana. O corte manual passa a ter o corte mecanizado como referência, tendo que aumentar a sua produtividade para se mostrar vantajoso, uma vez que o corte mecanizado requer grande investimento inicial e gastos com manutenção. Além disso, os autores observam que os trabalhadores são afetados em relação à atividade que exercem e à remuneração:

Ainda em 2008, convivendo com um grupo de migrantes paraibanos que cortavam cana no interior do Estado de São Paulo, pudemos presenciar a agonia e o desespero dos trabalhadores. Não raramente, ao retornarem do eito, eles chegavam irritados com o fato de terem passado o dia trabalhando na diária, cortando cana crua [na palha], como eles diziam, “para as máquinas”. Tratava-se de cortar cana nos locais declinados, onde as máquinas não alcançavam e/ou de abrir caminho, corredores, para a passagem das máquinas. Trabalhando “na diária”, os trabalhadores recebiam dezenove reais (R\$ 19,00) por dia, muito aquém do que poderiam conseguir se trabalhassem por produção, cortando cana queimada. Havia também o fato de que cortando cana crua, na palha, eles estavam se expondo bem mais aos riscos decorrentes de acidentes com animais peçonhentos (MENEZES ET AL, 2011, p. 67).

Há uma verdadeira piora das condições de trabalho e da remuneração. Os terrenos mais planos são deixados às máquinas, assim como as melhores variedades de cana em relação ao corte e aorendimento. O trabalho manual nos canaviais passa a ser complementar ao trabalho das máquinas, sendo utilizado para abrir espaço para a máquina ou para alcançar áreas nas quais ela não pode entrar. Alguns depoimentos dos trabalhadores que entrevistaram revelam essas dimensões:

Mas não são apenas os terrenos, nos relatos dos trabalhadores manuais são constantes as reclamações de que, com as máquinas, além dos piores terrenos, os trabalhadores têm ficado com as piores variedades de cana, como relata Claudionor (Paraibano, cortador de cana): *Pra você ver, nós só corta cana caída, e a máquina cana em pé, porque se cortar cana em pé o pião vai produzir muito, tira a cana boa, que fica para a máquina e a cana ruim fica para mão de obra humana* [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo] Sentimento este também partilhado por Honda (Paraibano, cortador de cana): *“Em São Paulo a cana é mais dura e mais pesada, a cana boa eles deixam para as máquinas. Cana em pé, só quem corta é a máquina”*. [entrevista realizada em 16 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo] *O trabalhador fica com a cana pior, tendo que trabalhar*

na cana na palha, o que não rende muito. (Leonildo, paraibano, cortador de cana); [entrevista realizada em 19 de Julho de 2008, por Marcelo Saturnino e transcrita pelo mesmo] (MENEZES ET AL, 2011, p. 77).

No entanto, o maior impacto da intensificação da mecanização é a expressiva redução do número de trabalhadores em relação ao corte manual da cana. Os autores afirmam que este vivenciaria uma “morte anunciada”, diante da constatada diminuição progressiva da demanda de trabalhadores para essa atividade. No entanto, ponderam essa afirmativa ao observarem que haverá necessidade do corte manual em áreas de grande declive, que representam grande parte no Estado de São Paulo, principalmente na região de Piracicaba. Além do declive, ressaltam a necessidade de trabalhadores para realizar a abertura de caminhos para as máquinas. Suas constatações se baseiam principalmente em afirmações de fiscais e gerentes das usinas.

Há outro motivo para que a redução do número de trabalhadores não seja tão drástica: é a própria expansão do setor, que se concretiza em expansão territorial, aumentando as áreas plantadas com cana e, portanto, a demanda de trabalhadores para o corte manual da cana, junto às máquinas. Esse aumento resulta em uma menor redução do número de trabalhadores no corte manual da cana, como já havia destacado Baccarin (2011).

Em suas considerações finais, Menezes et al (2011) apresentam um olhar positivo sobre amecanização, no sentido de que ela vem a reduzir uma tarefa bastante árdua. No entanto, retomam Ramos (2007) para afirmar que os cargos criados com a mecanização não serão suficientes para arealocação do número de trabalhadores dispensados em função da mecanização. Os autores ressaltam as dificuldades para que esses trabalhadores possam se reinserir no mercado de trabalho, como a baixa escolaridade que em geral, possuem, assim como a falta de qualificação.

Nesse contexto, afirmam que seria possível observar a volta de trabalhadores aos locais de origem, alternando a agricultura familiar com bicos e atividades informais em geral. Ressaltam a necessidade de se retomar a reforma agrária, a fim de garantir o emprego e a sobrevivência desses trabalhadores e afirmam a necessidade de ação do poder público em relação ao fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, alertam que a

Constituição Federal prevê o direito dos trabalhadores de terem proteção em face da automação, cabendo também às empresas do setor a responsabilização por ações que beneficiem aqueles que perdem o emprego em função da mecanização do corte de cana.

Francisco Alves estuda os impactos da mecanização do corte da cana sobre os trabalhadores do setor a mais de vinte anos. Sua tese de doutorado, intitulada *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto* (1991), é referência sobre o tema. Além disso, em artigo recente (2009), o autor dá continuidade a suas reflexões em torno da mecanização. Muitas de suas análises foram previamente apresentadas no início desse capítulo.

Sobre o processo mais recente, Alves observa que a mecanização é um caminho sem volta, uma vez que ela responderia, por parte dos usineiros, às demandas internacionais por uma produção socialmente justa e sustentável do ponto de vista ambiental. No entanto, o autor observa a insuficiência da mera substituição de trabalho vivo por máquinas para melhorar as condições de trabalho e as condições ambientais das regiões canavieiras. Nas palavras do autor:

Ao longo da década de 1990, o que se viu foi que, embora tenha havido a redução do número de trabalhadores empregados, o trabalho manual do corte da cana não apenas não foi plenamente substituído pelas máquinas, como houve forte aumento da produtividade do trabalho no corte e uma gritante piora na qualidade de trabalho (ALVES, 2009, p. 163)

Diante dessa constatação, o autor defende que, se o processo de mecanização do corte da cana é irreversível, e deve mesmo ser defendido no sentido de acabar com uma tarefa árdua, não são apenas os empresários do setor, mas toda a sociedade que deve apresentar propostas em relação a como o processo de substituição dos trabalhadores por máquinas deve ocorrer. É nesse contexto que o autor apresenta as suas propostas de políticas públicas para garantir a sustentabilidade do processo.

As propostas de Alves tem como pressuposto o fim da queima da palha da cana e a mecanização completa do corte da cana crua. A partir da adoção destas, que por si já

enfrentam discordâncias sindicais e do patronato²³, seria necessário, a longo prazo, a qualificação dos trabalhadores cortadores de cana para que ocupem os novos postos de trabalho gerados pela mecanização, além da destinação das áreas desocupadas pela cana para projetos de trabalho e renda para os trabalhadores desempregados pela mecanização. Enquanto medidas imediatas, o autor propõe o fim das terceirizações das relações de trabalho, sem intermediários entre usinas/fornecedores de cana e trabalhadores; a introdução do controle da produção com base no sistema intitulado *quadra fechada*²⁴, sob controle dos trabalhadores e o fim do pagamento por produção, com a introdução do pagamento de salário fixo, baseado nas horas trabalhadas para as atividades agrícolas e não agrícolas do Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Considerações

O intuito desse capítulo foi apresentar um pouco do histórico da expansão da agroindústria canavieira paulista, tendo em vista contextualizar a intensificação recente da mecanização do corte da cana-de-açúcar. Além disso, procuramos analisar os significados dessa mecanização para o empresariado do setor, assim como identificar os principais impactos desse processo sobre os trabalhadores dos canaviais.

Vimos que a atual expressividade econômica do setor sucroalcooleiro só foi conquistada mediante a exploração de milhares de trabalhadores nos canaviais paulistas. Ao mesmo tempo em que houve o avanço das transformações técnicas no cultivo da cana, estas incidiram negativamente sobre o processo e as relações de trabalho. Com a introdução de máquinas em diversas etapas da produção agrícola, os trabalhadores sofreram maior subordinação e controle pelos capitalistas do setor.

²³ É problemática a defesa da mecanização por parte dos sindicatos, pois, ao reduzir os postos de trabalho, reduz o poder de barganha e arrecadação dos sindicatos. Quanto aos usineiros e fornecedores, a elevada produtividade do trabalho com a baixa remuneração do corte manual, somadas às dificuldades técnicas e novos custos da mecanização, faz com que parte deles prefira o corte manual ao mecanizado.

²⁴ Para saber mais sobre esse sistema, consultar: Novaes (2007) e Guanais (2010).

Especificamente em relação à mecanização do corte da cana-de-açúcar, ficou claro que a adoção desta dependeu, desde o início, da configuração da luta de classes, ou seja, do poder de usineiros em impor a sua dominação e dos trabalhadores em conseguir resistir à mesma. Quanto às consequências desse processo aos trabalhadores, foram apresentados, principalmente: expressiva redução de postos de trabalho, rebaixamento de salários, aumento da produtividade requerida, piora das condições de trabalho, entre outros. Nos próximos capítulos veremos como esses impactos ocorrem em um contexto específico, conhecendo um pouco melhor quem são e como vivem os trabalhadores dos canaviais paulistas.

CAPÍTULO 2

TRABALHADORES E TRABALHADORAS NOS CANAVIAIS PAULISTAS: HISTÓRIAS DE EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA

Atualmente, o Estado de São Paulo é o principal produtor de açúcar e etanol do país (CONAB, 2013). A cana-de-açúcar tem presença massiva no território paulista, sendo que a porção norte do estado se destaca enquanto produtora tradicional. No interior desta, a região de Ribeirão Preto se sobressai pela sua superioridade em relação a área plantada, à produção e à produtividade da cana-de-açúcar (KOGA-VICENTE ET AL, 2013). Essa posição de principal polo canavieiro só foi alcançada mediante a exploração de muitos homens, mulheres e mesmo crianças nos canaviais. Estes, ao longo das décadas, apresentaram diferentes modos de resistência e mobilização. A forma da expansão da agroindústria canavieira na região de Ribeirão Preto, então, se apresenta como resultado dos embates entre usineiros e seus representantes e trabalhadores canavieiros.

2.1 – A expansão da agroindústria canavieira na Região de Ribeirão Preto

A Região de Ribeirão Preto se destaca enquanto principal polo da agroindústria canavieira, não apenas em São Paulo, como também nacionalmente, sendo uma das mais ricas e desenvolvidas regiões do país – de acordo com o Censo 2010, o município de Ribeirão Preto apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,8, um dos maiores do Estado de São Paulo e do Brasil. Denominações ideológicas como “Califórnia Brasileira” e “Capital do agronegócio” surgiram nas últimas décadas com o intuito de enaltecer essas características da região. É importante retomar brevemente o histórico da região de Ribeirão Preto, tendo em vista compreender os motivos que levaram a ocupar esse lugar.

Contando com apenas esparsas fazendas de gado até meados do século XIX, a expansão econômica e populacional da Região de Ribeirão Preto esteve atrelada à expansão do café, atraindo contingentes populacionais significativos (BAENINGER, 2010). No

início do século XX, devido a suas condições geográficas, a região tornou-se uma das mais importantes zonas de produção cafeeira do Estado de São Paulo.

Na época em que vigorava o regime de colonato, a produção de alimentos provinha das culturas intercalares, desenvolvidas pelos colonos dentro da propriedade cafeeira; com o processo de urbanização, o desenvolvimento da produção alimentar passou a se dar fora das propriedades cafeeiras, proporcionando uma diversificação da produção na região. Junto a essa diversificação, nas primeiras décadas do século XX, estruturou-se uma rede urbana relativamente densa e ramificada na região, pontuada por centros urbanos maiores. Estes centralizavam o comércio e a prestação de serviços, mediando as relações entre o interior e a capital.

Conseguindo ultrapassar a crise de 1929, devido à produção agrícola diversificada, à constituição de rede urbana e à divisão do trabalho da economia paulista, a Região de Ribeirão Preto passou a apresentar nos anos 1930 um novo padrão de acumulação: o setor industrial passou a ter autonomia frente ao capital mercantil, determinando o ritmo da atividade econômica. Com a crise do café, este passou a ser parcialmente substituído por outras culturas, como a cana-de-açúcar, algodão, produtos alimentares e pecuária, nos anos 1930 e 1940. No entanto, foi apenas a partir da década de 1950 que se acelerou a recuperação econômica da região:

Assim, o movimento de modernização baseado na implantação de indústrias de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura, cerne da desconcentração industrial, encontrou as condições e meios necessários para se desenvolver amplamente na região. Esse desenvolvimento, baseado na agroindústria, provocou forte impacto no mundo urbano. A substituição das culturas permanentes - principalmente o café - por temporárias transformaram significativamente as relações de trabalho, tanto em termos das relações sociais estabelecidas como na quantidade da força de trabalho requerida (BAENINGER, 2010, p. 173)

Esse processo, iniciado nos anos 1950, foi consolidado na década de 1970, principalmente em função do Proálcool, responsável pela expansão e intensificação da produção canavieira na região (ALVES, 1991). Os principais impactos do aumento dessa produção na região foram: substituição de outras culturas pela cana-de-açúcar (monocultura); valorização das terras e maior concentração fundiária; substituição do

trabalho permanente pelo temporário, com residência de trabalhadores na cidade, e o aumento dos fluxos migratórios, com destaque para o movimento sazonal na época da safra.

Quanto à configuração territorial, a Região de Ribeirão Preto está localizada à nordeste do Estado de São Paulo e faz fronteira com o Estado de Minas Gerais e conta, atualmente, com 25 municípios, distribuídos de acordo com o mapa:

Mapa 1: Mapa da Região Administrativa de Ribeirão Preto



Fonte: Fundação SEADE (2012)

Segundo Baeninger (2010), é possível observar uma estrutura de emprego bem diferenciada no interior do Polo Regional de Ribeirão Preto, ou seja, não há um padrão comum entre os municípios, pois eles apresentam estruturas muito diferenciadas entre si. Os mais expressivos são Ribeirão Preto, com grande desenvolvimento no setor terciário, e Sertãozinho, com expressiva atividade industrial, e que juntos detêm mais de 47% da

população. Os demais municípios, com algumas diferenças entre si, não apresentam desenvolvimento econômico expressivo, de forma que muitos de seus habitantes deslocam-se diariamente para trabalhar em outros municípios.

Barrinha²⁵ é um desses municípios menores, que acabam por cumprir essa função regional de local de moradia para os trabalhadores que se deslocam diariamente. Até 1953, Barrinha não existia enquanto município: era um distrito de Sertãozinho, formado por um povoado que se estabeleceu em terras antes pertencentes à Fazenda São Martinho, que as perdeu mediante as sucessivas crises do café. Esse povoado se estabeleceu em torno da Estação Barrinha, pertencente a Cia. Paulista de Estrada de Ferro – hoje FEPASA SA.

A Estação Barrinha era conhecida como terminal da ferrovia, pois embarcavam por meio dela os passageiros de toda região de Ribeirão Preto. Farta de terra roxa e com uma imensa reserva de argila, o então distrito de Barrinha passou a abrigar três olarias e os três entrepostos de petróleo "Gulf", "Atlantic" e "Shell". Além da linha férrea, o Rio Mogi era um importante meio de transporte de mercadorias. Foi pela lei N.º 2.456, de 30 de dezembro de 1953 que Barrinha se emancipou município de Sertãozinho.

Considerada a capital ferroviária da região, Barrinha começou a perder importância por volta da década de 1960, com a substituição do transporte ferroviário pelo rodoviário. O município, que havia crescido em torno da estação e era voltado para a movimentação ferroviária, passou a apresentar um declínio em sua economia - muitas empresas deixaram a cidade, segundo depoimentos de moradores, devido à falta de incentivos econômicos da prefeitura. A cultura da cana-de-açúcar se tornou predominante e responsável pela dinâmica social local.

Atualmente, Barrinha possui 145,643 km², limita-se com os municípios de Sertãozinho, Ribeirão Preto, Dumont, Pradópolis e Jaboticabal, e abrigava 28.457

²⁵ As informações referentes ao histórico de Barrinha resultam de entrevistas com fundadores do município e de informações encontradas no site IBGE Cidades: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=350560&search=sao-paulo|barrinha|infograficos:-historico> (Acesso em março de 2012)

moradores em 2010, segundo os dados do último Censo Demográfico. É possível notar o crescimento de sua população ao longo das últimas décadas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 4 - Evolução da População do município de Barrinha – SP (1980-2010) em número de habitantes

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
1980	12.483	986	11.497
1990	18.079	584	17.495
2000	24.150	262	23.888
2010	28.457	316	28.141

Fonte: Fundação SEADE(2012)

A grande maioria dos residentes em Barrinha vive na cidade, sendo que essa diferença se acentuou nas últimas décadas. Em 2010, 28.141 pessoas habitavam a área urbana e apenas 316 a área rural. Esse esvaziamento populacional da área rural está relacionado à grande concentração de terras resultante do desenvolvimento da agroindústria canavieira na região (SZMRECSÁNYI ET AL, 2008). Tal concentração resulta ao mesmo tempo da apropriação de pequenas propriedades por usinas e fornecedores de cana, e, principalmente, da saída de moradores das fazendas (IANNI, 1984). Nas cidades, grande parte dos moradores vive de aluguel, enquanto alguns poucos conseguiram construir pequenas casas.

Quanto ao crescimento populacional, expressivo nas últimas décadas, este deve ser relacionado ao deslocamento de famílias de municípios do entorno e de outros estados da Federação em direção a Barrinha, tal qual ocorre em outros municípios da região de Ribeirão Preto (PERES ET AL, 2013). De acordo com o Censo 2010, havia nesse ano 2.604 residentes com mais de cinco anos que não residiam no município em 31 de agosto de 2005, o que indica a importância da migração para o aumento recente do número de pessoas vivendo no município. Quanto à região de nascimento dos habitantes de Barrinha, 24.786 pessoas são provenientes da região Sudeste. O segundo lugar de nascimento é a região Nordeste, com 2.528 pessoas. Apenas 920 pessoas nasceram no Sul, 200 no Centro-Oeste e 19 na região Norte. Esses números revelam as dimensões regionais dos fluxos migratórios.

Dentre os doze trabalhadores entrevistados, no âmbito da presente pesquisa, nenhum é natural de Barrinha. É expressiva a migração das pessoas com mais de 50 anos nascidas em municípios de Minas Gerais ou do entorno, assim como a migração recente, e muitas vezes temporária, de trabalhadores mais jovens de estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão.

É possível observar esse mesmo padrão quanto às 20 pessoas entrevistadas no âmbito da pesquisa do “Observatório das Migrações em São Paulo”. Dentre o total de entrevistados, 11 nasceram em municípios paulistas, a maioria na própria região de Ribeirão Preto, 7 são de Minas Gerais, 2 do Paraná e 2 de Alagoas. É importante notar que mais da metade desses entrevistados possui mais de 40 anos, e migrou ainda jovem, revelando fluxos migratórios mais antigos. Esses dados estão de acordo com os achados de Ricardo de Oliveira (2012) em relação à mobilidade espacial de trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista: predominância de trabalhadores nascidos no próprio estado de São Paulo, sendo Minas Gerais o segundo principal, de acordo com o Censo 2000.

2.2 – Histórias do eito: condições de vida e trabalho nos canaviais

O trabalho nos canaviais, com destaque para o corte manual da cana-de-açúcar, é historicamente marcado por jornadas exaustivas e condições degradantes. Desde o século XVI até o final do século XIX, esse trabalho era sobretudo realizado por escravos nos engenhos, e dependia inteiramente da força de trabalho destes. A partir da década de 1850, no meio rural paulista, iniciam-se novas experiências de trabalho com imigrantes europeus nas fazendas de café, produto em ascensão, tendo em vista a proximidade do fim da escravidão no país. Dentre essas experiências, o regime de colonato, adotado principalmente a partir da década de 1880, foi o mais eficiente enquanto forma de controle desse trabalho formalmente livre²⁶.

²⁶ De acordo com Verena Stolcke (1986), o colonato resultou de um processo ao mesmo tempo político e econômico, determinado pelo confronto entre interesses econômicos dos fazendeiros e a habilidade de resistência dos trabalhadores às imposições destes.

Tal sistema consistia no trabalho familiar, com um misto de remuneração por tarefa e por medida colhida de café, combinado com o cultivo de alimentos pelas famílias de colonos. Essa foi a combinação que se mostrou a mais adequada aos fazendeiros, uma vez que as roças de subsistência dos colonos reduziam o custo de produção, sendo pagos baixos salários aos mesmos. No entanto, tais formas de dominação e exploração exercidas sobre os colonos não eram pacificamente aceitas por estes²⁷.

Assim como o café, a produção canavieira contou com o sistema de colonato em São Paulo até o início do século XX (STOLCKE, 1986). Diferente do que ocorria no cultivo do café, o colono da cana era pago pelo engenho de acordo com a cana que enviasse, mas todas as outras condições contratuais eram as mesmas, como o trabalho familiar e o direito à roça de subsistência. As relações de trabalho começaram a mudar no interior das fazendas com a modernização da produção. Segundo Octavio Ianni (1984), ao longo de 1940, os engenhos de aguardente deram lugar às usinas, mais modernas e produtivas, que se tornaram importantes centros da vida econômica e política dos municípios em que estavam situadas.

Nas fazendas das usinas, os trabalhadores tinham acesso à moradia e a um pedaço de terra para cultivar alimentos para consumo próprio. Muitas delas apresentavam toda uma estrutura com escolas, cuidado da saúde e espaços de lazer. É o que Octavio Ianni (1984) entende por “sociedade da usina”:

Na usina, entendida como um complexo produtivo que engloba fábricas e plantações, as pessoas se dividem em operários industriais, operários agrícolas, capatazes, feitores, fiscais, técnicos, engenheiros, químicos, empregados de escritório e outros, além da diretoria, que engloba os proprietários. Há também médicos, enfermeiros, dentistas, professores, assistentes sociais, guardas, vigilantes, porteiros, mensageiros e outros trabalhadores. No conjunto, a população que trabalha na usina e nas plantações está organizada segundo as exigências de reprodução do capital agroindustrial, da divisão social do trabalho, das hierarquias das posições e mandos, das formas e níveis de participação do trabalho coletivo dos operários agrícolas e industriais. Tudo sob o comando dos usineiros e seus prepostos. Essa humanidade, que vive e se reproduz na usina e

²⁷ Diante do arbítrio do fazendeiro, os colonos reclamavam das condições de trabalho, da falta de acesso à escola para os filhos, dos preços abusivos cobrados no armazém. Por vezes, provocavam incêndios, greves e até homicídios. Ver: (STOLCKE, 1986, p. 71-72) e (IANNI, 1984, p. 28).

canaviais, colônias e escritórios, em geral se compõe de famílias completas, às vezes três gerações (IANNI, 1984, p. 60)

Nas entrevistas, principalmente junto a interlocutores com mais de 50 anos de idade, pudemos entender como essa “sociedade da usina” se expressava no cotidiano das pessoas. Maria, nascida em 1955 em Jaboticabal, município vizinho à Barrinha, relata que seus pais moraram em mais de uma dessas fazendas, se estabelecendo na fazenda do Balbo, grupo familiar que hoje possui duas grandes usinas na região: Santo Antônio e São Francisco. Dentro da fazenda, os pais moravam na colônia, junto a outros trabalhadores, e tinham direito a plantar alimentos para consumo próprio no quintal.

De acordo com Maria, ela e seus seis irmãos, quando mais novos, cuidavam das tarefas domésticas e ajudavam no cultivo dos alimentos; ainda bem jovens começavam a auxiliar os pais nos canaviais, sendo sua produção computada junto a estes. O acesso ao estudo era restrito: Maria cursou o primeiro ano do Ensino Fundamental na fazenda, e teve que continuar os estudos na escola pública de Jaboticabal, até o final do correspondente hoje ao Fundamental I. Nessa época, aos dez anos de idade, ela já havia ingressado no trabalho dos canaviais:

Saía da escola e vinha pra roça ajudar meu pai. Depois que meu pai faleceu, eu já fixei junto com meus irmão, cortando cana (...) Tinha o motorista de caminhão que era da usina, então o caminhão ia lotado de gente, aquela peãozada... Ele corria bastante com o caminhão. Nós que era criança ía sentado no assoalho. Tinha o fiscal na lavoura. Então chegava lá e dividia os eito de cana, que a gente pegava um eito de cinco ruas. Então, aí quando tinha meus irmão e eu não aguentava pegar um eito de cinco ruas, então pegava junto com meus irmãos. Ai depois que eu mudei para Barrinha, eu tinha o que? Eu tinha 12 anos, aí eu já tava bem craque na cana, aí pegava um eito sozinha, cinco ruas.

A infância de Maria é similar a de outras tantas crianças que cresceram na região de Ribeirão Preto nessa época. O trabalho fazia parte da vida da criança desde cedo, seja o trabalho doméstico ou na agricultura. Nos canaviais, o trabalho era familiar, pois as crianças não ganhavam separadamente: sua produção e seu ganho eram computados junto ao de pais ou irmãos mais velhos. Como ela própria descreve, o transporte dos trabalhadores aos canaviais era realizado em caminhão, sendo que o motorista pertencia à usina. No eito da cana, havia o fiscal, também da usina, responsável pelo controle do trabalho.

Além dos trabalhadores permanentes, compostos pelas famílias moradoras das fazendas, como a de Maria, havia os trabalhadores temporários, que moravam nas periferias urbanas de municípios no entorno e eram contratados por empreiteiros quando havia maior demanda por força de trabalho, como na safra. Apesar de não pertencerem de forma permanente à sociedade da usina, eles se ajustavam às relações hierárquicas e estruturas vigentes na agroindústria polarizada em torno da usina (IANNI, 1984).

Principalmente a partir da década de 1960, essa estrutura das fazendas das usinas e o trabalho familiar no corte da cana passam a se transformar. As árduas condições de trabalho nos canaviais não eram aceitas de forma pacífica pelos trabalhadores, que contestavam de diversas maneiras a exploração imposta pelos usineiros. Segundo Stolcke (1986), a partir dessa década as greves se tornaram muito frequentes nas fazendas da região, sendo registradas doze delas apenas no ano de 1963. Os trabalhadores do campo reivindicavam os direitos trabalhistas, sendo que a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) nesse ano foi fundamental para a transformação das relações de trabalho na agroindústria canavieira paulista²⁸.

O ETR agrupava e expandia uma variedade de direitos e deveres existentes, adaptando-os à realidade do campo. De acordo com Clifford Welch (2010), uma das principais questões colocadas pelo Estatuto dizia respeito à compensação, pois este limitava os descontos que podiam ser deduzidos do salário dos trabalhadores antes do pagamento, tais quais aluguel e comida. As reivindicações dos trabalhadores passaram a exigir nada menos do que o que estava colocado no ETR, implicando em custos maiores aos fazendeiros assim como uma afronta ao domínio destes. Em decorrência, muitos proprietários não viam mais vantagens no sistema de colonato ou parceria, ao qual estavam submetidas as

²⁸ Há divergências entre especialistas em relação aos significados e decorrências do Estatuto do Trabalhador Rural. Todos afirmam que, de uma forma ou outra, sua promulgação implicou na expulsão de trabalhadores residentes nas fazendas do interior paulista. No entanto, alguns afirmam que suas implicações foram negativas para os trabalhadores rurais, intensificando a exploração dos mesmos na condição de volantes (MORAES SILVA, 1999; ALVES 1991), enquanto outros enxergam em sua promulgação uma conquista do movimento camponês, possibilitando desenvolvimento de melhores condições de vida e trabalho aos trabalhadores agrícolas e pequenos produtores (WELCH, 2010; SIGAUD, 1979).

famílias que trabalhavam nos canaviais. As diversas manifestações em torno da reivindicação de direitos passaram a ser punidas com a demissão e expulsão dos trabalhadores que residiam nas fazendas.

A partir de então, a contratação de trabalhadores passa a se dar de forma individual, assalariada e temporária, de forma que a condição de *volante* ou *bóia-fria*²⁹ passa a ser a predominante, principalmente a partir da década de 1970. Havia entre esses trabalhadores aqueles que migravam de outras regiões, de forma permanente ou temporária³⁰, e também aqueles locais, que outrora residiam nas fazendas, e foram expulsos no contexto da reivindicação de direitos ou deixaram as fazendas em busca de maior autonomia em relação ao patrão. Maria Aparecida Moraes Silva analisa esse processo:

Surge o "bóiafria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O "bóia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a denominação de "bóia-fria", sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. (MORAES SILVA, 1999, p. 66-67).

Nesse processo de individualização do trabalho, que apresenta importantes consequências sobre as famílias³¹, os trabalhadores passam a depender de um intermediário entre eles e a usina, responsável pela constituição de uma turma de trabalhadores para atuar em forma de empreita: o *turmeiro*. Este se constitui em instrumento do capital, auxiliando os fazendeiros a burlar suas obrigações trabalhistas legais para com os trabalhadores assalariados rurais: os trabalhadores eram agenciados pelos *turmeiros* e acabavam, muitas vezes, não estabelecendo relação contratual com os *usineiros*. Ocorria um processo de terceirização: "o *turmeiro* moderno de mão-de-obra oculta o vínculo contratual entre trabalhadores e fazendeiros de modo a isentar esses últimos de quaisquer obrigações

²⁹ Essas denominações apresentam caráter pejorativo em relação aos trabalhadores rurais. Para uma discussão sobre as denominações e seus significados, ver Stolcke (1986), p. 257-259.

³⁰ Analisaremos o processo de migração aos canaviais no próximo item do capítulo.

³¹ A individualização do trabalho opera transformações significativas nas relações de poder no interior das famílias de trabalhadores, principalmente quanto às relações de gênero (STOLCKE, 1986; MORAES SILVA, 1999).

trabalhistas” (STOLCKE, 1986, p. 249). O trabalho informal nos canaviais era predominante e, por volta dos anos 1970, esses trabalhadores eram banidos de qualquer direito, tendo garantido apenas o salário mínimo.

Em Barrinha, essa figura do turmeiro, por vezes denominado feitor, era responsável por formar a turma de trabalhadores para as empreitas, seja durante a safra da cana, para trabalhar no corte manual, seja durante a entressafra, chamada pelos trabalhadores da região de “parada”, para os tratos culturais. Os trabalhadores entrevistados relatavam que o feitor, em geral, era o mesmo que formava a turma, transportava-os para os canaviais e fiscalizava o trabalho. As turmas costumavam ser de 40 a 50 pessoas. No eito, cada trabalhador era responsável pelo corte de cinco ruas de cana, na maior quantidade que conseguissem, já que o ganho era de acordo com a produção.

Quanto aos feitores, pudemos perceber que eles apresentam um papel ambíguo em relação aos trabalhadores, como já havia observado Stolcke (1986). O feitor se coloca entre os interesses dos usineiros e dos trabalhadores: por um lado, tem que garantir que o trabalho seja produtivo, apresentando resultados aos usineiros; ao mesmo tempo, para garantir um trabalho produtivo, o feitor tem que agir de acordo com as expectativas dos trabalhadores quanto à intensidade de trabalho e salário, para conseguir que estes sejam produtivos. Essa dupla função está clara na fala de Wilson, quando comenta sobre o feitor:

Na verdade, não tinha aquele diálogo com o trabalhador, né? Aquele diálogo, aquela conscientização, para conscientizar o trabalhador a trabalhar bem, a se sentir bem. Tem muito carrasco, muito, comigo mesmo, isso já aconteceu comigo mesmo.

É importante salientar que os trabalhadores não aceitavam pacificamente a imposição da disciplina no trabalho e a negação de seus direitos. Até a década de 1980, quando houve grande mobilização dos trabalhadores rurais na região, existiam mobilizações coletivas, ainda que poucas e menos frequentes (WELCH, 2010). No entanto,

é importante atentar para atitudes mais sutis de resistência individual ao trabalho³².

VerenaStolcke reflete sobre essa questão:

Em que medida os trabalhadores são capazes de transformar sua consciência da exploração em resistência efetiva? A relativa escassez de mão-de-obra na agricultura paulista em meados dos anos 70 deu aos trabalhadores uma certa força para resistirem ao que consideravam exigências excessivas de trabalho. Sua oposição à disciplina de trabalho geralmente tomava a forma de uma ação antes individual do que coletiva e organizada. Pode até ser que os obstáculos políticos à ação coletiva tenham feito das formas de resistência individual à disciplina de trabalho mais frequentes na época. (STOLCKE, 1986, p. 262)

Quanto às condições em que era realizado o trabalho, os interlocutores são unânimes em afirmar a precariedade do transporte, da alimentação e da segurança no trabalho, entre os anos 1970 e 1980. Isso fica claro na fala de Dona Mariana, conhecida na região por ter sido campeã de produtividade, ao descrever sua rotina de trabalho:

Acordava cedo, 4h30 da manhã. Na [Usina] São Martinho eu cheguei a acordar 3h, porque era longe, nós tinha que sair às 4h30. Era caminhão. Era sofrido... Tinha que se cobrir com a lona, assim, quando estava muito frio. Nós sofreu muito. Agora tá bom, água gelada, mas naquele tempo não tinha água gelada, não tinha era nada!

Outros trabalhadores também relataram as dificuldades e inseguranças com o transporte, realizado em caminhões. Os acidentes eram comuns³³, sendo que dois dos trabalhadores entrevistados relataram quase terem perdido a vida durante o trajeto aos canaviais. Além da insegurança, havia esse grande desconforto físico, seja pela má disposição das pessoas na carroça, seja pelo frio demasiado da madrugada do inverno paulista. Quanto à alimentação, foram inúmeras as estratégias narradas para buscar manter a água fria durante todo o dia, e a comida, quente, mas sem azedar por causa do sol. A

³² A existência dessas formas de resistência menos explícitas, que por vezes são desconsideradas, devem ser observadas. Muitas vezes, é justamente a partir destas que se organizam as confrontações abertas. Ver: SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. Raízes, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

³³ Entre os anos de 1979 e 1980 foram registrados 115 acidentes de transporte desse tipo com vítimas na região de Ribeirão Preto. Para saber mais sobre estatísticas e legislação da época sobre o transporte de trabalhadores rurais, ver: RODRIGUES, Vera Lúcia da Silva. "Acidentes Rodoviários com Trabalhadores Volantes na Agricultura". In: Boletim da Abra, vol. 12, nº 03, mai/jun. 1982. On-line: <http://www.abrareformaagraria.org/index.php/publicacoes/revistas>

alimentação, em geral, não era oferecida pelas usinas, ficando a cargo dos trabalhadores. Como o ganho era por produção, Mariana relatou que, para não parar, cortava cana “com o pão na boca”, que era o seu almoço.

Além da negação de direitos e das condições precárias de trabalho, no início dos anos 1980 as formas de controle do capital sobre o trabalho tornaram-se mais intensas, seja por meio da mecanização de diversas atividades, mudanças no processo de trabalho ou pela maior fiscalização por intermediários dos patrões. As investidas dos usineiros sobre os trabalhadores foram tão expressivas que as formas de resistência, em sua maioria, individuais, deram lugar a mobilizações coletivas. A famosa Greve de Guariba, em 1984, foi um marco em relação a essas mobilizações.

De acordo com Francisco Alves (1991), a greve unificou trabalhadores rurais canavieiros e moradores que dependiam direta ou indiretamente dessa produção em um só movimento. Um dos estopins da greve foi a mudança no sistema de corte da cana de cinco para sete ruas, implicando a redução do rendimento diário de um trabalhador sem um aumento correspondente no preço da empreitada. No entanto, é preciso entender que a greve resultou de uma insatisfação muito mais ampla, relacionada tanto à exploração nos canaviais quanto à esfera da reprodução. De tal forma que a greve se deu não apenas em contraposição aos usineiros, como também atingiu a Companhia de Abastecimento de Água, cujos preços foram julgados abusivos, e mesmo o mercado, saqueado por conta do preço dos alimentos (STOLCKE, 1986).

As mobilizações dos trabalhadores foram muito importantes, pois deram visibilidade a estes e às condições de exploração a que estavam submetidos. Mais do que isso, os trabalhadores assalariados rurais dos canaviais paulistas passaram a construir uma identidade própria em oposição à negação de condição de trabalhador que lhes era imposta pela negação de direitos (MORAES SILVA, 1999; ALVES, 1991). A construção dessa identidade passava pela afirmação e garantia dos direitos trabalhistas, assim como de um mínimo de controle sobre o processo de trabalho. A criação de um sindicato específico dos empregados rurais foi fundamental, organizando as reivindicações específicas desses

trabalhadores de forma institucional³⁴. Diante da correlação de forças, os trabalhadores tiveram grande parte de suas reivindicações atendidas.

Ao deparar-se com essas mobilizações emergentes no campo, os usineiros perceberam que seria necessário organizarem-se politicamente, além de utilizar estratégias para minar o poder de barganha dos trabalhadores. A intensificação da mecanização do corte da cana foi umas das estratégias utilizadas (ALVES, 1991). Quanto à organização política, ao longo dos anos 1980 e 1990 emergem grupos de representantes do patronato rural com grande poder político, como é o caso da já citada Única.

Diante desse contexto, sob o predomínio do neoliberalismo, houve redução das mobilizações de massa. De acordo com Marcio Pochmann: “houve refluxo no movimento dos trabalhadores em torno das negociações coletivas de trabalho frente à intensificação produtiva nos anos 1990” (POCHMANN, 2009, p. 110). Mesmo assim, o autor avalia que dessa década em diante as relações permaneceram conflituosas, principalmente em relação aos direitos já obtidos e à discrepância entre a elevação da produtividade, a extensão da jornada de trabalho e os níveis de remuneração.

2.3 – Os múltiplos significados das migrações aos canaviais paulistas

Além dos trabalhadores nascidos na região de Ribeirão Preto, principalmente a partir da década de 1970, muitas pessoas nascidas em outros estados passaram a migrar, de forma permanente ou temporária, para o trabalho nos canaviais. Nas décadas de 1970 e 1980, era comum encontrar trabalhadores provenientes de outros estados, sobretudo de Minas Gerais, na região de Ribeirão Preto. A partir da década de 1990, vem crescendo a migração de pessoas provenientes de estados do Nordeste, como Piauí e Maranhão.

De acordo com Ricardo Oliveira (2012), que analisa a mobilidade espacial de trabalhadores da agroindústria canavieira paulista, o indicativo do número de trabalhadores

³⁴ Para saber mais sobre o processo e as implicações da organização sindical desses trabalhadores, ver: (ALVES, 1991).

agrícolas migrantes no CAI canavieiro se manteve acima de 65% do total de trabalhadores durante a década de 2000. Quanto ao local de nascimento, Oliveira afirma que cerca de 60% daqueles que vivem em São Paulo nasceram no próprio estado, de acordo com o Censo Demográfico 2000. Em seguida, Minas Gerais e Paraná se destacam entre outros estados de nascimento desses trabalhadores. Dentro dos estados, o autor afirma que há mesorregiões que concentram esses trabalhadores, como Jequitinhonha em Minas Gerais. O autor analisa também os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios (PNAD) entre 2002 e 2008 e revela que a migração de pessoas de Minas Gerais tem diminuído significativamente, enquanto cresceu o número de trabalhadores do próprio Estado de São Paulo e de estados do Nordeste.

Além dos trabalhadores que residem no Estado de São Paulo, o autor identifica, a partir de dados do Censo Demográfico 2000, que 9,26% dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista residiam em outro estado (OLIVEIRA, 2012, p. 92). Dessa forma, ele consegue identificar algumas características dos trabalhadores que migram de forma temporária para o trabalho nos canaviais. Entre os estados de residência desses trabalhadores, destacam-se Minas Gerais, Bahia, Piauí e Ceará. No interior dos estados, há microrregiões que concentram grande parte dessa população, como Araçuaí (MG) e Guanambi (BA).

O que leva essas pessoas a se deslocarem por longas distâncias para trabalhar em uma atividade considerada tão árdua? A predominância de trabalhadores migrantes nos canaviais leva pesquisadores a refletirem sobre quais são os motivos que os levam a migrar e de que forma esse processo transforma as relações de trabalho e a sociabilidade nos diferentes espaços em que se inserem. Primeiramente, é necessário compreender a migração como um fenômeno histórico e um processo social multifacetado. Nesse sentido, as migrações devem ser concebidas não apenas enquanto resultantes de determinações econômicas, mas também da ação dos agentes sociais inseridos nesse processo.

De acordo com Francisco de Oliveira (2003), as migrações internas estão relacionadas ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no país. O autor entende que não há região atrasada em oposição à moderna, de outra forma, as

desigualdades regionais de desenvolvimento derivam do processo de acumulação capitalista. Ao mesmo tempo em que há expansão da indústria em algumas regiões, com consequente demanda por força de trabalho, o avanço das relações capitalistas sobre o campo acaba por forçar muitos trabalhadores a migrarem em busca de sua reprodução social. Essa análise macroestrutural apresentada pelo autor é importante enquanto leitura dialética do contexto em que se inserem as migrações internas, no entanto, é insuficiente para explicá-las, pois desconsidera o papel ativo dos migrantes enquanto agentes do processo.

Sendo assim, apesar da importância dessas condições objetivas para os deslocamentos, elas são insuficientes para a compreensão desse fenômeno. Segundo Silva e Menezes (2006), é necessário interpretar a migração como um *processo social*, compreendendo-a não apenas a partir da diferença econômica entre as regiões, como também das representações e estratégias dos próprios migrantes, enquanto agentes desse processo. De acordo com as autoras:

Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um(a) trabalhador(a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por esses processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais (familiares, grupos de vizinhança, valores, ideologias etc.), que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural (MORAES SILVA e MENEZES, 2006).

Dessa forma, se a busca pela satisfação das necessidades materiais básicas à sobrevivência imbui a migração aos canaviais paulistas de um caráter compulsório, este estará sempre acompanhado por aspectos subjetivos, permeado por simbolismos e expectativas, como em todo processo migratório³⁵. Assim sendo, além da busca pela sobrevivência, essa migração pode constituir-se em estratégia dos camponeses-

³⁵ Para a demonstração da importância desses aspectos subjetivos no processo migratório internacional, ver: SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização** (trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed, 2010, p.113-138.

trabalhadores³⁶ para a reprodução de um modo de vida específico, de forma que a passagem temporária pelo assalariamento os permite conquistar ou reproduzir a sua condição camponesa (GARCIA JR., 1989; WOORTMAN, 1990; MENEZES, 2002). A migração pode também se constituir em uma forma de adquirir reconhecimento e diferenciação no local de origem (MORAES SILVA, 2008). Além disso, deve-se considerar a importância das redes sociais constituídas nesse processo para a realização de estratégias familiares e construção e recriação de elementos de identidade e resistência entre os migrantes (FONTES, 2008).

Quanto à migração de trabalhadores de outros estados para a agroindústria canavieira paulista, são diversas as dimensões que a permeiam. De acordo com Moraes Silva e Menezes (2006), os movimentos migratórios podem ser definitivos, de retorno, temporários ou circulares. Ainda que a migração seja temporária, as idas e vindas dos trabalhadores para a safra tornam a situação de migração constante para estes, de forma que Moraes Silva (2008) as compreende enquanto *migrações permanentemente temporárias*. É importante observar que os migrantes não se denominam enquanto tais, de outro modo, se reconhecem enquanto trabalhadores rurais, rendeiros, meeiros, posseiros, enfim, toda a diversidade que caracteriza o trabalho e os modos de vida no campo.

Além dessas dimensões da migração de trabalhadores aos canaviais, é preciso entender, como já apontado, que os fluxos migratórios vêm se alterando nas últimas décadas. A região do Vale do Jequitinhonha, ao norte de Minas Gerais, foi um dos locais de onde mais saíram trabalhadores para os canaviais paulistas nas décadas de 1970 e 1980. Em *Errantes do fim do século*, Moraes Silva (1999) analisa o processo de expropriação ocorrido no Vale do Jequitinhonha diante da modernização da agricultura, levada a cabo pelos governos da ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. O processo expropriatório, em que camponeses perderam áreas comuns, parte ou mesmo toda a sua terra, levou muitos destes a partirem para os canaviais paulistas em busca de condições de reprodução social. A

³⁶ Sobre essa denominação, ver a importante discussão realizada por Marilda Menezes no capítulo “Itinerários migratórios e trajetórias sociais”. In: *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB. EDUFPB, 2002.

migração aos canaviais, nesse contexto, se constituiu em uma das dimensões de um processo mais amplo de proletarização.

José Carlos Alves Pereira (2007) concorda com Moraes Silva quanto à existência de um processo de proletarização em curso. O autor afirma que, diante da apropriação de terras camponesas pelo grande capital e da ausência de políticas públicas de custeio e financiamento eficientes para a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha, muitos trabalhadores são levados a migrar de forma compulsória. Nos canaviais, eles se deparam com condições por vezes tão precárias quanto às de seus locais de origem, mas persistem pelo sonho de um dia voltar com recursos para viver uma vida com menos privações. No entanto, diante das condições de trabalho e remuneração, a maioria dos migrantes não consegue realizar esse sonho e permanece na condição proletária.

No trabalho de campo, em Barrinha, encontramos muitos trabalhadores nascidos em Minas Gerais. Quando da aplicação de questionários no âmbito do “Observatório das Migrações em São Paulo”, encontramos pessoas nascidas nos seguintes municípios mineiros: Minas Novas, Grão Mogol, Forquilha, Berilo e Coronel Murta. Entre os 12 trabalhadores entrevistados no trabalho de campo, os originários de Minas Gerais apontaram os seguintes municípios como local de nascimento: Minas Novas, Forquilha, Itaobim e Virgem da Lapa. Não por coincidência, grande parte desses municípios está situada na região do Vale do Jequitinhonha e entorno. A maior parte das pessoas, tanto dos questionários quanto das entrevistas, possuía mais de 50 anos e saíram de Minas Gerais entre os anos 1970 e 1990. Em suas regiões de origem, a maioria relatou ter vivido da roça ou trabalhado em fazendas. Nenhum deles tinha planos de voltar à terra natal ou conseguiu comprar uma terra na região onde vive atualmente.

A história de Eduardo, 54, revela algumas características das migrações de trabalhadores nascidos em Minas Gerais para a região de Ribeirão Preto nas últimas décadas do século XX. Nascido em Virgem da Lapa, com apenas oito anos de idade Eduardo começou a trabalhar na roça da família. Mais tarde, passou também a trabalhar para os fazendeiros da região em várias atividades: roçando pasto, em plantações de eucalipto, cortando lenha para as carvoarias, fazendo tijolos. Aos 18 anos de idade, perdeu

seus pais. Aos 21 anos, em 1978, migrou para a região de Ribeirão Preto, ao ser chamado por um gato: “Eu vim de ônibus fretado, que antigamente, essa usina que me chamou fretava um ônibus e mandava buscar o pessoal lá pra cortar cana aqui”. No caso, ele foi chamado para trabalhar na Usina Bonfim, em Taquaritinga, município próximo à Barrinha.

No início, Eduardo morou em alojamento, concedido pela usina. Assim que pôde, passou a morar em pensão, pois não gostava de viver em alojamento³⁷, principalmente por conta das brigas que aconteciam. Quanto às condições de trabalho, eram muito precárias: ele tinha que trabalhar de camiseta e chinelo, sem qualquer equipamento de proteção, e costumava fazer jornadas de 12 horas no corte da cana. Não havia tempo de almoço ou de parar para qualquer descanso. Quanto aos feitores, disse que havia entre eles amigos, mas, por outro lado, relata que outros eram carrascos, e afirma: “inclusive tem um que tentou matar trabalhador na roça”. Quando questionado sobre como era trabalhar com o corte da cana, Eduardo revela:

Ah, pra mim foi normal, foi normal porque a gente era acostumado a trabalhar pesado. Até tinha gente que falava assim: olha, quando você for lá, você vai cortar bastante cana e, vira e mexe, foi o que aconteceu mesmo. A gente ia cortar cana, chegava num dia a 20, 19, 20, 21 mil quilos, e aí lá não deu muito certo, eu peguei e fui embora.

De acordo com Novaes (2009), a preferência das usinas por contratar trabalhadores migrantes é decorrente, entre outros motivos, justamente dessa característica de estarem habituados, desde cedo, ao trabalho pesado. Nesse sentido, seus corpos se adaptariam mais facilmente aos movimentos e ao dispêndio de força necessário para o corte da cana. Outra característica que os empresários do setor apreciam nos migrantes é a suposta docilidade que apresentam em função das precárias condições em que estão acostumados a viver e das relações autoritárias a que tinham de se submeter nos locais de origem (MORAES SILVA, 2008).

Quanto à produtividade, os números apresentados por Eduardo eram muito altos para a época, sendo que até para os dias atuais estão acima da média. De acordo com

³⁷ Para entender mais sobre a organização e sociabilidade de trabalhadores no interior dos alojamentos, ver Menezes (2002, p. 145-183) e Menezes e Maciel (2012).

Alves (2006), nos anos 1980 em média cortavam-se seis toneladas de cana por dia, sendo que hoje a média é de doze toneladas, ao passo que Eduardo revela que cortava cerca de vinte toneladas diariamente. Além da Usina Bonfim, ele trabalhou em outras três usinas, revezando entre contratos por tempo determinado e por tempo indeterminado.

Diante dessas condições de trabalho, em 2004, aos 47 anos, Eduardo se viu obrigado a aposentar-se por invalidez, devido aos danos que os anos no canavial causaram ao seu corpo. Durante a entrevista, ele mal conseguia ficar parado, sentado, tal era o incômodo com a sua coluna. Seu rosto, marcado pelos anos de trabalho sob o sol, dava-lhe a aparência de um homem idoso. Atualmente, para complementar a aposentadoria, Eduardo possui um veículo que funciona como uma pequena venda de CD's, DVD's e badulaques. Ele preferia, no entanto, ter saúde para poder trabalhar e ganhar melhor, conforme nos confidenciou: “Só que eu preferia estar com saúde, trabalhando, porque a aposentadoria não dá. Queria estar com saúde, trabalhando, eu tenho certeza que antes eu ganhava mais do que o que eu ganho”.

A partir dos últimos anos da década de 1990, assiste-se ao processo de mudança da cartografia migratória (MORAES SILVA, 2008). Os trabalhadores têm migrado de outros estados para a região de Ribeirão Preto, principalmente da região Nordeste, com destaque para Piauí e Maranhão. Assim como no caso de Minas Gerais, a migração de trabalhadores desses estados decorre do avanço das relações capitalistas sobre o campo. Quanto ao Maranhão, que se encontra na chamada fronteira agrícola, desde os anos 1970 conta com um longo ciclo de grilagem e exploração que continua até os dias atuais e afeta inúmeras famílias que têm que se mudar para as periferias dos municípios.

Marcelo Carneiro et al (2007) apontam o aquecimento do mercado de terras em Timbiras – MA como fator de expulsão de trabalhadores do interior de latifúndios. No entanto, ponderam que não é apenas a natureza da estrutura de distribuição de posse da terra que leva os trabalhadores a migrarem, sendo também fundamental a dimensão restrita de oportunidades de emprego no mercado local de trabalho. Dessa forma, muitos trabalhadores são estimulados a migrar pela possibilidade de “acumular alguns recursos” para a aquisição de bens (materiais para construção da casa, eletrodomésticos etc.) ou de

algum pequeno negócio urbano (CARNEIRO ET AL, 2007). Além da utilidade prática imediata desses bens e negócios, há fatores simbólicos importantes, pois tais bens carregam significados de distinção social (MORAES SILVA, 2008).

Nas duas visitas realizadas a Codó³⁸, município principal da região em que está localizado Timbiras, ouvimos relatos de que é muito comum os homens se deslocarem para o corte da cana, por vezes levando as mulheres, e que as mulheres em geral seguem sozinhas para Goiás, principalmente para o trabalho doméstico³⁹. Quanto aos impactos que essas migrações apresentam para os que ficam, professores e gestores da educação relataram a desagregação familiar. Segundo eles, com pais e mães ausentes, cabe às avós os cuidados com as crianças, como já observou Moraes Silva (2008). No entanto, eles relatam que, em função da diferença geracional, e do menor poder de controle dessas mulheres sobre seus netos, as crianças acabam não frequentando a escola como deveriam e, por vezes, são levados ao trabalho infantil, problema que afeta gravemente o município.

Entre os trabalhadores que entrevistamos em Barrinha, encontramos apenas um nascido no Maranhão, em Lago da Pedra, município não muito distante de Codó. José tem 30 anos e está há quatro em Barrinha, trabalhando nos canaviais. No município onde nasceu, trabalhava a roça, enquanto sua esposa quebrava coco babaçu:

Pra lá, o meio de vida pra lá é trabalhar roço. Roço quer dizer roçado, sabe? Roço e coco, que a mulher só quebra coco, só vem falar em quebração de coco, só. Falar coco lá pra nós é igual cana pra cá pro estado de São Paulo, é a mesma coisa, mas é um coco, o bichinho é redondinho assim, tem que quebrar ele e tirar as partes e vender pra... aí vende, faz o azeite, faz sabão, faz bastante coisa. Minha mulher que sabe mais. Ela é boa de coco.

³⁸ No âmbito do trabalho como educadora, no programa educativo Escravo, nem pensar! da ONG Repórter Brasil, realizei duas viagens a Codó no segundo semestre de 2013. Nestas, conversei com gestores e professores da Secretaria Municipal de Educação e da Unidade Regional de Ensino (URE) da Secretaria Estadual de Educação sobre a migração e seus impactos sobre o município. A URE abarca, além do município de Codó, Timbiras e Coroatá.

³⁹ Em pesquisa realizada com 114 famílias de Timbiras-MA, Goiás apareceu como o principal destino de trabalhadores migrantes (31,18%), seguido de São Paulo (30%). As principais ocupações no lugar de destino foram: corte da cana-de-açúcar, construção civil e trabalho doméstico (CARNEIRO ET AL, 2007).

É muito comum encontrar essa divisão sexual do trabalho no Maranhão. A atividade de quebração de coco babaçu, que é importante fonte de renda para muitas famílias, é tradicionalmente realizada por mulheres⁴⁰, enquanto o trabalho na roça é imputado aos homens. José analisa a sua situação: “Mas a dificuldade é porque não tem, assim, um tipo de sobrevivência melhor, sabe?” Diante da insuficiência da roça e do coco para garantir-lhes condições de vida confortáveis, ele decidiu migrar, primeiro sozinho, depois seguido da esposa e dos dois filhos:

Primeiro eu vinha vindo aventurar, sabe? Eu disse: “Eu vou pelo meu cunhado que tá lá. Já que ele tá lá, eu não vou ficar sozinho, assim, perdido sem saber aonde eu vou”. Ai eu vim direto pra cá.

Assim como José, grande parte dos trabalhadores decide migrar tendo em vista a migração anterior de um parente ou amigo. A inserção de trabalhadores em redes sociais constituídas por parentes, amigos, agenciadores de mão de obra e também representantes da agroindústria é fundamental para o processo migratório (MORAES SILVA, 1999; MENEZES 2002). Em Barrinha, José e sua família vivem em uma moradia de apenas um cômodo, e a mulher cuida da casa e dos filhos enquanto José parte diariamente para o trabalho nos canaviais. As condições de trabalho que ele descreve, são muito diversas das relatadas por Eduardo, que trabalhou nos canaviais em décadas anteriores. No eito, ele trabalha com os equipamentos de segurança, como óculos ebota, entre outros, e tem direito a parar para o almoço além de outras pausas para descanso:

A rotina daqui é acordar 4 hora da manhã, eu vou pru meu ponto do meu serviço, assim, 5h30 eu pego o ônibus, ai eu chego lá 7h pra tá no serviço já. Ai nós trabalha das 7h às 9h, às 9h tem uma pausa de 10 minutos, vai até 9h10. Ai das 9h10 a gente trabalha até as 11h que era o almoço, faz uma hora de refeição. Das 12h até duas, às 14h mais 10 minuto, ai vai até as 15h20, ai tá liberado, ai de lá todo mundo ia embora. Todo dia o horário era esse, é o que eu falei para você. Todo dia, todo dia.

⁴⁰ Para saber mais sobre essa atividade, ver: Barbosa, Viviane de Oliveira. *Vivendo na desigualdade: Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense*. Trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa Culturas das Desigualdades, organizado pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Ao mesmo tempo em que se observa a melhora das condições de trabalho em relação a décadas anteriores, por outro lado, José afirma que este é o último ano que trabalhará nos canaviais, pois acha que o ganho não compensa. De acordo com ele, o salário piorou desde 2008: o que ganha mal dá para sustentar a família em Barrinha, mais difícil ainda seria juntar recursos para levar a Lago da Pedra. Ele tem vontade de ir para Ribeirão, o que significa trabalhar na construção civil. No entanto, sua esposa quer voltar, pois sente muitas saudades da mãe:

Ela é daquela menina que tem que ficar perto da mãe, sabe, não costuma ficar longe. E com razão, porque aqui ela tem que pegar mais de três ônibus para ficar atrás da mãe dela. Pra mãe dela, ela vai todo fim de ano. Ela não quer ir, só quer ir se eu for, mas eu decidi ir agora com ela. Eu não ia pra lá, eu não tava com vontade de ir pra lá não, mas por ela eu vou.

Essas palavras de José não deixam dúvidas quanto à importância de outros fatores, muito além das questões econômicas, para os deslocamentos de trabalhadores e trabalhadoras. Buscamos explorar um pouco dessas histórias de migração tendo em vista justamente ressaltar o papel dos migrantes enquanto agentes desse processo, sem deixar de entendê-lo como decorrente de um processo mais amplo de reprodução do capitalismo no país.

2.4 – As condições atuais de trabalho no corte manual da cana em São Paulo

Apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores nas últimas décadas do século XX relacionados aos direitos trabalhistas e ao processo de trabalho, ainda é possível verificar precárias condições de trabalho nos canaviais nesse início de século. Ao mesmo tempo em que não há como negar algumas melhorias, principalmente referentes à formalização, à segurança, ao transporte e à alimentação, os trabalhadores sofrem com as drásticas consequências da exigência por maior produtividade no corte manual da cana.

Antes de entrarmos na discussão sobre tais consequências, é importante apresentar algumas características do perfil dos trabalhadores agrícolas da agroindústria canavieira paulista. Ricardo de Oliveira (2012) analisa algumas dimensões do perfil desses trabalhadores no período recente – entre 2000 e 2008 – tendo como referência três fontes

oficiais distintas⁴¹. Segundo o autor, dentre o total de trabalhadores 85,8% são homens. Além disso, predominam os jovens, destacando-se aqueles entre 20 e 39 anos, e os trabalhadores migrantes: cerca de 65% entre o total de trabalhadores nasceu ou vive em outro município. Esse perfil dos trabalhadores, em sua maioria homens, jovens e migrantes, está relacionado ao aumento da produtividade exigida no corte da cana, tanto em função da intensificação da mecanização dessa atividade, como das novas formas de gestão do setor (NOVAES, 2009).

A produtividade média dos trabalhadores no corte manual da cana, que simplesmente dobrou nas últimas décadas (ALVES, 2006), incide sobre a saúde dos mesmos, por vezes, de forma drástica: a Pastoral do Migrante de Guariba denunciou as mortes de vinte e um trabalhadores, entre 2004 e 2008⁴², decorrentes do excesso de trabalho nos canaviais. Além dessas mortes registradas, estudiosos afirmam que haveria número muito maior entre os trabalhadores canavieiros (MORAES SILVA ET AL, 2006; ALVES, 2006). Isso porque é muito comum, em pesquisas de campo, encontrar relatos de “birôla” – como é chamada a morte por excesso de trabalho entre os trabalhadores. De fato, um de nossos interlocutores da pesquisa, Pedro, presenciou e nos relatou o falecimento de um colega na frente de trabalho:

É, ano passado mesmo morreu um senhor lá em Sertãozinho, ele morreu abraçado na cana. É... deu um ataque nele lá, ataque cardíaco, e ele morreu. E era muito de idade, né? Ele tinha muitos anos, tava era para se aposentar lá, mas a usina mesmo não mandava ele pra fora. Aí ele – o sol tava muito quente, né, nessa época – ai ele desmaiou. Ai, até a ambulância da usina chegar, ele não resistiu, mas morreu lá mesmo.

As mortes nos canaviais se apresentam como a consequência extrema de uma condição de trabalho que afeta diariamente a saúde dos trabalhadores. Se a morte é uma situação extrema, que acomete alguns dos milhares de trabalhadores do eito, não o são as câimbras, dores e febres e, a longo prazo, diversas doenças crônicas resultantes dos desgastes dos corpos. A produtividade atualmente demandada, que exige do cortador de

⁴¹ Censo Demográfico 2012, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

⁴² Segundo a Pastoral do Migrante de Guariba – SP.

cana o desempenho de um maratonista, tem como consequências sérios danos à saúde dos trabalhadores, que tem a vida útil mais curta que a dos antigos escravos⁴³.

Há alguns anos, diante das denúncias e de maior pressão do poder público em relação às condições de trabalho nos canaviais, as usinas passaram a introduzir o uso de soro hidroeletrolítico e repositor, supostamente em benefício da saúde dos trabalhadores. No entanto, essa ação está menos relacionada a uma preocupação de fato com a saúde dos trabalhadores, do que com a garantia de cumprimento de uma alta performance no corte da cana. Nesse sentido, analisa Novaes (2007):

Soros e remédios são expedientes adotados pelas usinas e pelos próprios trabalhadores para garantir um ritmo de trabalho que vai além da capacidade física de muitos. Como em um processo de "seleção natural", sobrevivem os mais fortes. Mas a pergunta é: *como e até quando* sobrevivem? Soros e remédios podem ser vistos como expressão do paradoxo de um tipo de modernização e expansão da lavoura canavieira que dilapida a mão-de-obra que a faz florescer (NOVAES, 2007, p. 173)

Em nossas entrevistas, foi possível verificar que todos que passaram pelo corte da cana sofreram algum tipo de acidente e, principalmente os mais idosos, desenvolveram doenças crônicas. Os trabalhadores relatam com tristeza o fato de terem de se aposentar por invalidez, ou a impossibilidade mesmo de não conseguirem varrer a própria casa, tal o dano causado pelos anos nos canaviais. É o caso de Eduardo, que cortou cana durante anos:

Para compensar, a primeira vez que eu tive no hospital foi por causa disso aí. Você se esforça muito, então esgota todo o sal que tem no corpo, não fica nada, e começa a dar câibra pra tudo quanto é lado. E chega uma ocasião que a pessoa começa a ter, que chega até a morrer, se insistir em ir direto, chega até a morrer.

Só é possível compreender a subordinação dos trabalhadores a esse trabalho, que lhes dilapida o corpo, e mesmo a vida, entendendo as estratégias patronais que permeiam as relações de trabalho no setor. Desde os anos 1990, com a reestruturação produtiva do setor, foram introduzidas mudanças significativas nas formas de gestão da força de trabalho. As empresas passaram, como em outros setores, a se preocupar não apenas com a alta produtividade dos trabalhadores, como também com que estes fossem

⁴³ De acordo com Moraes Silva (2007), o tempo em que os trabalhadores do corte da cana se mantêm na atividade é cerca de 12 anos, sendo que os antigos escravos, após o fim do tráfico negreiro em 1850, possuíam de 15 a 20 anos de vida útil.

disciplinados, centrados no trabalho, e que fizessem dos objetivos das empresas os seus objetivos (GUANAIS, 2010). De acordo com a autora, as usinas passaram a adotar uma série de estratégias, já utilizadas no meio urbano e industrial, de envolvimento dos trabalhadores, buscando a acumulação crescente de capital e o reconhecimento da legitimidade do comando e do controle das usinas sobre o processo produtivo.

É nesse sentido que foram adotadas formas cada vez mais veladas de coerção, procurando envolver os trabalhadores, transferindo a estes as responsabilidades por todo o processo, não apenas de elaboração e execução, como também do controle de qualidade da produção. Entre as estratégias patronais analisadas por Guanais, há aquelas que buscam envolver a subjetividade do trabalhador, fazendo-o agir em prol da usina como se o estivesse fazendo em benefício próprio. Dentre tais estratégias, é possível destacar o treinamento dos trabalhadores, em que são incutidas normas das usinas, e premiações pela assiduidade ou produtividade, como é o caso do “podão de ouro”⁴⁴.

Ao mesmo tempo em que essas estratégias funcionam, fazendo com que os trabalhadores busquem cada vez mais a produtividade, por vezes elas são insuficientes. É por isso que as usinas também se utilizam de estratégias mais diretamente coercitivas, consideradas arcaicas, como o pagamento por produção, a imposição da “média”, as “listas negras” e os “ganchos” (GUANAIS, 2010).

De acordo com Alves (2006), o pagamento por produção já era criticado por autores como por Adam Smith no final do século XVIII e por Karl Marx no século XIX, como uma das mais perversas e desumanas formas, pois o trabalhador tem o seu ganho atrelado a força de trabalho despendida por ele por dia. Além dessa característica, o pagamento por produção no corte da cana apresenta suas especificidades. Os trabalhadores têm a sua produção mensurada em metros de cana cortada, medidos pelo fiscal ao final do dia de trabalho, mas a remuneração depende do peso da cana cortada. Este varia de acordo com o tipo de solo, variedade da cana, entre outros fatores. A conversão entre metros

⁴⁴ Este consiste em uma premiação pela produtividade alcançada pelo trabalhador, podendo ser o prêmio desde um telefone celular até uma moto (MORAES SILVA, 1999).

cortados e toneladas correspondentes é realizada no interior da usina. Dessa forma, além de ser uma forma desumana de remuneração, o modo como o pagamento por produção é utilizado pela agroindústria canavieira é ainda mais perverso, possibilitando o roubo no pagamento por parte das usinas⁴⁵.

A imposição de uma *média* significa uma produtividade mínima diária que os trabalhadores devem apresentar nas primeiras semanas de trabalho para serem contratados durante toda a safra. As *listas negras* são listas com nomes de trabalhadores que foram marcados, geralmente em função de seu comportamento, por exemplo, envolvendo-se em manifestações ou greves. As listas circulam entre as usinas, e são consideradas na hora da contratação. Quanto aos *ganchos*, significam impedir a pessoa de trabalhar durante um ou mais dias, ficando sem ganhar nesse tempo. Estes são aplicados, em geral, pelo fiscal ao trabalhador que não tenha desempenhado bem uma tarefa ou tenha desobedecido a uma ordem sua. Um exemplo da aplicação do *gancho* pode ser encontrado na fala de Pedro, de apenas 23 anos, nascido em Pernambuco, quando relata a ação do fiscal na frente de trabalho:

Aí lá eles trabalha do jeito que quer com você. Chega de manhã, você na cana, e a cana – que de manhã tá um pouco frio – a cana tá toda molhada, né? Você chega 6 hora, 7 hora da manhã você já tem que entrar, se não ele já quer cortar o seu dia, já que ponhar você de gancho. Ai, se ponhar de *gancho*, você fica dois, três dias sem receber nada, se ponhar de *gancho*... ai a gente tem que entrar à força, porque é o jeito.

Além da utilização dessas estratégias diversas pelas usinas, é possível verificar algumas mudanças significativas quanto à formalização e contratação dos trabalhadores. Houve aumento expressivo da formalização do trabalho: 98,3% dos trabalhadores agrícolas do CAI canavieiro paulista eram formalizados em 2008 de acordo com dados da PNAD (OLIVEIRA, 2012). Quanto à forma de contratação, há queda da contratação por tempo determinado e simultâneo aumento da contratação por tempo indeterminado (POCHMANN, 2009; OLIVEIRA, 2012). Ainda que a contratação por tempo indeterminado seja positiva para os trabalhadores, no sentido da garantia da continuidade

⁴⁵ Para saber mais sobre o pagamento por produção no corte da cana e suas implicações, ver Alves (2006) e Guanaís (2010).

no trabalho, isso não se verifica na prática, alerta Oliveira (2012), pois, mesmo com esse tipo de contrato, há grande número de desligamentos ao final do ano. Ou seja, o contrato por tempo indeterminado acaba sendo, na maioria das vezes, determinado pelo final da safra, no mês de dezembro.

A forma de contratação, até meados de 2000, se dava principalmente mediante a ação de turmeiros, ou “gatos”, de forma a terceirizar as relações de trabalho (MORAES SILVA, 1999). Essa figura, antes central na contratação dos trabalhadores, vem perdendo espaço nos últimos anos. Em todas as entrevistas realizadas, os trabalhadores afirmaram que o “feitor” ou “líder” apenas reúne os trabalhadores para compor a turma, mas leva-os para realizar a contratação diretamente com a usina ou com o fornecedor para o qual vão trabalhar. De acordo com Rafael, de 26 anos:

Tem o líder. A gente vai no líder, conversa com ele, aqui na cidade mesmo, na casa dele, aí ele vai e arruma os papéis para a gente ir trabalhar na usina. Ai a gente leva lá e faz a arrumação.

Muitas vezes, os trabalhadores relatam a ida diretamente à usina para serem contratados, sem nem mesmo a intermediação do “feitor”. Nesses casos, é comum que a assistente social da usina verifique as condições de moradia dos trabalhadores que requerem os empregos, de forma que há um controle maior sobre a vida privada. A contratação, no lugar de levar em conta apenas os critérios de produtividade e obediência, que eram considerados pelos feitores, passa a considerar questões relacionadas à cobrança do poder público, como as condições decentes de moradia, de forma que as usinas repassam essa responsabilidade aos trabalhadores.

Uma trabalhadora relata que, para a usina contratá-la, uma assistente social vai até a sua casa para verificar as condições em que vive e como é o cotidiano da família. Gabriela, trabalhadora entrevistada, relata como acontece essa contratação na usina do Balbo (São Francisco):

Vem fazer visita, por exemplo: se sua casa é só um cômodo, ela já não te passa. Se você tem um quarto, a sala, aí você tem seu filho, e se quer colocar a cama do seu filho na sala, ela já não te passa. Ela te reprova e já não te dá o serviço: você perdeu a vaga. Você levanta cedo, vai lá, faz tudo, aí depois cê não passa. Aí, ó, eles gosta de vir de manhã cedinho, pega cêdurmind, e aí se levanta: já não te aprova. Se é umas oito horas e ela veio, pegou cêdurmind, já não te aprova (...)

Eu sou sozinha, tenho meus filho e não tenho marido, aí eu não tenho condições de pagar uma casa grande, eu vou pagar um cômodo, e não vai me dar serviço porque eu moro em um cômodo? Eu acho que assim é discriminação.

Apesar de a figura do feitor não ser mais central no processo de contratação, isso não significa que houve redução da terceirização. De outro modo, a terceirização segue sendo uma realidade presente nas relações de trabalho do setor sucroalcooleiro paulista. A partir da análise de relatórios do Grupo Móvel Rural, do Ministério do Trabalho e Emprego, Adriano Santos (2013) identificou uma série de formas de terceirização de atividades e serviços no setor. O autor se deparou com situações em que havia, em uma mesma frente de trabalho, trabalhadores contratados diretamente pela usina e trabalhadores contratados de forma terceirizada.

Também no corte mecanizado da cana o autor encontrou trabalhadores contratados de forma terceirizada, e igualmente submetidos a condições irregulares de trabalho. Nesse sentido, Santos revela que a terceirização acaba por cumprir o papel de segmentação e hierarquização entre os trabalhadores. Em suas palavras:

Nota-se, portanto, que além de objetivos econômicos, a terceirização tem objetivos políticos no que se refere à fragmentação e desmobilização dos trabalhadores, pois na medida em que a sua própria natureza é tornar precárias as condições de trabalho, ao mesmo tempo em que isso acontece, convertendo o prejuízo dos trabalhadores em lucro para os empresários, ela também dificulta a organização da classe. Daí a terceirização ser uma estratégia constante do capital impor aos trabalhadores novas formas de controle e subordinação por meio da criação de fraturas em suas resistências e formas de organização política e de representação (SANTOS, 2013, p. 127)

Além das alterações nas formas de gestão e contratação da força de trabalho, há mudanças também relacionadas ao transporte, segurança e moradia dos trabalhadores. Tanto os trabalhadores como os sindicalistas e a agente da Pastoral entrevistados ressaltaram que houve melhorias quando se compara a situação atual com a de décadas anteriores. A maior parte das usinas passou a adotar o ônibus, no lugar do caminhão, para o transporte dos trabalhadores. Quanto aos alojamentos, muitas usinas melhoraram as condições, ou, para não terem que se responsabilizar, pararam de oferecer, ficando a moradia a cargo dos trabalhadores. O uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual – passou a ser mais disseminado, muito em função do aumento das fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego.

Não é possível, no entanto, afirmar que tais condições são ideais. Em 2005, foram vários os problemas encontrados nos canaviais da região de Ribeirão Preto na missão realizada pela Plataforma DHESCA⁴⁶: baixos salários, terceirização das atividades e não pesagem da produção; permanência de condições insalubres e perigosas no ambiente de trabalho; ausência de condições para armazenamento da alimentação, água inadequada, equipamentos de proteção individual em número insuficiente ou em condições inadequadas, ausência de ambulância e equipamentos de primeiros socorros; desrespeito à legislação nacional e internacional de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário e práticas antissindiciais.

Por vezes, as condições na frente de trabalho e nos alojamentos são tão precárias que podem configurar casos de trabalho análogo ao de escravo. Na década de 2000 foram inúmeras as denúncias relacionadas a esse crime no setor sucroalcooleiro, que chegou a liderar por mais de um ano o ranking de denúncias, de acordo com matéria da Folha de São Paulo:

O setor sucroalcooleiro liderou novamente o ranking de denúncias de trabalho escravo no país em 2008, segundo mostrou pesquisa da CPT (Comissão Pastoral da Terra). O setor respondeu por 36% das denúncias envolvendo situações de trabalho degradante. (...) No ano passado, 5.266 pessoas foram encontradas trabalhando em condições de escravidão no país. Dessas, 2.553 (48%) trabalhavam na colheita de cana (FOLHA DE SÃO PAULO, *Setor sucroalcooleiro lidera ranking de trabalhadores retirados da 'escravidão' no país*, 29/04/2009)

Entre as condições em que costumam ser encontrados os trabalhadores, são recorrentes a insalubridade nos alojamentos, a inexistência de sanitários na frente de trabalho, alimentação inadequada e por vezes estragada, jornadas de trabalho exaustivas e

⁴⁶ Desafios dos Direitos Humanos no Brasil e as experiências das relatorias Nacionais em Dhesca – Informe 2007 – 2009. Curitiba, 2009. A Plataforma Dhesca Brasil é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (doravante abreviados em Dhesca), visando ao fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia. Seu objetivo geral é contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos, desenvolvendo estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos Dhesca, bem como incidindo na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais. A Dhesca Brasil atua em três frentes de trabalho: o Monitoramento em Direitos Humanos no Brasil; a Integração Regional e as Relatorias de Direitos Humanos.

mesmo cerceamento da liberdade do trabalhador por retenção de salário ou contração ilegal de dívidas.

Diante das mortes denunciadas pela Pastoral do Migrante, e dos inúmeros casos de trabalho escravo encontrados nos canaviais, as condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, principalmente na atividade do corte manual, ganhou grande visibilidade. Nesse contexto, o poder público passou a atuar de forma mais expressiva por meio de fiscalizações e autuações do Grupo Móvel Rural do Ministério do Trabalho e Emprego. Santos (2013) chama a atenção para a importância da ação do MTE quanto à normatização das condições em que deve ocorrer o trabalho dos cortadores de cana, por meio do estabelecimento, em 2005, da Norma Regulamentadora 31⁴⁷.

No caminho contrário das medidas de mitigação da superexploração, a remuneração dos trabalhadores vem apresentando queda nos últimos anos. Há uma espécie de consenso entre os trabalhadores entrevistados em relação à queda do ganho no corte da cana e também na diária paga na “parada”. Antes, com o “dinheiro da cana”, era possível sustentar a família e ainda comprar um terreno e construir uma casa em Barrinha ou na região. Atualmente, o ganho mal serve para o sustento da família. É o que revela Wilson, trabalhador nascido no Paraná, que cortou cana durante muito tempo e agora se encontra em atividade como soldador:

Ah, antigamente o pessoal conseguia, agora não. Esses daqui, ó (aponta para os filhos) foi criado tudo com dinheiro de cana. Eu posso falar procê, algumas pessoas, sim, conseguiu alguma coisa, um dinheiro de cana. O único problema, que teve que deixar de dar uma roupa prum filho, essa é a verdade: dar a roupa para um filho, uma roupa para a esposa, um sapato para ele, uma meia, que seja, para dar dinheiro para comprar tudo o que eles têm hoje. E tinha também aqueles também, né? Tinha um que dizia do outro.... de final de semana não dava, essa é a realidade, segurava, segurava para comprar um terreno e precisava construir aos pouco, para cada safra que fazia comprava um pouco de material, na outra safra da frente ia construindo.

⁴⁷A NR 31 é a *Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura*. Esta, de acordo com o texto oficial, tem por objetivo estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura com a segurança e a saúde no meio ambiente do trabalho.

Apesar das dificuldades de ter que se organizar muito bem com o dinheiro, deixando mesmo de comprar itens básicos para a família como roupas e sapatos, era possível juntar um montante suficiente para comprar terrenos e construir uma casa. Mariana também construiu sua casa em Barrinha com o dinheiro que ganhava no corte da cana. Ao longo dos anos, foi aumentando a casa, que conta atualmente com sete cômodos. Ela observa a diferença de salário ao longo dos anos, não pelo quanto ganhava, mas pela perda do poder de compra:

Aí quando tava na São Martinho sempre ganhava um dinheiro que dava para você comprar um terreno no fim do ano. Agora não dá mais, é que as coisa subiu muito, né?

Paulo começou a cortar cana em 2001. Ao longo de mais de uma década na atividade, ele observa também essa diferença:

No tempo que eu vim, eu cortava cana na Santa Elisa. Naquele tempo pegava cana o dia todinho, a hora que você cortava cana, eu não lembro mais, mas eu trabalhei três mês e eu tirava um pagamento de R\$1100,00 e é o pagamento que eu tirava há seis anos atrás, porque naquele tempo trabalhava sossegado de pouquinho cana, aí tem como você trabalhar bem e tirar um salário bom.

Atualmente, os trabalhadores sentem que o ganho não é mais o mesmo. A diferença em relação ao ganho também é clara para José, que saiu do Maranhão em 2008 para cortar cana em Barrinha. Segundo ele, não apenas há queda do salário como também o trabalho vai ficando pior:

Ó, muitos que sai, inclusive muitos que saiu, sempre procura outro lugar, sabe? Tem muitos que já tão há muito tempo aqui e vão embora, mas tem outros que já sai de lá e caça outro serviço melhor porque eles não tão gostando muito do que tão fazendo mais na roça, ninguém mais tá querendo ficar em roça, sabe? É como eu falei: eu quero arrumar um serviço mais melhor para ganhar mais um pouquinho, porque eu tô achando pouco, inclusive, tá pouco mesmo.

De fato, houve uma redução expressiva dos ganhos obtidos com o trabalho no corte da cana, ao mesmo tempo em que cresceu a produtividade média da atividade. É o que demonstra Pedro Ramos (2007) com a seguinte tabela:

Tabela 5 - São Paulo – Evolução do salário do trabalhador volante, do pagamento, do rendimento físico e monetário do corte de cana e do salário mínimo – 1969-2005 (valores monetários expressos em R\$, de julho de 1994)

Anos	Salário diário médio do trabalhador volante (1)	Pagto. colheita de cana R\$/tonelada (2)	Rendimento médio corte tonelada/dia (3)	Remuneração diária (2) x (3)	Salário mínimo diário em São Paulo (4)
1969	3,86 (apenas março)	2,73	2,79	8,16	4,94
1970	4,36	2,02	3,05	6,16	4,92
1972	5,1 (apenas março)	2,50	3,00	7,50	4,98
1973	5,90	2,51	3,30	8,28	5,02
1977	7,59	2,57	3,77	9,09	5,33
1980	6,60	2,29	3,97	9,09	6,03
1982	6,23	2,17	4,50	9,77	5,68
1985	7,72	1,92	5,0	9,60	5,51
1988	3,70	1,25	5,00	6,25	3,86
1990	3,95	0,96	6,10	5,86	2,30
1992	3,12	0,84	6,30	5,29	3,11
1994	5,6 (só novembro)	0,83	7,00	5,81	2,22 (= em US\$)
1996	6,36	1,05	7,00	7,35	2,52
1998	6,27	1,06	7,00	7,42	2,63
2000	5,40	0,88	8,00	7,04	2,47
2002	5,13	0,88	8,00	7,04	2,67
2004	4,5(v. c.: R\$15,42)	0,86(v.c.:R\$2,93)	8,00	6,88	2,48(v.c.: R\$8,44)

2005	4,83(v.c.:R\$17,47)	0,86(v.c.:R\$3,11)	8,00	6,88	2,64(v.c.: R\$9,56)
-------------	---------------------	--------------------	------	------	---------------------

- (1) Média dos dois dados (o de abril e o de novembro), com as exceções indicadas. (2) Tal como o salário mínimo e demais valores monetários, corrigidos com base no IGP-DI Conjuntura Econômica/FGV.

Fonte: IEA, Informações Estatísticas e Anuários Estatísticos, vários anos. (v. c. = valor corrente); organização de Pedro Ramos⁴⁸.

Marcio Pochmann (2009), em estudo sobre a força de trabalho e a tecnologia na produção canavieira, também verifica a desproporção entre o rendimento médio da colheita, o pagamento recebido por colheita e a remuneração média dos trabalhadores ao longo das últimas décadas. Segundo o autor, a partir dos anos 1990, quando se instala a reestruturação produtiva no setor, há importante inflexão no pagamento dos trabalhadores na colheita em comparação com o rendimento médio desta. Enquanto esse rendimento foi multiplicado por 2,6 vezes entre 1979 e 2004, o pagamento recebido por colheita pelo trabalhador perdeu 57,4% de seu valor real.

Quanto à remuneração média, Pochmann (2009) revela que esta apresentou uma alteração importante a partir da segunda metade da década de 1970. Após o percurso de acompanhamento da remuneração em relação ao rendimento médio até a primeira metade da primeira década de 1980, assistiu-se, em seguida, à evolução desconectada entre o crescimento do rendimento médio na colheita e o rebaixamento da remuneração média dos trabalhadores. O autor revela que a remuneração média, entre 1985 e 2004, perde 28,3% de seu valor real, enquanto o rendimento médio da produção da cana aumenta 60%.

Atualmente, de acordo com Oliveira (2012), o rendimento mensal dos trabalhadores continua baixo: se concentra na faixa de 1 a 2 salários mínimos, seguida da faixa de 2 a 5 salários mínimos, sendo valores menores em relação à média da população ocupada nos período entre 2002 e 2008 no Estado de São Paulo. Especialistas no tema afirmam que os baixos salários são um dos motivos dos grandes lucros do setor:

⁴⁸ RAMOS, Pedro. O uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho superexplorado na atualidade. Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano. Itu, SP, 11-15 novembro de 2007. São Paulo: Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

“Na verdade, a tão decantada competitividade internacional do açúcar brasileiro pode ser atribuída não apenas aos aumentos de produtividade agrícola e industrial obtidos nas últimas décadas, mas também – e talvez principalmente – à persistência dos baixos níveis de remuneração da força de trabalho” (RAMOS e SZMRECSÁNYI, 2002, p. 112)

Considerações

O presente capítulo se propôs a apresentar brevemente a expansão da agroindústria na Região de Ribeirão Preto, tanto do ponto de vista macroeconômico quanto por meio de histórias de vida. Foram apresentadas histórias dos trabalhadores que nasceram na região e daqueles que migraram ou migram, temporariamente, para o trabalho nos canaviais. Por fim, apontamos algumas tendências relativas às condições atuais de trabalho no corte manual da cana.

Observamos que foi mediante altos custos sociais que se desenvolveu a agroindústria canavieira na região de Ribeirão Preto. Por meio das histórias de vida, pudemos compreender as principais dimensões das transformações relacionadas à expulsão de trabalhadores das fazendas a decorrente predominância de trabalhadores ditos volantes nos canaviais. Apesar das significativas transformações das relações de trabalho ao longo das décadas, houve continuidade em relação ao apelo de fazendeiros, usineiros e empresários às estratégias as mais diversas para garantir, não apenas produtividade no corte manual da cana, como também controle sobre os trabalhadores. Por outro lado, os trabalhadores se apresentaram como sujeitos ativos nesse processo, por meio de formas mais ou menos explícitas de resistência, tendo em vista mitigar a supereexploração a qual são submetidos.

Quanto à migração de trabalhadores para a região, observamos que esta carrega múltiplos significados. Se os fatores econômicos se mostraram fundamentais para os deslocamentos populacionais, vimos que outros fatores também são levados em conta pelos trabalhadores na decisão de migrar, pois esse movimento é permeado por aspectos subjetivos, simbolismos e expectativas. Observamos a importância da migração para o desenvolvimento da agroindústria canavieira, uma vez que os migrantes compõem mais da

metade dos trabalhadores canavieiros, que representam a maioria dos ocupados no setor. A contratação de trabalhadores migrantes para o corte manual da cana não é aleatória, mas se apresenta enquanto estratégia dos empresários do setor, devido a uma série de fatores que fariam destes trabalhadores mais produtivos.

Nos anos recentes, apesar da mobilização dos trabalhadores rurais, da atuação mais efetiva do poder público e da demanda internacional de certificação ambiental e social do etanol, persistem formas de superexploração do trabalho nos canaviais. A busca incessante pela produtividade e as formas de gestão da força de trabalho utilizadas, assim como a intensificação da mecanização do corte da cana, ainda fazem com que o trabalho nos canaviais seja marcado por condições degradantes.

CAPÍTULO 3

IMPLICAÇÕES DA MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR PARA TRABALHADORES E TRABALHADORAS DE BARRINHA - SP

Nos anos recentes, conforme apontado em capítulos anteriores, a mecanização do corte da cana-de-açúcar tem se intensificado em São Paulo, especificamente em algumas regiões, como a de Ribeirão Preto, principal polo nacional de agroindústria canavieira. Os incentivos para a adoção do corte mecanizado são diversos: aumento da produtividade, maior controle sobre os trabalhadores, adequação às leis que preveem o fim da queima da palha da cana, rebaixamento de salário no corte manual, entre outros, conforme demonstrado anteriormente.

Perosa et al (2013) afirmam que o ano de 2007 foi um marco em relação à intensificação da mecanização:

Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo, o índice de mecanização saltou de 34,2% na safra 2006/2007 para 65,2% na safra 2011/2012. Levantamento realizado pelo Instituto de Economia Agrícola mostra que das trinta e quatro regiões de governo do estado de São Paulo que produzem cana, quinze já apresentam mais de 70% de suas áreas colhidas com máquinas, ultrapassando a meta estabelecida pelo Protocolo para 2010. Estas regiões apresentam 44,6% da produção industrial de açúcar, incluído Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Araraquara (PEROSA ET AL, 2013, p. 53)

Quanto à região de Ribeirão Preto, segundo os mesmos autores, dos cerca de seus 500 mil hectares de áreas canavieiras, 70,6% apresentavam colheita mecanizada em 2010. Lara Liboni (2009) revela a intensificação recente da mecanização do corte da cana em usinas da região. De acordo com estimativas de gerentes das usinas entrevistados, a porcentagem da colheita mecanizada na Usina Ufrabalbo, localizada entre os municípios de Barrinha e Sertãozinho, em 2008, era de 50%, e em 2012 aumentaria para 85%. Já a São Martinho, localizada em Sertãozinho, pretendia aumentar o índice de 85% em 2008 para 98% em 2012. Atualmente, de acordo com representante da Unica, 94% da área dos canaviais da região de Ribeirão Preto é colhida mecanicamente⁴⁹.

⁴⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Nas usinas, mecanização da colheita da cana é de 94%, diz representante. 07/05/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/05/1274333-nas-usinas-mecanizacao-da-colheita-da-cana-e-de-94-diz-representante.shtml>

Diante desse avanço expressivo da mecanização, e tendo em vista as diversas dimensões envolvidas no trabalho no corte manual da cana, exploradas no segundo capítulo dessa dissertação, é nosso intuito nesse terceiro capítulo analisar as representações dos trabalhadores e trabalhadoras de Barrinha sobre esse processo⁵⁰. O intuito de reconstituir essas representações é procurar tematizar a experiência vivida desses homens e mulheres, procurando restituir o sentido de suas ações. Nesse sentido, temos como referência a reflexão de Bourdieu:

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse apenas por finalidade descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquece que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações (BOURDIEU, 2006, p. 92)

3.1 – A piora do processo de trabalho no eito

A insatisfação crescente em relação ao trabalho no corte manual da cana, assim como em atividades da entressafra, denominada localmente de “parada”, está presente na maioria das falas dos trabalhadores entrevistados. Se, por um lado, a maioria que já cortou cana por mais de dez anos identifica melhorias em relação a transporte, alimentação, formalização, jornada de trabalho e segurança, os trabalhadores são unânimes quando a questão é a piora do processo de trabalho desde a entrada das máquinas colhedoras.

Aumento da produtividade e adoecimento

Com a intensificação da mecanização do corte da cana, junto às novas formas de gestão de trabalhadores decorrentes da reestruturação produtiva, há exigência de maior produtividade em relação ao corte manual: a produtividade exigida dobrou em duas décadas, passando de seis toneladas de cana cortadas por dia em 1980 para a média de doze toneladas nos anos 2000 (ALVES, 2009). O vertiginoso aumento da produtividade

⁵⁰ É importante destacar que as dimensões analisadas não resultam estritamente da intensificação da mecanização do corte da cana, mas principalmente desta. Isso porque, como já relatado em capítulos anteriores, as novas formas de gestão implementadas com a reestruturação produtiva também influenciaram as condições de trabalho nos canaviais.

decorretanto do fato de o trabalhador ter que competir com as máquinas, que passam a se tornar referências em relação à produtividade, quanto de ele ter que competir com os próprios colegas, diante da redução de postos no corte manual por conta da mecanização.

É importante compreender que o aumento expressivo da produtividade no corte manual da cana se deu exclusivamente em função da força e da habilidade dos trabalhadores, uma vez que o instrumento de trabalho, o facão, pouco mudou em séculos. No capítulo anterior, partimos de depoimentos dos trabalhadores para apresentar as decorrências desse aumento da produtividade sobre a sua saúde: dores, câibras, febres, lesões, doenças crônicas e, em alguns casos, inclusive a morte por excesso de trabalho (NOVAES, 2007; MORAES SILVA, 2006).

De trabalhador a apêndice das máquinas

Além do aumento da produtividade no corte manual, a introdução das máquinas nos canaviais gera outras consequências aos trabalhadores da atividade. Segundo relatam os interlocutores, confirmando a literatura sobre o tema (ALVES, 2009; MENEZES ET AL, 2011), às máquinas são reservadas as áreas consideradas melhores para o corte, pois apresentam menos declive, terreno mais limpo e são mais secas. Também são destinadas às máquinas as melhores canas, “em pé”, que possibilitariam maiores ganhos aos trabalhadores do que as que lhes reservam: as canas “deitadas” ou “de rolo”, que são mais difíceis para o corte. O fato de os entrevistados terem observado que houve uma significativa redução do ganho obtido com o corte manual da cana também está relacionado a essa reserva de melhores terrenos e tipos de cana às máquinas. Mariana, em uma frase curta e objetiva, resume: “a cana boa era pras máquinas, a ruim era pra nós”.

Eduardo, que trabalhou por mais de vinte anos nos canaviais, apresenta a sua percepção sobre a entrada das máquinas e sobre como esta altera o processo de trabalho no corte da cana:

Depois que as máquina entrou, prejudicou muito o trabalhador, caiu a renda, caiu tudo! Porque, o que que acontece: eles pagam o preço que eles querem. Então, o que acontece: uma máquina, ela substitui, vamos supor, um mês de uma turma inteira, cortando cana em um dia. Substitui, então o que acontece: o corte de cana das máquinas não dá mais do que três cortes; no facão, dá até seis cortes no corte

manual. Na máquina não dá, porque a máquina não corta, ela quebra a cana, soca a terra em cima da cana, maceta tudo. No facão, não. No facão eles tem tanta exigência com a terra, para não desperdiçar cana... e as máquinas desperdiçam tudo. E aí tem que ir gente atrás com facão para repassar.

Fica claro, nesse relato de Eduardo, como ele percebe que a mecanização do corte da cana prejudica o processo de trabalho no corte manual, e, em decorrência, afeta o ganho. Além disso, é possível também identificar em suas palavras que ele se sente preterido, enquanto trabalhador, frente às colhedoras. Apesar de identificar o fato das máquinas serem muito mais produtivas em relação à quantidade de cana cortada, ele também percebe que se perde em qualidade. O cuidado exigido por parte dos trabalhadores em relação ao não desperdício da cana, geralmente por meio de ordens dos fiscais, não é igualmente imputado às máquinas.

Esse desperdício está relacionado, por um lado, ao fato de que a cana, que poderia ser cortada mais de cinco vezes, sem necessidade de novo plantio, passa a perder essa possibilidade diante do trabalho da máquina que “quebra a cana”⁵¹. Por outro lado, o desperdício está relacionado ao corte realizado pela máquina, que não seria tão rente ao solo, deixando no terreno justamente a parte da cana que tem mais sacarose. Por esse motivo, os trabalhadores tem que “repassar com o facão”.

Em outros trechos de seu depoimento, assim como de outros trabalhadores, pudemos observar essa mesma dimensão. José, que desde 2008 trabalha nos canaviais da região, também relata esse processo. Segundo ele, para cortar cana boa, só se o terreno for ruim:

Era, antes já era assim, já tinha bastante máquina... salário ruim. Tinha uns pedaço bom que a máquina não conseguia entrar, que era as pedra, sabe? Ai eles falava: “ó, ai vocês tira aqui”. Era tipo sobra, sabe? Aí nós tirava. E se for esperar uma cana boa, só assim mesmo.

⁵¹ Ao entrevistar um gerente de Recursos Humanos de uma usina de Catanduva – SP em 2010, Marcelo Saturnino da Silva encontra observação semelhante. Segue trecho dessa entrevista: “A safra com máquina fica mais barato, mas o corte manual é mais produtivo. Por quê? A cana acaba o terreno, se você cortar cana com máquina e demorar muito para chover, no próximo ano a produção cai bastante, uma planta de cana, ela é pra seis anos, em média, tem uns que chega a seis, a quatro, tem até sete, hoje... Com a máquina não é possível com a mesma planta você cortar cinco anos” (MENEZES ET AL, 2011, p. 69)

Outro trecho do depoimento de José revela sua compreensão sobre a relação entre a introdução das máquinas, a piora do processo de trabalho e a saída dos trabalhadores do corte manual:

É por isso que eu acho que a maioria saiu, por causa disso, porque eu acho que em toda usina ai tem máquina demais. Ai as cana boa fica tudo pras máquina e as pessoas só trabalha naquelas bem mais ruim. Pra gente ganhar alguma coisa a mais tem que se matar, tem que sair todo dia borrado – borrado é ficar cansado, sabe? Ai é assim, todo dia é assim: as boa, empezinha, que dá para ganhar bastante dinheiro, só as máquina. Só fica olhando elas trabalhar, pronto.

Pedro, que corta cana há apenas quatro anos, observa os impactos da intensificação recente mecanização do corte da cana sobre o trabalho que exerce:

Muita máquina tem... e diminui mais ainda, né, hoje em dia eles tão ponhando máquina mais pra tirar do trabalhador, as máquina tá tomando conta já, ai nós fica aí (...) Nós corta pior, a máquina corta melhor. Assim, o canto que tem pedra, ele já põe a gente, o canto que não tem pedra, já põe a máquina. Aí a máquina já anda mais, já colhe mais, e nós ganha menos. Porque assim, no caso, *nós sofre mais que a máquina que é de motor* e nós tamo pior, eles coloca a gente no rebentão, como eles fala, eles põe a gente e a máquina só colhe cana boa, corta cana em pé que, no caso, ganha mais dinheiro. Eles não colocam ninguém nessas cana, só se for assim, a safra tá acabando, a safra tá atrasada, aí coloca tudo junto, mas se não for, a máquina tem sempre melhoria pra ela, porque é bom pro pessoal lá.

A fala de Pedro talvez seja a mais expressiva em relação ao sentimento de desvalorização do trabalhador, que é colocado em segundo plano diante das colhedoras. Ele compara o tratamento dado pelas usinas às máquinas com o tratamento que é dado aos trabalhadores. Se por um lado, Eduardo, em sua fala, argumenta contra a introdução das máquinas principalmente em função da qualidade do corte mecanizado, Pedro mostra indignação ao ver que as máquinas recebem melhor tratamento do que os trabalhadores. Nesse sentido, Pedro marca a diferença entre trabalhadores que, mais do que força de trabalho, são humanos, e a máquina “que é de motor”.

De acordo com os depoimentos dos trabalhadores, e com achados de outros autores, o que está ocorrendo diante da intensificação do processo de mecanização do corte da cana é a transformação de trabalhadores em acessórios das máquinas⁵². Eles têm que

⁵² A caracterização do cortador manual da cana enquanto apêndice das máquinas colhedoras deriva de sua condição acessória em relação a estas, ainda que não seja ele que as opere diretamente. Quanto a essa condição, é importante retomar a crítica de Marx: “O trabalho dos proletários perdeu, pela expansão da maquinaria e pela divisão do trabalho, todo caráter autônomo e, com isso, todo atrativo para o operário. Ele

*abrir o eito*⁵³, ou seja, cortar cana para abrir corredores para a passagem das máquinas, e, depois que elas passam, “repassar com o facão”, conforme leitura de Eduardo sobre o processo de cortar os tocos deixados pelas colhedoras. Essas atividades, como observaram Menezes et al (2011), geralmente são realizadas mediante o pagamento em forma de diária, e não por produção, significando redução do ganho dos trabalhadores. Quando não auxiliam diretamente as máquinas, os trabalhadores ficam relegados a terrenos em que as colhedoras não podem entrar e a tipos de cana os quais as colhedoras não podem cortar. Sendo assim, há uma desvalorização do trabalhador do corte manual da cana enquanto figura central nesse processo.

3.2 - Descarte: redução de postos no corte manual da cana e suas implicações

Os estudos de Baccarin, conforme já pontuamos, mostram que um dos impactos mais imediatos da mecanização do corte da cana é a redução de postos no corte manual. Entre 2007 e 2012 em São Paulo, de acordo com o autor, houve uma redução de mais de 50 mil trabalhadores canavieiros não qualificados, ou seja, aqueles que trabalhavam na lavoura principalmente com o corte manual da cana (BACCARIN, 2013a). É importante notar que a redução de postos atinge também outras atividades, como a de operador de guincho, responsável por recolher as canas cortadas em montes para depositá-las no caminhão que as levará para a usina. Essa redução de postos altera também as relações de contratação, assim como o perfil de trabalhadores requisitados para a atividade do corte manual. Mais do que mostrar os números dessa redução, tarefa já bem executada pelo autor supracitado, pretendemos levantar reflexões sobre como ocorre essa redução de postos e quais as suas implicações, tendo como ponto de partida as entrevistas realizadas.

torna-se um mero acessório da máquina, do qual é exigido apenas o mais simples movimento de mãos, o mais monótono, o mais fácil de aprender” (MARX, 1998, p. 14)

⁵³ Essa denominação da atividade foi encontrada por Moraes Silva (2011), ao entrevistar trabalhadoras. Segundo a autora, as atividades auxiliares criadas com a mecanização caberiam em sua maioria às mulheres, marcando a segmentação do trabalho por gênero.

Alterações da demanda de safra e entressafra e das formas de contratação

Um dos dirigentes do Sindicato dos Empregados Rurais de Barrinha, Domingos, relata a diminuição de cargos no corte manual da cana por meio da diminuição das turmas contratadas pelas usinas da região:

Só para você ter uma noção: no ano de 2000 na Usina São Francisco era 14 turma vezes 40, então, você vê quanto que dá de pessoas. Hoje tem 8 na safra, agora é na parada, por causa do contrato da parada, mas quando acaba o contrato, esses um sai, fica só os efetivo. Efetivo tem 5 turmas, então cada ano vai só diminuindo e Barrinha só tá sendo uma cidade dormitório: você vai de manhã cedo nos pontos de circular, sai um atrás do outro assim, ó.... Sai pra Ribeirão, Sertãozinho, ônibus da construção civil que leva por conta deles também, então vai só acabando a mão de obra mes mo.

No depoimento do sindicalista, fica clara não apenas a redução expressiva de trabalhadores no corte manual da cana, mas também alterações em relação às demandas de trabalhadores para safra e entressafra. Há alguns anos, a demanda por trabalhadores era maior na safra, entre os meses de março e novembro, para realizar o corte manual da cana. Pochmann (2009) verifica que, diante de contratos de trabalho de curta duração, prevalece profunda insegurança salarial dos ocupados e de seus familiares. Segundo o autor, ao menos metade desses trabalhadores não consegue cumprir dois anos de serviço no mesmo estabelecimento. No entanto, com a entrada das máquinas colhedoras, sendo que cada uma dela substitui cerca de 80 trabalhadores (RAMOS, 2007), a demanda por trabalhadores na safra passa a se reduzir.

Segundo o sindicalista de Barrinha entrevistado, a demanda da safra tem sido tão reduzida que está ocorrendo uma inversão: agora é a entressafra ou parada que necessita de mais trabalhadores, conforme relata:

Não, primeiro eles contratava mais pra safra ou fixava, né, agora não. Agora é o contrário. A Usina São Francisco, por exemplo, esse ano que passou agora, eles permaneceu só 3 turma no corte de cana e 5 pra fazer diária, certo? Então eles não tiveram gente de contrato de safra, só os fixos e aí agora na parada tá faltando gente pra eles contratar. Tem um empreiteiro aí das usina que não tem nada de empreiteiro, mas ele tem uns fornecedor grande de Jaboticabal onde ele pegou 200 lá pra plantar e ele precisava de 3 turma pra logo fazer um contrato, e não tá conseguindo, só achou uma turma. Ele vai, chama o pessoal, muita gente que às

vezes tá de seguro desemprego, vai só de avulso⁵⁴, avulso não pode, porque aí fica mais em cima, avulso não pode.

Enquanto diminui a demanda para a safra, o número de trabalhadores demandados para a realização de atividades do plantio e cultivo se mantém. Assim, a tendência é de aumento de contratos fixos e redução dos empregos temporários⁵⁵. As investigações de Pochmann (2009) apontam para o mesmo sentido. Segundo o autor, o trabalho temporário representou menos de um terço do total de vagas em 2005, enquanto que na década de 1980 respondia por mais de 50%. Nas palavras do autor:

Em síntese, trata-se da conformação de relações de trabalho menos expostas à temporalidade das atividades produtivas. Em consequência, cresce a presença de trabalhadores com contrato de vínculo permanente e vinculados à lógica da gestão industrial do setor sucroalcooleiro (POCHMANN, 2009, p. 126)

Logo, é possível observar que a mecanização do corte da cana influi diretamente sobre a forma de contratação dos trabalhadores. Senão, vejamos. Com a redução da demanda de trabalhadores para a realização da safra, em função da entrada das máquinas, há uma tendência de igualar o número de trabalhadores necessários para as duas etapas, sendo que nos anos 1970 a safra demandava o dobro de trabalhadores (IANNI, 1986). Mais do que igualar a demanda, de acordo com Domingos, está havendo uma inversão, já que relata a necessidade de duas turmas a mais para realizar as atividades da “parada” em relação à safra, em uma usina da região.

Além da questão da alteração da demanda para as diferentes etapas, de acordo com Alves (2007), a contratação pelo contrato normal de trabalho se coloca como estratégica para muitas usinas, no sentido de garantia de produtividade, já que poderiam demitir os trabalhadores pouco produtivos no período de três meses de experiência que é previsto nesse tipo de contrato, mas não no de safra:

É importante frisar que dez toneladas de cana por dia é o que as usinas estão exigindo dos trabalhadores para manter o contrato durante toda a safra. Caso nos

⁵⁴ Avulsos são os trabalhadores contratados por empreita, sem constituir relação trabalhista legal com a usina. Encontramos trabalhadores contratados legalmente a trabalhar como avulsos em seus dias de folga.

⁵⁵ A mesma tendência foi verificada por Liboni (2009) em entrevistas com gerentes de sete grupos sucroalcooleiros da região.

dois primeiros meses de contrato os trabalhadores não tenham essa média, são dispensados pelo contrato de experiência. Mas, pelo contrato de safra, que tem validade de oito meses apenas, os trabalhadores não tem o tempo de experiência, portanto, as usinas não podem demiti-los por não passarem no estágio probatório de três meses. Por esse motivo, algumas usinas estão preferindo contratar trabalhadores pelo contrato normal de trabalho, porque podem, então, realizar a experiência e ficar apenas com aqueles que cortarem acima de dez toneladas de cana por dia (ALVES, 2007, p. 51).

Nos anos recentes, frente à falta de trabalhadores para realizar a entressafra, ou “parada”, o ganho da diária volta a subir, tendo em vista garantir trabalhadores para essa atividade. Segundo Domingos:

Entrevistadora: E alguns relataram que o salário piorou...

Domingos: Exatamente, devido à mecanização, e agora eles tão em falta de mão de obra na parada, porque o pessoal se empregou em outros setores, né? A Usina São Francisco, por exemplo, precisava de mais de 200 pessoas pra parada agora e não tá encontrando. Então, a hora que ele... a gente já vai tá logo fazendo as assembleia pra tirar alguma posição, a gente vai pedir muito mais do que aquilo que eles costumam oferecer porque eles tão com falta de mão de obra e a gente pode fazer um bom acordo.

Porque na parada o salário em carteira, pelo acordo coletivo, ele não é pago aquele valor, aquele valor é só por segurança, uma questão de segurança. É tudo na base de empreita, mesmo na diária, por exemplo, na diária, aí eles dá o preço por hectare e pra carpir então o pessoal tira quase o dobro do valor que é o do acordo coletivo: o do acordo coletivo tá 22 reais e você acaba tirando 40, 45, então esse valor vai dificilmente cair para o trabalhador, é sempre acima.

Com a maior demanda de trabalhadores pelas usinas, o resultado é o empoderamento dos mesmos em relação às negociações salariais, como evidencia o depoimento de Domingos. A falta de mão de obra de que fala o sindicalista foi também relatada por diversos trabalhadores e, inclusive, pelo assessor do prefeito, em entrevista. O que está ocorrendo, no entanto, é que mediante a diversificação do mercado de trabalho na região (BAENINGER, 2010), os trabalhadores passam a se deslocar diariamente em busca de outros trabalhos com melhores condições e salários. Ao mesmo tempo, os trabalhadores que vivem em outros municípios e se deslocam somente para o corte manual da cana deixam de ir para a região ou vão para trabalhar em outros setores. Essa é a estratégia de José, que pretendem migrar novamente para Barrinha tendo em vista arrumar serviço como servente em Ribeirão Preto, depois de voltar ao Maranhão para as festas.

Estratégias das usinas quanto à “demissão forçada” de trabalhadores

Além das alterações quanto à contratação, a redução de postos também pode ocorrer mediante a pressão das usinas para que os trabalhadores se demitam, de forma que elas não tenham que arcar com o pagamento de direitos referentes à demissão. Não apenas trabalhadores, mas também sindicalistas, apontaram os abusos de uma usina da região. São diversas as estratégias dos usineiros para reduzir os custos com os trabalhadores negando aos mesmos os seus direitos. Pedro expressa sua indignação frente à conduta da usina em relação a seus colegas trabalhadores:

É, tem muita gente, esse ano mesmo deram baixa em umas dez pessoas já, aí a usina não paga direito em nada deles, você sai sem nem um real no bolso. Você pede, que nem, você vai lá para negociar para sair de lá da usina, eles fala: “ah, se vocês quiser, vocês dão baixa, ninguém vai por ninguém pra fora não”. O negócio deles é esse, entendeu? Eles querem fazer o que eles querem porque não tem ninguém pra por sobre direito, ele só fazem o que eles querem, eles não querem pagar, não querem liberar o fundo de garantia pra ninguém, os empregos, isso aí eles não querem liberar.

Esse depoimento deixa claro que a redução dos cargos no corte manual da cana não resulta da demissão de trabalhadores efetivos. As usinas se utilizam das estratégias as mais variadas para não pagarem os direitos dos trabalhadores, motivo pelo qual não costumam tomar a iniciativa quanto à demissão. Segundo esse mesmo trabalhador, a usina vai fazendo com que as condições de trabalho se tornem insustentáveis, seja por aumento de exploração no processo de trabalho ou atraso e falta de pagamento:

Pra não pagar, aí eles forçam você ir e dá *gancho*⁵⁶ em você, manda o fiscal dá *gancho* em você quando você quer sair, quando você não ganha nada, pra você desanimar aí dar baixa. Tem muita gente lá que... Tem dois lá, duas pessoas - um que mora aqui embaixo em Barrinha e outro que mora lá embaixo, o Danilo. O pagamento deles, que já falta, o pagamento deles vem 150, 250 e paga aluguel, passa o mês passando fome porque você pagar de aluguel e tudo não dá, só até a mulher que dá uma ajuda, trabalha fora, mas é difícil pra eles mesmo, que quer sair. Muita gente quer, né?

Após trabalharem anos em uma usina, os trabalhadores querem ser demitidos, e não pedirem demissão, para poderem ter acesso aos direitos trabalhistas, inclusive ao seguro desemprego. De acordo com os relatos de campo, as motivações para deixar o

⁵⁶ Conforme explicado no capítulo anterior, dar gancho é uma estratégia dos empregadores, geralmente por meio dos fiscais, de impedir o trabalhador de trabalhar por um dia ou mais, deixando de pagá-lo.

trabalho nos canaviais não são aleatórias, na maioria dos casos estão justamente relacionadas às consequências da introdução das máquinas, como a piora das condições de trabalho e a desvalorização do ganho.

A desvalorização dos salários no corte manual da cana foi analisada no segundo capítulo. Em seus depoimentos, os trabalhadores afirmavam que o ganho havia piorado nos anos recentes. Estudos mostraram que realmente houve uma perda do valor da remuneração de trabalhadores nas atividades agrícolas, sendo que, de acordo com Pochmann (2009), entre 1985 e 2004, a remuneração média perdeu 28,3% de seu valor real, enquanto o rendimento médio da produção da cana aumentou mais que o dobro. Há uma série de fatores que influem sobre a remuneração dos trabalhadores, sendo um deles a mecanização do corte da cana, uma vez que, para compensar contratar os trabalhadores manuais, frente ao uso das colhedoras, a remuneração destes tem que ser menos onerosa aos empresários do setor (NOVAES, 2009).

Segmentação da força de trabalho no corte manual da cana

Diante dessa exigência por grande produtividade, e sendo que esta depende quase que exclusivamente da força de trabalho dos trabalhadores, outra consequência da convivência entre corte manual e mecanizado é a seleção, pelas usinas, de um determinado perfil de trabalhadores a serem contratados para o corte da cana. As usinas dão prioridade aos homens, jovens e migrantes (NOVAES, 2009; MENEZES ET AL, 2011; MORAES SILVA, 2011; OLIVEIRA, 2012). Iremos primeiramente discorrer sobre a questão de gênero, para, em seguida, analisar a questão geracional e da migração.

Segundo os relatos colhidos, eram muitas as mulheres que cortavam cana manualmente antes da intensificação da mecanização do corte nas últimas décadas e a consequente exigência de maior produtividade no corte manual. É interessante notar que, se os homens possuem em geral maior força física, não é raro ouvir das mulheres e dos próprios homens que elas eram muito produtivas, como é o caso de Mariana, campeã de produtividade. No entanto, mesmo que sejam muito produtivas no corte da cana, as

mulheres têm sido preteridas sob o pretexto de não serem tão produtivas quanto os homens nessa atividade. A fala de Mariana é muito clara nesse sentido:

Tinha, sempre, toda turma tinha 20 mulher, 25 mulher, 15 mulher, cada turma, tinha bastante turma, né? Depois foi minguando, que o povo não tava gostando mais muito de mulher não, queria mais era homem. Ah, eles acha que mulher arruma filho, e eles não gostavam.

O relato de Domingos, da direção do Sindicato de Empregados Rurais de Barrinha, mostra que além da dispensa, os empresários das usinas, para admitir as mulheres, se utilizavam de outras estratégias, as quais já foram relatadas por Moraes Silva (1999; 2010):

Não, a maioria é sempre mandada embora, por que: as usinas colocaram na cabeça deles que a mulher daria mais problema pra eles devido à gravidez, né? Então eles achava que para entrar na usina ela seria desligada para não ter filho. Onde já se viu isso, isso é um absurdo! Aí eles começaram a só contratar mais homem, deixando as mulheres de lado.

O que está por trás desse discurso, é a questão da mulher não poder ser produtiva não diariamente, mas todo o mês, devido ao seu ciclo biológico, o que representa aos empregadores menores ganhos, com a perda mensal da produtividade, e maiores gastos com, por exemplo, a licença maternidade. Assim sendo, frente à mecanização do corte, as usinas preferem dispensá-las, mantendo os homens na atividade. Logo, o que está ocorrendo é um processo de *masculinização* do corte manual da cana.

Pedro, que ainda se encontra empregado como cortador de cana, revela que é muito fácil aos homens serem contratados para trabalhar no corte manual da cana, ao passo que as mulheres têm destino certo nas tarefas do eito:

Aqui, pra cá, aqui é fácil, agora outro serviço para você pegar é mais difícil, pra você arrumar com outra pessoa. Pra cana é qualquer pessoa, assim, homem, e mulher é só em parada que eles pegam, que nem tá esse tempo agora aí, pega que é pra plantio, mas homem é fácil: você chegou e fala com o líder da turma e amanhã ele já fala pra você fazer o exame para entrar.

No entanto, é interessante observar que, diante da eventual falta de trabalhadores homens, as usinas contratam mulheres, como revela Domingos:

Só que aí de dois anos pra cá está faltando homem pra trabalhar pra eles e aí eles até tão contratando um pouco de mulheres. E a gente fez muito discussão com eles em mesa redonda no Ministério do Trabalho que eles teriam que voltar a contratar as mulheres, porque muitas mulheres são solteiras, mas tem filhos, outras são separadas do marido, mas tem sua família para cuidar e precisa do

trabalho. Nós chamamos imprensa aqui, explodimos na imprensa, chamamos as mulheres, elas dando entrevista, então elas começam na parada, né, para fazer a parada, por exemplo, no ano, na parada de 2010, só no ano eles contrataram 4 turmas só de mulheres, tinha 160 mulheres e esse anos, 2011, dessas 160 mulheres que eles tinha contratado, ficou umas 60 fixa e pra parada do ano passado e eles contrataram mais umas 40. E agora na parada tá faltando homem e faltando mulher pra trabalhar pra eles, porque agora é o forte do plantio de cana e é o forte do cipó que tá crescendo lá e tampando a cana.

Apesar de importante conquista, as turmas formadas apenas por mulheres são para realizar as atividades da entressafra, sendo que pouco mais de um terço continuou contratada para o corte da cana. Em relação à contratação, todas as mulheres com as quais conversamos no âmbito da pesquisa relataram trabalhar sob contrato temporário, enquanto a maioria dos homens trabalhava sob contrato por tempo indeterminado.

Fica claro, também, que só houve essa contratação de grande número de mulheres porque “está faltando homens para trabalhar para eles” e mediante a intervenção do poder público. Logo, o depoimento de Domingos revela que as mulheres são preteridas às atividades nos canaviais, principalmente ao corte manual da cana, frente aos homens. De fato, entre 1995 e 2005 Pochmann (2009) verificou a redução de mais de seis mil trabalhadoras no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, ao passo que no mesmo período o número de homens aumentou em quase sete mil.

Quanto às questões geracional e migratória, é importante destacar que estão relacionadas entre si e à demanda por produtividade e disciplina no trabalho. De fato, dentre os trabalhadores entrevistados no âmbito da pesquisa, apenas dois, Pedro, 22 anos, de Pernambuco, e José, de 30, maranhense, estavam trabalhando nos canaviais. Ambos relataram serem produtivos no corte da cana, e não se contrapõem às exigências de fiscais das usinas em que trabalham e trabalharam, ainda que Pedro mostre indignação quanto às situações de exploração vividas nos canaviais. De acordo com Novaes (2009):

Em síntese, para o corte manual da cana, ser jovem e ser migrante tornam-se dois atributos altamente valorizados pelos técnicos dos departamentos de recursos humanos das empresas. Explicando melhor: migrantes nordestinos morando na periferia das cidades da região, em alojamentos coletivos ou em casas e quartos alugados, e vivendo totalmente voltados para o trabalho são potencialmente mais produtivos. Ser trabalhador migrante significa estar sujeito ao controle do empregador para além do estrito tempo de trabalho (NOVAES, 2009, p. 116)

Quanto aos significados desse processo aos trabalhadores jovens, o que os motiva a sair de suas terras em busca do trabalho no corte manual da cana são tanto incentivos econômicos, como culturais. Se, por um lado, sair para os canaviais paulistas significa angariar recursos para investir na agricultura familiar ou em bens de consumo duráveis, essa migração também pode representar uma aventura, uma emancipação e uma forma de realizar sonhos de consumo relacionados ao universo urbano (NOVAES, 2009; MORAES SILVA, 2008).

Dispensa indireta: a recusa a se tornar apêndice

Pouquíssimos foram os casos de demissão em função da mecanização do corte da cana-de-açúcar verificados em campo. Por um lado, isso acontece porque o contrato realizado por tempo determinado ainda é muito comum no setor, sendo contratados trabalhadores apenas para a safra da cana, que duracerca de nove meses, ou para a entressafra. A cada safra, com a redução do número de trabalhadores necessários para o corte, em função da mecanização, menos trabalhadores são contratados e aqueles que não correspondem à produtividade mínimasão dispensados nos três meses de experiência.

No entanto, nos casos de trabalhadores que têm contrato por tempo indeterminado, é possível que seja realizada a demissão. Em entrevistas com trabalhadores de Barrinha, foram encontrados apenas dois casos de demissão em função da mecanização, sendo que nos dois casos eram mulheres trabalhadoras, confirmando a tendência de *masculinização* do corte da cana.

A outra razão é que os próprios trabalhadores, frente ao aumento da produtividade exigida, a piora das condições de trabalho e o rebaixamento dos salários, tomam a iniciativa de deixar essa atividade. José, trabalhador que migra de forma temporária do Maranhão a Barrinha, expressa esse sentimento.

Tem, tem bastante máquina na usina. Tem bastante máquina e isso tá tirando um monte de emprego dos trabalhador. Mas hoje em dia não tá dando mais, serviço em roça. Eles tão... abriram as portas agora para registrar bastante gente, mas ninguém tá querendo ir não para roça mais não...

José terá que voltar ao Maranhão por conta de uma questão familiar – saudades que sua esposa tem da mãe – mas quer voltar à Barrinha no próximo ano para trabalhar na construção civil. Nem pensa em voltar ao corte da cana, pois acha que o ganho não compensa. Outro trabalhador, Wilson, nunca esteve satisfeito com seu trabalho no corte da cana. Fez inúmeras tentativas para trabalhar no interior da usina, até conseguir em 2005, por meio de uma indicação:

Entrevistadora: Quando você saiu da cana, que ano que era? Lembra?

Wilson: Lembro, foi da São Martinho, não? Quando saiu da cana definitivo, tá perguntando? Foi 2005.

Entrevistadora: E como foi: você decidiu sair ou eles te dispensaram?

Wilson: Não, eu que fui, foi trabalhoso também sair, porque a média da pessoa que corta cana é outra, não é?

Wilson relata que não foi fácil deixar o corte da cana. A sua mudança para dentro da usina não dependeu apenas de sua inserção em redes sociais variadas: os anos de estudo junto ao corte da cana foram fundamentais para alcançar esse emprego. Um entrave que encontrava era o “feitor” de turma, que não queria deixá-lo mudar de cargo devido à sua alta produtividade no corte da cana.

Rafael, de 26 anos, passou alguns anos cortando cana, mas logo deixou a atividade. Ele partiu do interior de Minas Gerais junto com a mãe, em busca de melhores condições de vida. Em Barrinha, conseguiu completar o segundo grau. Rafael relata que era muito cansativo o trabalho no corte da cana, e o dinheiro que ganhava era pouco, não valia a pena:

Pensei que eu tinha cansado já de mexer com roça. Aí eu peguei e pensei em sair, procurar isolamento⁵⁷ para poder trabalhar. O povo sempre falava que ganhava mais e era um serviço mais tranquilo. Só que tinha que viajar, ficar longe da família. Aí eu peguei e procurei. Saí da cana e arranjei o isolamento para eu ir trabalhar. Eu conhecia gente que trabalhava com isolamento e através deles eu consegui arrumar serviço em isolamento. Na cana eu tirava 800, 900 reais. Era muito difícil atingir mil e pouco, mil e duzentos. Na parada era mais pouco ainda, porque era 600, 700.

⁵⁷ Isolamento térmico é um serviço realizado em tubulações, caldeiras, fornos, estufas, câmaras frigoríficas, tanques de armazenagem e equipamentos em geral, para conservar a temperatura, quente ou fria, no interior destes.

Observando os depoimentos, é possível afirmar que, ao mesmo tempo em que a saída do corte da cana é interpretada pelos trabalhadores enquanto resultante de suas iniciativas, existe uma determinação estrutural em última instância. Senão, vejamos. Os trabalhadores, ao decidirem deixar por conta própria o corte manual da cana, tomam essa decisão tendo como base aspectos estruturais como a intensificação da mecanização, que piora as condições de trabalho, a redução dos salários, os abusos cometidos pelas usinas e um mercado de trabalho dinâmico e diversificado, que permite o emprego da força de trabalho em outras atividades. Nesse sentido, entendemos que a intensificação da mecanização do corte da cana acaba por gerar, para a maioria dos trabalhadores, uma dispensa indireta em relação à atividade do corte manual da cana.

3.3 – Mobilidades: trajetórias ocupacionais após o corte manual da cana

Tendo em vista a grande redução de postos no corte manual da cana, procuramos entender para quais ocupações os trabalhadores e as trabalhadoras têm se deslocado. A ideia é traçar alguns caminhos comuns aos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados tendo em vista suas trajetórias, buscando complementar essa análise com os dados obtidos quando da aplicação dos questionários do “Observatório das Migrações em São Paulo: Fases e Faces do Fenômeno Migratório no Estado de São Paulo”.

Como não tivemos possibilidade de realizar a pesquisa também nos locais de origem dos trabalhadores migrantes, as trajetórias ocupacionais consideradas são aquelas inseridas na própria região de Ribeirão Preto. No entanto, devido à tendência de continuidade da insuficiência da agricultura de subsistência de trabalhadores que migram de outros estados, assim como a falta de vagas de emprego nesses locais (CARNEIRO ET AL, 2007) sugerimos que seria possível verificar a continuidade das migrações, mas para outros estados e/ou outras atividades.

Na região de Ribeirão Preto, observamos que as múltiplas trajetórias ocupacionais têm em comum o deslocamento espacial de trabalhadores e trabalhadoras. Sendo assim, a intensificação da mecanização do corte da cana é responsável por gerar uma

nova dinâmica na região. Por um lado, os trabalhadores migrantes, que costumam residir temporariamente em alojamentos ou pensões para o corte manual da cana, deixariam de migrar ao município. De acordo com a Irmã Teresinha, da Pastoral do Migrante de Guariba, dos doze alojamentos existentes na região, nos últimos anos, restaram apenas três.

Por outro, haveria um esvaziamento diário do município devido ao deslocamento de pessoas residentes, naturais ou migrantes, para trabalhar em outros municípios da região. A mobilidade pendular, ou seja, o deslocamento diário de trabalhadores de Barrinha a outros municípios⁵⁸, que já ocorre para os canaviais – a maioria das áreas canavieiras está fora dos limites do município – passaria a ocorrer também para outras lavouras e para o trabalho nas cidades. A frequência dos ônibus que partem da rodoviária de Barrinha para esses municípios é um forte indicativo dessa dinâmica.

Seria possível também observar um deslocamento mais descontínuo, que é a migração temporária de trabalhadores, sobretudo homens, para atuar no setor industrial, principalmente – de acordo com nossos achados de campo – para as atividades de isolamento térmico e soldagem. Os trabalhadores dessas atividades se deslocam durante dias, semanas ou meses, para realizar os serviços em outros municípios, estados e até continentes⁵⁹. Dessa forma, os diversos deslocamentos acabam por reconfigurar os espaços de vida e as experiências vividas por esses trabalhadores. Quanto aos deslocamentos mais longos, por mais tempo e para locais mais distantes, tendem a ser evitados, já que os trabalhadores querem passar mais tempo junto a suas famílias, conforme relataram. A seguir, analisaremos algumas trajetórias ocupacionais.

⁵⁸Sobre a mobilidade pendular de trabalhadores no interior de São Paulo, ver: MACIEL, Lidiane e FA VORETTO, Thaís (2013).

⁵⁹ Rafael, um dos trabalhadores entrevistados, relatou que teve a oportunidade de trabalhar em Moçambique pela empresa em que trabalha com isolamento térmico.

De cortador manual de cana a operador de colhedora

São frequentes as reportagens que destacam a possibilidade de trabalhadores dispensados do corte da cana migrarem para atividades relacionadas ao maquinário agrícola como uma grande melhoria de vida aos trabalhadores. De acordo com Vergínio et al (2013), os cargos criados com o corte mecanizados são os seguintes: operador de colhedora, motorista de caminhão (bate e volta), tratorista (transbordo), caminhão pipa, caminhão oficina, engate e desengate e fiscal.

Observamos que, se em parte é verdade que há condições mais amenas nessas atividades, por outro lado, elas ainda apresentam uma série de problemas em relação à saúde e ao bem estar dos trabalhadores (SCOPINHO ET AL, 1999; VERGÍNIO ET AL, 2013). Principalmente no início da mecanização, as condições eram bem árduas, como revela o depoimento de Francisco:

Francisco: Na época, eu fazia 12 hora de serviço, na época, quando eu entrei, logo que eu entrei. Ai depois foi fazendo 3 turnos, 3 horários, trabalhava em... Que nem você pega cedo até as 15h, das 3hs até as 11 e das 11 até cedo da manhã, só que ai é em 3 pessoa né? Ai cada um faz um horário, eu trabalhei sempre assim com eles.

Entrevistadora: E tinha hora de almoço?

Francisco: Tinha hora de almoço, mas nós não fazia, não tinha mais como, assim, que nem hoje tem: você para num lugar, hoje tem tudo certinho, tem até o lugar para você parar para você comer e você é obrigado, a usina mesmo te obriga a você fazer isso, você tem que parar para fazer hora de almoço.

Entrevistadora: E antes não tinha?

Francisco: Não, a gente parava ali 5-10 minutinho para poder comer, se não nós não aguenta, né, e ia trabalhar de novo...

As condições de trabalho dos operadores de colhedoras apresentaram melhorias relacionadas à jornada de trabalho, com redução de doze para oito horas de trabalho, e tempos de descanso em função da pressão do poder público. No entanto, ainda há usinas que desrespeitam as leis trabalhistas. O salário, se comparado ao dos trabalhadores do corte manual, não é muito superior: o ganho, muitas vezes, também está atrelado à produtividade. Ao mesmo tempo em que as condições de trabalho tendem a melhorar em relação a décadas atrás e em relação ao corte manual da cana, há mais responsabilidade envolvida, por conta da operação correta da máquina.

Em reportagem recente do Valor Econômico, um trabalhador relata preferir o corte manual ao trabalho como operador de colhedora:

Nascido em Lavínia, a 70 quilômetros de Araçatuba, Aparecido Silva, 52 anos, sempre trabalhou em fazendas de gado naquela área do oeste paulista. Com a chegada da cana, o gado migrou e, para Aparecido, não restou alternativa ao facão (...) Há 15 anos é o que ele faz. Na usina onde trabalha (Univalem), todos os anos são abertas turmas de qualificação para operador. Mas Aparecido ficará na operação manual até ela acabar. "Tenho curso de mecânica, fui motorista e tratorista. Mas a cobrança é grande. Se a máquina quebra, a empresa acha que você é o culpado". Ademais, acrescenta ele, o ganho mensal de um cortador (R\$ 1,2 mil, em média) equivale ao de um operador iniciante de máquina (VALOR ECONÔMICO, *Cortador de cana sobrevive à mecanização*, 03/04/2013)

Além da questão da responsabilização dos trabalhadores diante de qualquer dano às máquinas, há outras condições do trabalho de operador de colhedora que fazem com que os trabalhadores adoçam: movimentos repetitivos, postura incorreta, trabalho noturno e em turnos alterados, intensificação do ritmo de trabalho, ausência de pausas, ausência de controle do trabalho, subordinação ao ritmo das máquinas (SCOPINHO ET AL, 1999, p. 157). Em estudo mais recente, Vergínio et al (2013) verificam a continuidade de muitas dessas condições e alerta para a intensificação do controle dos empregadores sobre o trabalho a partir de aparatos tecnológicos. De acordo com os autores:

O ritmo do trabalho, intensificado na colheita manual pelo pagamento por produção, na colheita mecanizada é monitorado e determinado pelos gerentes de produção norteados pelo prisma da produtividade e subsidiados por uma infraestrutura tecnológica e científica (VERGÍNIO ET AL, 2013, p. 9)

Dentre os trabalhadores entrevistados, foi verificado apenas um caso de mobilidade do corte de cana para outra atividade com maquinários. Infelizmente, não foi possível gravar entrevista com o mesmo, mas conversamos brevemente com Fábio, filho de dona Mariana. Ele cortou cana desde criança até 2008, quando foi convidado pela Usina São Francisco para realizar o curso de motorista. Foi promovido a motorista do trator que acompanha a colhedora, que carrega o transbordo onde a máquina deposita a cana cortada, e está aprendendo mecânica por conta da usina. Na entressafra, ele realiza alguns serviços na usina, geralmente com maquinário, e também faz “bicos” de servente de pedreiro.

Segundo Fábio, diante da mecanização, há realocação dos trabalhadores em outras atividades na usina, “que dá oportunidade, oferece curso gratuito àqueles que

demonstram responsabilidade, interesse e proximidade com as tecnologias”. Fábio parecia ser o “bom funcionário”, responsável, colaborativo, interessado, que por isso conseguia as promoções de cargo. Como, na maioria das vezes, são os empregadores que pagam os cursos de maquinário agrícola aos trabalhadores, essa relação se apresenta enquanto central na possibilidade de ascensão a cargos no interior da usina e mesmo na transformação de um contrato por tempo determinado em contrato por tempo indeterminado.

O único operador de colhedora que conhecemos e entrevistamos Francisco, nunca passou pelo corte da cana. No entanto, sua trajetória revela que as relações estabelecidas entre sua família e a dos próprios donos da usina foram fundamentais para já aos dezoito anos de idade tornar-se um operador de colhedora. Seu pai era jardineiro da família, proprietária da usina São Martinho. Devido à relação próxima, conseguiu para o filho, que antes o ajudava na jardinagem, o ingresso direto como operador. Pelo seu relato, Francisco seguiu nesse cargo por décadas devido ao bom trabalho que realizava e por não gostar de “confusão”, de “se meter em questões do sindicato”. Francisco transpõe essa postura obediente, que por vezes implica mesmo no não reconhecimento dos próprios direitos. Ele recorreu à justiça, pois queria deixar o emprego e receber os seus direitos, para poder comprar uma casa, mas não tem clareza das irregularidades trabalhistas às quais foi submetido:

Entrevistadora: O senhor alegou o que na justiça?

Francisco: Nada.

Entrevistadora: Nada?

Francisco: Por fim fiz até um acordo ainda com o advogado e a usina, entendeu? Fiz um acordo ainda, já recebi e tá tudo certo, nem trocamos mais nada, morreu o assunto, porque quando você entra num acordo, né, eles cancela tudo, não deixa ficar tocando.... Fiz um acordo lá com eles, eles acertou comigo: o advogado da usina, o meu também..

Entrevistadora: Foi tranquilo?

Francisco: Ô, ainda comprei minha casa, graças a Deus, não pago aluguel. Porque pagar aluguel é duro, você sabe, né? Não é fácil não, todo mês tem que... e se não paga, você perde a casa, e aí é complicado.

Entrevistadora: E além desse, havia algum problema? Assim, algum problema no trabalho que o senhor poderia reivindicar...

Francisco: Não, comigo nunca teve.

Entrevistadora: Como de horas a mais trabalhadas...

Francisco: Ah, hora teve bastante. Isso aí o advogado recorreu pra mim, certo? Tinha as hora de almoço que eu trabalhava, não fazia, mas não tinha hora de almoço....

Reproduzimos esse trecho do diálogo a fim de mostrar o sentimento ambíguo do trabalhador em relação a “ir à justiça” contra a usina. Ele resolveu processar a usina para conseguir ter a sua casa própria, mas parece não achar que as horas trabalhadas a mais seriam motivo suficiente para tal, só mencionando-as após ser perguntado diretamente. Ele diz que se arrepende, que não devia ter ido a justiça, no entanto, observa a importância de ter a casa própria, o que só foi possível com o dinheiro do acordo.

Apesar de diversos autores apontarem que a redução de cargos no corte manual da cana poderia ser compensada com outros criados a partir da mecanização (RAMOS, 2007; ALVES, 2009; BACCARIN, 2013), a mobilidade de cortadores de cana para esses outros cargos foi pouco verificada entre os sujeitos entrevistados⁶⁰. Atualmente, existem alguns pré-requisitos, como escolaridade e carta de motorista, para que os trabalhadores do corte da cana possam tornar-se operadores de colhedoras ou tratoristas. Diversos trabalhadores revelam a dificuldade, principalmente financeira, de obtenção dessa carta: afirmam que a usina geralmente paga o curso para operar as máquinas, mas não a carteira de motorista, que é exigida para fazer o curso.

Menezes et al (2011) observaram que os cursos são oferecidos no mesmo horário do trabalho na safra, ou, quando noturnos, os trabalhadores migrantes não encontram força e motivação para frequentá-los, de modo sugerem que a ascensão para esses cargos seriam mais observadas entre trabalhadores nativos. Nossos achados de campo corroboram tal sugestão, uma vez que Fábio e Francisco, únicos trabalhadores entrevistados que se encontram em cargos de operadores de máquinas, nasceram na região. Além disso,

⁶⁰De acordo com Nicolini, é possível observar iniciativas de qualificação por parte das usinas, mas *in loco* e apenas a seus funcionários (NICOLINI, 2007). De outro modo, Liboni (LIBONI, 2009) afirma que grande parte das usinas oferece cursos de qualificação de trabalhadores, por vezes em parceria com instituições como SENAR, SENAI, CTC, UNICA, entre outros. No entanto, a autora avalia que as iniciativas desse tipo ainda são insuficientes em relação ao número de trabalhadores dispensados.

quando da aplicação dos questionários, não encontramos entre os sete homens entrevistados qualquer ascensão desse tipo. O único tratorista entre eles havia feito o curso em seu município natal, no Paraná, sendo que não havia trabalhado com o corte manual na lavoura canavieira.

A dificuldade de encontrar trabalhadores, principalmente migrantes temporários, que saíram do corte manual da cana e passaram a cargos criados com a mecanização não seria aleatória. Vergínio et al (2013) afirmam de forma contundente que a usina em que realizaram estudo tem conseguido fazer com que o trabalhador migrante não faça parte do quadro de trabalhadores da colheita mecanizada. De acordo com os autores, o setor sucroalcooleiro, que explorou durante décadas o trabalho de migrantes, estaria se eximindo em relação a qualquer responsabilidade social diante da redução de postos decorrente da mecanização do corte.

Dos canaviais ao interior da usina

Além dos cargos criados com a mecanização, há o trabalho na parte industrial do setor, que pode representar uma trajetória ocupacional ascendente aos trabalhadores do corte manual da cana. Foi o caso já relatado de Wilson, que saiu do corte e ingressou na parte industrial da produção sucroalcooleira:

Imagina uma outra pessoa que trabalha na indústria, eu saí do corte da cana e fui para a indústria na mesma usina, saí da lavoura e fui para a indústria e não tem nada a ver lavoura com indústria, nada a ver. Na indústria, na época que eu saí, a regalia, assim, em vista da lavoura, a regalia é de monte. Tipo o quê, por exemplo? É comidinha quentinha, restaurante, um suquinho gelado, uma área para descanso... não tinha nada disso na época. Tem hoje, esses aí tem umas cadeirinha, eles usam o banheiro móvel deles, mas não tem nada com a usina, nada a ver (...)

É muito estranho, a gente fica meio, fica meio assim, não tem como ficar assim tranquilo, a gente fica meio preocupado, é muito perigoso lá dentro da usina, muito perigoso. Porque lá dentro da fábrica, deu o documento: é bomba, a pessoa tem que saber ler, tem que saber escrever certo, porque tem lugar que a pessoa não pode entrar, tem válvula que a pessoa não pode mexer, tem válvula que a pessoa pode mexer com uma pessoa mais encarregada, porque ela, que é mais experiente, tem noção do perigo, sabe mexer. Mas foi uma outra história, foi uma outra vida na indústria, eu aprendi muita coisa na indústria.

Essa experiência de Wilson, essa ascensão ao interior da usina, dependeu dos anos de estudo realizados junto ao corte de cana, na cidade de Barrinha, assim como da rede social em que estava inserido. Em relação a diferença que cita das condições de trabalho nos canaviais para as condições de trabalho na parte agroindustrial, esta é também observada por Basaldi na análise de indicadores de qualidade de emprego no setor:

Um fato que chama a atenção desde o início é que, praticamente, todos os indicadores selecionados são mais favoráveis aos trabalhadores ocupados na agroindústria *vis-à-vis* os trabalhadores na parte produção agrícola. A maior semelhança está na extensa jornada de trabalho semanal dos trabalhadores, que parece ser uma característica do setor (BASALDI, 2010, p. 106).

Quanto aos anos de estudo, os trabalhadores e trabalhadoras em geral revelaram que há cada vez maior exigência de escolaridade para os mais diversos cargos, inclusive para o corte da cana. No entanto, essa exigência não condiz com uma melhoria salarial. Em recente estudo, Pochmann (2009) observa que há um aumento dos anos de estudo entre os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, no entanto, afirma:

Ao contrário do senso comum, difundido pela teoria do capital humano, não se verificou, até o momento, a presença de relação virtuosa entre aumento de escolaridade e elevação da remuneração. Não obstante a rápida elevação da escolaridade entre os trabalhadores com regime de trabalho celetista no setor sucroalcooleiro, prevaleceu a situação de achatamento salarial (POCHMANN, 2009, p. 132)

Além do estudo, foi importante a Wilson as relações com colegas no interior da usina e sua fama de “bom trabalhador”. No entanto, o fato de ser um bom cortador de cana, ou seja, produtivo e que “não se metia em greve” – como relatou – também foi um entrave para sua passagem à usina. Wilson revela que o fiscal de turma não queria deixá-lo ir para a parte industrial da produção, pois assim perderia um trabalhador produtivo. O fiscal simplesmente negou essa possibilidade:

Não, nem eu nem uns outros amigo meu também, entendeu? Aí eu falei com ele, a gente discutiu, a gente brigou, debateu um com o outro, cabei e falei: “ó, não dá mais, você me dispensa, não dá certo porque eu não quero isso para a minha vida, quero uma coisa melhor para a minha família, tá certo? Você me dispensa se não vou conversar com pessoas mais acima de você que tem competência porque assim não dá certo”. Falei assim para ele, eu conversei com o superior acima dele e ele falou: “pode ficar tranquilo, aguenta um pouco”. Aí foi indo, foi indo ai ele falou: “ó, deu certo, a partir de amanhã em diante você tá na empresa, o fiscal passou lá para acertar”. Hoje em dia ele para e conversa, é isso aí.

É possível observar, pela trajetória de Wilson, que a sua inserção em redes sociais, mantendo bons relacionamentos com pessoas hierarquicamente superiores no trabalho, foi essencial para que ele conseguisse ascender do canavial para a usina. Nesse sentido, tendo em vista o apontamento de Pochmann (2009), se a escolaridade foi um pré-requisito para a ascensão às atividades industriais da usina, a imagem de bom trabalhador junto a pessoas hierarquicamente superiores pode ter sido mais determinante para conquistar de fato o cargo.

Mulheres no campo: trajetórias marcadas por precariedade e desvalorização

Conforme antes observado, as mulheres têm sido alijadas em relação ao corte manual da cana desde os anos 1990, mediante o aumento da produtividade decorrente da intensificação da mecanização e das novas formas de gestão do setor. Nesse contexto, as mulheres são preteridas por serem consideradas menos produtivas. Sendo assim, cabe perguntar: para onde estariam indo as mulheres dispensadas do corte manual da cana?

Pelos relatos, foi possível observar a predominância masculina nos trabalhos com máquinas agrícolas assim como no interior da usina. Entre as entrevistadas, nenhuma chegou a trabalhar na parte industrial ou com maquinários agrícolas. Foi possível observar que as mulheres são destinadas aos trabalhos mais desqualificados, acessórios, de limpeza e arrumação, tornando-se *faxineiras dos canaviais*, termo utilizado por Moraes Silva (2011) para mostrar a feminização e ocultamento das tarefas referentes à limpeza nos canaviais.

Além dessas atividades, elas passam a trabalhar em outras lavouras, onde o ganho é pior, vivendo uma situação constante de insegurança estrutural. A fala de Jéssica é muito representativa dessa insegurança e das múltiplas tarefas a que são levadas – ouvimos isso de quase todas as mulheres entrevistadas: “olha, eu trabalhei.. eu cortei cana, chacoalhei amendoim, eu colhi algodão, cebola, laranja”. Entre as treze mulheres entrevistadas no âmbito da aplicação dos questionários, cinco delas foram ou são atualmente trabalhadoras rurais. Moraes Silva (2011) também observou essa circularidade e rotatividade das mulheres entre diversas culturas agrícolas, com condições muito precárias e ganhos por produção abaixo daqueles dos canaviais.

Do campo à cidade: preponderância do trabalho doméstico e em outros serviços

Além dos cultivos, foi possível encontrar mulheres em outros setores, geralmente em serviços, principalmente de empregada doméstica, mas também operadora de telemarketing e feirante. Todas as mulheres entrevistadas, em algum momento de suas vidas, trabalharam na limpeza e organização da casa de outra família ou empresa. Por ser um emprego que não demanda qualquer formação ou especialização, acaba sendo sempre uma opção para as mulheres, principalmente nas épocas em que se reduzem as possibilidades de empregar a força de trabalho.

Dona Mariana cortou cana durante 26 anos. Ela era uma campeã em produtividade no corte da cana – relatou que aos 13 anos cortava cerca de 12 toneladas de cana por dia. Sua saída dos canaviais se deu em função de problemas de saúde. Deixou a cana porque seu corpo não aguentava mais essa atividade:

Entrevistadora: E a senhora parou por quê?

Mariana: Ah, eu parei porque eu tava cansada, aí eu fui para Ribeirão, agora eu trabalho em Ribeirão.

Entrevistadora: Estava cansada do serviço na roça?

Mariana: Eu não tava aguentando mais. Cansava, né? Eu comecei a trabalhar muito nova, eu não tava aguentando mais, comecei a sentir alergia, tava com coceira doída.

Depois de trabalhar na cana, Mariana passou a trabalhar com limpeza no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, depois babá e, atualmente, com 57 anos de idade, ela trabalha como diarista em Ribeirão Preto, sendo que aos finais de semana vende roupas em uma barraca na feira de Barrinha. Além de se sustentar, ela tem que sustentar seu filho Josias. Ela não recebe aposentadoria, apesar dos anos de trabalho e de sua idade.

Maria também já trabalhou como empregada doméstica, mas esse era um trabalho complementar ao de faxineira da padaria, que tinha a mesma família como dona. Sendo assim, era um trabalho informal, uma *ajudinha*, como ela descreve ao responder como conseguiu o emprego de auxiliar de limpeza no hospital do município:

Então, foi através duma amiga, ela mora aqui atrás, é vizinha que sabia do hospital, porque ela já trabalhava primeiro, né? Aí ela tinha muita dó de mim, que eu tava trabalhando, tinha as criança pequena, aí eu tava trabalhando numa padaria. Arrumei primeiro na padaria, trabalhar de faxineira lá na padaria do

Jabel, pai do Jabel, ai eu fazia faxina lá: limpava, ajudava bastante na casa da dona Zil, e ela me dava o pãozinho e o leite pra eu trazer pras crianças, só que era sem registro, né? Era uma ajudinha. Ai depois eu comecei no hospital ai já comecei a ganhar o salário, ai as coisas já começaram a melhorar.

É interessante notar que há diferenças em relação a como as mulheres enxergam o trabalho de empregada doméstica ou diarista, principalmente em relação à geração. As trabalhadoras com mais de 40 anos de idade, como Mariana, Rosa e Maria não reclamaram da atividade, relatando até relação muito boa com as patroas, como revela Mariana:

É [boa], nossa, mesmo quando tá junto na casa. É melhor, porque tem coisa sempre pra gente comer, né? Trata bem de mais, pergunta se você tá com dor e aí toma um remedinho, é assim! As minhas patroa são boa, viu?

É diferente a visão das trabalhadoras mais jovens, como Gabriela e Jéssica. Ambas, quando questionadas, disseram preferir a roça, relatando que trabalhar em casa de família é muito humilhante. Elas, inclusive, nas diferentes entrevistas, fizeram uso do mesmo exemplo para ilustrar o argumento: “quando a patroa passa o dedo nos móveis para ver se está realmente limpo”. Na fala de Jéssica:

Eu prefiro a roça porque, você trabalhar de empregada, às vezes pega uma patroa chata, exigente, enjoada, estúpida... para aguentar desaforo, eu prefiro ir para a roça.

É possível compreender essa diferença geracional quanto à avaliação do trabalho como empregada doméstica tendo em vista as diferentes épocas em que essas mulheres trabalharam nos canaviais. As mais velhas vivenciaram as condições mais árduas nos canaviais, em relação às condições materiais – transporte, alimentação, segurança – e violações de direitos, com trabalho infantil e jornadas extensivas. Nos últimos anos, tais condições vêm sendo amenizadas com a regulamentação das atividades, em função tanto da mobilização de trabalhadores e sociedade civil como uma atuação mais presente do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego (BASALDI, 2010).

Além do emprego como empregada doméstica, o de teleoperadora é uma atividade que vem crescendo nos últimos anos e que emprega diversas pessoas. É um emprego que não exige muita escolaridade e que apresenta condições de trabalho

degradantes, segundo alguns estudos⁶¹, sendo uma atividade predominantemente reservada às mulheres. Dentre as interlocutoras entrevistadas, apenas uma estava passando por essa experiência, viajando diariamente a Ribeirão Preto para trabalhar como teleoperadora.

Gabriela conta que conseguiu esse trabalho porque havia feito um curso de informática na própria cidade de Barrinha. No entanto, não gosta do emprego e diz preferir a roça. Ela trabalha para uma empresa que faz pedidos de doações. O fato de ter que ligar e falar com uma pessoa desconhecida, sempre pedindo, causa grande desconforto para Gabriela, que não trocaria o sol na cabeça dos canaviais para trabalhar com teleatendimento. No entanto, é a forma de sustento que encontrou após ser recusada para realizar a safra na Usina São Francisco.

Dentre as treze mulheres com as quais aplicamos os questionários, oito estavam trabalhando ou já trabalharam como empregadas domésticas. Em dois casos, a migração ocupacional se deu de trabalhadora rural para empregada doméstica, sendo apenas um caso em que se verificou a migração inversa. Quanto às demais ocupações, encontramos também balconista, garçonne, cabelereira e dona de casa. Em relação à formalização do trabalho, entre as sete mulheres que trabalham de forma remunerada, cinco possuem carteira de trabalho. O salário de todas as entrevistadas não passa de dois salários mínimos, sendo que a maioria ganha até um salário mínimo. Logo, os dados obtidos a partir dos questionários também indicam a predominância de trabalhos que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, marcados pelo recorte de gênero, com baixa remuneração, em geral inferior a dos homens.

Dos canaviais aos canteiros de obras

Enquanto a maioria das mulheres parte para serviços agrícolas e urbanos relacionados às atividades que carregam um viés de gênero – limpeza, organização e comunicação –, os homens são destinados às atividades que demandam grande força física.

⁶¹ BRAGA, Ruy. Infotaylorismo: o trabalho do teleoperador e a degradação da relação de serviço. Revista de Economia Política de las Tecnologías de la información y comunicación, 8(1): 7-19, 2006.

A construção civil, na região de Ribeirão Preto, tem demandado muitos trabalhadores nos últimos anos (FOCO, 2010). Também a parte industrial relacionada à agroindústria canavieira, como atividades de soldador, isolamento térmico, entre outros, tem sido o destino de muitos trabalhadores que deixaram de cortar cana.

Quanto à construção civil, o encarregado do departamento de Recursos Humanos de uma grande empresa de Ribeirão Preto, a Copema, indica que essa atividade já era procurada por trabalhadores da agroindústria canavieira. De acordo com Marcelo⁶², os trabalhadores costumavam sair no final da safra, entre setembro e meados de dezembro, para trabalhar como serventes na construção civil. No entanto, a partir de 2008, os trabalhadores procuram a empresa logo no início do ano, segundo ele, em função da mecanização do corte da cana.

É importante a observação dele em relação à mobilidade espacial e ocupacional desses trabalhadores: Marcelo afirma que mais ou menos 70% dos trabalhadores ficam cerca de um ano trabalhando para a empresa e depois voltam às suas regiões de origem, geralmente municípios do Nordeste. Lá, explica Marcelo, teriam facilidade em conseguir emprego no mesmo setor, com a experiência de trabalho em São Paulo. Quanto à contratação, se dá de forma terceirizada, por meio de empreiteiros que formam turmas e levam das cidades do entorno para as obras em Ribeirão Preto, diariamente. O contrato é realizado por tempo indeterminado, sendo que “se for bom, a Copema contrata diretamente”.

Paulo, que cortou cana também durante muitos anos, diz estar gostando do novo emprego como pedreiro. Ele é contratado por empreita por uma empresa de Ribeirão Preto. Conseguiu esse emprego por meio de um turmeiro de Barrinha. Decidiu sair da cana, pois não estava pagando muito bem. Quando questionado sobre a diferença entre o novo emprego e a lavoura, diz preferir o emprego como pedreiro:

Ah, é porque pelo menos você come bem, lá no refeitório tem um lugar que você põe comida para esquentar, bebedor gelado. Eu acho que a obra é muito melhor, é bem melhor que a lavoura. Para trabalhar no corte de cana, quando a cana tá no

⁶² A entrevista foi realizada em Ribeirão Preto no dia 5 de novembro de 2011.

sol que começa a vaziar aquele... como chama? Aquele mel que pega e fica todo melecado. Você vai almoçar e não dá fome, e aí vai cavando pros pulmão... Não é todo mundo que enfrenta cana, não, só quem tem coragem mesmo. Vê quem trabalha no corte de cana: só nordestino, mineiro, baiano, pernambucano, só isso aí mesmo, os paulista trabalha só em serviço maneiro. Se você vê um paulista trabalhando na construção ou na lavoura, ele é filho de nordestino. Aí trabalha, porque cortar cana hoje em dia... Aí de lá pra cá é só máquina!

No depoimento de Paulo fica explícita, também, a questão da migração. Esse foi um discurso encontrado entre os trabalhadores em geral, de que os paulistas só trabalham em serviços leves, “maneiros”. Paulo possui um terreno em Pernambuco, cuidado pelo irmão, para o qual pretende voltar junto à mulher e o filho e, se for possível – revela que é esse seu sonho – trabalhar como veterinário.

Wilson, que cortava cana e passou a ser trabalhador da parte industrial da usina, não parou por aí. Ele partiu para outra atividade fora da agroindústria canavieira: o emprego de soldador, do qual se orgulha:

Depois eu saí da indústria na Usina Santa Elisa aí eu fui para a metalúrgica e aprendi muita coisa, viajei também da metalúrgica para vários lugares. Viajei para Minas, fui pra Goiás, essa é a experiência minha do dia a dia, entendeu? E eu não gostei não de viajar... Pra ficar mesmo ficava 20 dias, 30 dias. Tinha que ficar até terminar o serviço.

Hoje, não querendo desprezar ninguém, hoje mesmo eu sou soldador, trabalho na metalúrgica em Ribeirão e luto pelos meus amigos, eu falo para eles direto: é o último caso, último caso, voltar e cortar cana, se não dá certo, é o último caso. Agora a minha esposa fala de andar que nem caranguejo: ergue a cabeça e vai em frente, o objetivo é esse. O objetivo é aprender e aprender a querer, não tem outro objetivo, entendeu?

Pelo depoimento de Wilson, não há dúvidas em relação a quanto prefere outras atividades em relação ao corte da cana. No entanto, o fato de ter que passar muito tempo longe da família, dividindo alojamento com diversos trabalhadores, é algo que o perturba, apesar de gostar da atividade de soldador em si, mesmo tendo sofrido abusos de empregadores, como o não pagamento do serviço realizado. Atualmente ele trabalha em uma empresa em Ribeirão Preto, viajando diariamente, sem ter que se deslocar mais durante longos períodos a outros estados.

Rafael deixou a cana pelo isolamento térmico⁶³ em 2009. Além de osalário ser melhor, ele aponta que pode ficar em casa e continua ganhando: como os serviços são temporários, prestados a uma ou outra empresa, há vezes em que não há serviço. A firma em que trabalha o deixa em casa para garantir que, quando houver novo serviço, ele estará à disposição. Perto do trabalho nos canaviais, o serviço de isolamento significou uma melhora significativa para Rafael. No entanto, ele quer continuar “melhorando de vida”, quer um serviço melhor que não o deixe tão afastado de sua mãe, e que possa conciliar com os estudos:

Eu gosto de fazer [o serviço], eu não gosto porque tem que viajar. Não é um serviço cansativo. É ruim que é longe, cê vai para longe, viaja muito no estado de São Paulo, e sempre também pega serviço mais para fora, para outro estado. Já fui para o Paraná, Rio Grande do Sul. Passei seis meses lá.

Quanto aos dados dos questionários, encontramos três trabalhadores que foram trabalhadores rurais e migraram para serviços urbanos: dois deles são atualmente pedreiros enquanto um é guarda/ vigilante. Apesar de a maioria dos relatos desses trabalhadores apresentarem uma avaliação positiva em relação aos novos empregos conquistados após deixarem o corte manual da cana, é importante notar que a passagem entre uma ocupação e outra não se dá sem conflito, e que esses serviços não estão isentos de exploração e abuso de empregadores. A construção civil, por exemplo, tem sido denunciada enquanto atividade em que há significativo número de trabalhadores sob condições análogas a de escravo⁶⁴.

Considerações

Nesse último capítulo da dissertação, procuramos compreender como os trabalhadores e as trabalhadoras que vivenciam as transformações decorrentes da intensificação da mecanização do corte da cana-de-açúcar compreendem esse processo e

⁶³ De acordo com o assessor do prefeito, em entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2012, Barrinha conta com muitas firmas de isolamento que levam os trabalhadores para viajarem por todo o país.

⁶⁴ Ver, por exemplo, reportagem sobre a lista suja, cadastro que inclui empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas a de escravidão. Ver notícia da ONG Repórter Brasil: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/cresce-numero-de-casos-de-trabalho-escravo-urbano-na-lista-suja/>

quais são as suas estratégias nesse contexto. Os achados de campo corroboram o que outros autores já haviam revelado: a mecanização do corte da cana-de-açúcar apresenta impactos diversos em relação aos trabalhadores, principalmente quanto às clivagens de gênero, geração e condição migrante.

Com a mecanização do corte da cana, ocorre simultaneamente a piora das condições de trabalho – seja pelo aumento da produtividade ou pela redução dos trabalhadores a extensões das máquinas – e a redução dos postos de trabalho para o corte da cana, que se dá, sobretudo, pela dispensa indireta dos trabalhadores. Diante desse processo, os trabalhadores se sentem preteridos em relação às colhedoras, pois reconhecem que seu trabalho no corte manual é mais efetivo que o mecanizado, e que eles deveriam ter melhor tratamento por serem, mais que força de trabalho, humanos.

O grupo de trabalhadores migrantes temporários é o mais afetado por esse processo, pois a tendência que se apresenta, com a redução expressiva de cargos no corte manual da cana, é o aumento do número de trabalhadores efetivos contratados pelas usinas, por tempo indeterminado, e a redução dos trabalhadores requisitados apenas para a safra. Quanto às mulheres, antes muito presentes nos canaviais, são preteridas frente aos homens por serem consideradas menos produtivas. Deve-se notar que muitas dessas mulheres são migrantes que se estabeleceram na região, pois as que migram temporariamente com a família, geralmente tem como ocupação o cuidado com a casa e os filhos. O mesmo ocorre com pessoas com idade avançada, pois, com a redução de cargos no corte da cana, as usinas se tornam cada vez mais exigentes em relação à produtividade – os trabalhadores devem ter grande vigor físico para competir com as máquinas, a fim de garantirem seus empregos.

Quanto à mobilidade ocupacional, foi possível notar menos trajetórias ascendentes das mulheres quando comparadas aos homens. No campo, de outra forma, as mulheres passam por situação de insegurança estrutural, circulando entre colheitas de diferentes lavouras, com salários mais baixos e por vezes condições piores que o corte manual da cana. Nos canaviais, são destinadas às tarefas auxiliares, nas quais ganham menos que no corte da cana, e são preteridas em relação ao trabalho com maquinários e no

interior da usina. Na cidade, a maioria das mulheres passa a trabalhar como empregada doméstica, faxineira, diarista e outras ocupações relacionadas ao setor de serviços, muitas vezes, sem serem registradas formalmente.

Em relação à mobilidade ocupacional dos trabalhadores do sexo masculino, foi possível notar que eles podem ascender a cargos na parte industrial do setor ou de maquinários agrícolas. Tal ascensão poderia ser mais verificada entre trabalhadores que vivem na região em relação aos que migram de forma temporária: ao mesmo tempo em que os migrantes temporários são preferidos em relação ao corte manual da cana, são preteridos em relação aos novos cargos criados com a mecanização do corte. Além de empregos no setor, os trabalhadores migraram para ocupações relacionadas à agroindústria canavieira, como isolamento térmico e soldagem. Em relação a outros setores, observamos que a construção civil é o destino comum a muitos deles.

Em relação às mobilidades em geral, observamos que as redes de interdependência e solidariedade construídas entre os trabalhadores e entre estes e representantes da agroindústria canavieira ou outros empregadores foram fundamentais para o processo de mobilidade ocupacional. As trajetórias analisadas indicam a configuração de novas dinâmicas na região de Ribeirão Preto, indicando um deslocamento das ocupações para o meio urbano e o aumento da mobilidade pendular.

Diante do que foi exposto, é possível observar que a mecanização do corte da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que torna os trabalhadores extensões das máquinas, seja no trabalho manual do corte da cana ou como operador de colhedora, é responsável pela intensificação da segmentação do trabalho, marginalizando os trabalhadores de acordo com o gênero, a geração e a condição migrante. Quanto aos trabalhadores migrantes, são afetados especificamente enquanto grupo social, tanto no interior da agroindústria canavieira como em outras ocupações, tal qual ocorreu com os trabalhadores negros dos Sul dos Estados Unidos diante da mecanização da colheita do algodão e posteriormente de atividades na indústria (RIFKIN, 1996).

CONCLUSÕES

O principal objetivo da presente dissertação foi analisar as implicações da mecanização do corte da cana para os trabalhadores agrícolas do setor sucroalcooleiro, tendo como ponto de partida a representação destes acerca do processo em curso. A partir do desenvolvimento da pesquisa, realizada por meio da análise de histórias de vida dos trabalhadores canavieiros, pudemos chegar a algumas conclusões.

Com o intuito de orientar nossos achados, apresentamos algumas perguntas que serviram de referência para o desenvolvimento da pesquisa: De que forma se deu a expansão da agroindústria canavieira paulista? Quais são as dimensões que marcam a migração de trabalhadores de outras regiões aos canaviais paulistas? De que forma se deu a introdução das máquinas colhedoras nos canaviais? Quais os significados da mecanização do corte da cana para os usineiros e para os trabalhadores agrícolas? Quais são os impactos da mecanização sobre as ocupações no setor sucroalcooleiro? De que forma a mecanização afetou e afeta o processo de trabalho no corte manual da cana? Há diferentes consequências relacionadas a gênero, geração e condição migrante? Como os trabalhadores do corte manual da cana entendem o processo de mecanização e suas decorrências? Para onde estão indo os trabalhadores dispensados do corte manual e qual é o significado dessas mobilidades?

No primeiro capítulo, discorremos brevemente sobre o desenvolvimento da agroindústria canavieira paulista. Tendo como principais referências as análises de Ianni (1986), Alves (1991) e Thomaz Jr (2002), compreendemos que a expansão da agroindústria canavieira em São Paulo foi possível mediante grande inversão de recursos público no setor – seja na forma de subsídios, amortização de juros ou perdão de dívidas – e superexploração de homens, mulheres e até crianças nos canaviais. Além disso, observamos que tal expansão foi parte de um processo mais amplo de modernização da agricultura, que acabou por conservar o poder político-econômico da burguesia agrária, não apenas conservando a anterior estrutura agrária como promovendo maior concentração de terra e aprofundando a desigual distribuição de renda no país.

Ao analisar as representações dos trabalhadores de Barrinha-SP sobre esse processo, no segundo capítulo, pudemos perceber algumas dimensões da expansão da agroindústria especificamente na região de Ribeirão Preto. Nesse sentido, é possível apontar as transformações nas condições de vida e trabalho das famílias. Grande parte destas residia nas fazendas, trabalhando até meados de 1930 com a produção do café e posteriormente com o cultivo da cana-de-açúcar.

Com base nos relatos e na literatura, observamos que as condições de trabalho eram árduas e o domínio dos usineiros era quase ilimitado, de forma que os trabalhadores não tinham seus direitos garantidos (IANNI, 1986). Nos anos 1960, diante de um contexto de reivindicação de direitos, impulsionado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, muitas famílias foram expulsas das fazendas. A organização familiar de trabalho nos canaviais se modificou, de forma que os membros da família passaram a ser contratados, sobretudo, enquanto trabalhadores individuais, assalariados e temporários (STOLCKE, 1986; MORAES SILVA, 1999).

Além desses trabalhadores, nascidos na região, trabalhadores migrantes interestaduais passaram a ser os principais responsáveis pelo trabalho nos canaviais paulistas. A contratação de trabalhadores migrantes para os canaviais se apresentou não apenas enquanto estratégia dos trabalhadores, em busca de melhores condições de vida, como também de empresários do setor, já que possibilitou maior exploração do trabalho com redução dos salários, postergando inclusive a mecanização do corte da cana (GRAZIANO DA SILVA, 1980; ALVES, 1991).

Foi importante retomar a história de dois migrantes, que representam fluxos migratórios para a região em diferentes épocas e de diferentes locais de origem, para compreender algumas das múltiplas dimensões da migração aos canaviais paulistas. Concluímos que, para a grande maioria dos trabalhadores, a migração se constituiu em parte de um processo mais amplo de proletarianização (MORAES SILVA, 1999; PEREIRA, 2007). No entanto, foi possível encontrar casos em que o assalariamento nos canaviais da região, às vezes por anos seguidos, significava busca pela manutenção de uma condição camponesa no local de origem (MENEZES, 2002; WOORTMAN, 1990; GARCIA JR,

1989). Usamos a palavra “busca” para indicar que esse era o desejo e o plano dos trabalhadores entrevistados, mas não foi possível verificar se tais planos se concretizaram.

Quanto às condições atuais de trabalho no corte manual da cana, percebemos que houve mitigação da superexploração mediante mobilizações dos trabalhadores por meio de sindicatos, denúncias da sociedade civil e maior intervenção de poder público, principalmente do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho. Nesse sentido, alguns indicadores como formalização, condições de moradia, alimentação, transporte, presença do trabalho infantil, entre outros, apresentaram relativa melhora quando comparados a anos anteriores (BASALDI, 2010; POCHMANN, 2009). No entanto, a superexploração ainda se faz presente nos canaviais nesse início do século XXI, principalmente em função do aumento expressivo da produtividade requerida no corte manual da cana, que dobrou entre as décadas de 1980 e 2000, levando os trabalhadores a sérios problemas de saúde e, em alguns casos, até à morte (MORAES SILVA ET AL, 2006). Observamos que o aumento da produtividade decorre tanto do processo de intensificação da mecanização do corte da cana, como da forma de pagamento por produção e das estratégias patronais de envolvimento e coerção utilizadas amplamente no setor (GUANAIS, 2010).

O processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar foi objeto de análise tendo em vista compreender seus significados. Observamos que a introdução das máquinas colhedoras nos canaviais não visava apenas o aumento da produtividade de forma imediata, mas se constituiu em uma importante forma de rebaixar os salários, assim como em meio de controle das mobilizações dos trabalhadores. Nesse sentido, a mecanização se apresentou enquanto *arma de controle do capital sobre o trabalho*. Compreendemos que a mecanização, apesar de decorrer de fatores diversos, analisados no capítulo primeiro, significou principalmente a maior subordinação dos trabalhadores ao capital, com desvalorização do trabalho destes, que passaram a ter que competir com as máquinas para garantirem seus empregos, aumentando vertiginosamente a produtividade mediante o esgotamento de seus corpos. A desvalorização dos trabalhadores se deu também em função do rebaixamento dos salários, assim como da piora do processo de trabalho no eito e do

descarte, tornando-os supérfluos ao reduzir significativamente os postos de trabalho no corte manual da cana.

Quanto à piora no processo de trabalho, ela foi relatada extensivamente pelos entrevistados. Os piores terrenos e tipos de cana são relegados aos trabalhadores, enquanto às máquinas são destinados terrenos secos, sem declive, limpos, e com canas em pé, que são as melhores para o corte manual e rendem mais aos trabalhadores. Tais achados corroboram os de outros autores (ALVES, 1991; MORAES SILVA, 2011; MENEZES ET AL, 2011). O sentimento de desvalorização se apresentou claramente na fala dos trabalhadores, mostrando por vezes indignação ao serem preteridos em relação às máquinas. O fato de terem que abrir terreno para a máquina, cortando a cana para que esta possa adentrar o eito, e posteriormente terem que refazer parte de seu trabalho, cortando os tocos de cana restantes, apenas agrava esse sentimento de desvalorização. Dessa forma, os trabalhadores passaram a não mais se sentirem centrais no processo de trabalho do corte manual da cana, tornando-se anexos, acessórios, verdadeiros apêndices das máquinas. Essa mesma situação foi observada quanto aos trabalhadores que operam as colhedoras, uma vez que seu trabalho está totalmente subordinado aos movimentos e ritmos da máquina (SCOPINHO ET AL, 1999; VERGÍNIO ET AL, 2013).

Quanto ao descarte de trabalhadores, concluímos que a grande redução de postos de trabalho em função da mecanização do corte da cana acontece principalmente pela não contratação de novos trabalhadores a cada safra, com a intensificação da mecanização a cada ano, assim como pela dispensa indireta de trabalhadores. Foi possível observar que essa redução transcorre mediante clara segmentação do trabalho, com redução expressiva de trabalhadores mais velhos e de mulheres no corte manual da cana, em função da produtividade.

Verificamos que há poucos casos de demissão de trabalhadores do sexo masculino em relação ao corte manual. No entanto, diante da piora das condições de trabalho e do rebaixamento dos salários, que são em grande parte consequências da mecanização, muitos “optam” por deixar o corte manual da cana, empregando-se em outras atividades dentro ou fora da agroindústria canavieira. Também foram verificados casos

graves de “demissão forçada”, ou seja, quando as usinas se utilizaram de diferentes estratégias, como não pagamento de salários e submissão dos trabalhadores a condições irregulares de trabalho, tendo em vista fazer com que estes se demitissem. São formas aviltantes de cortar custos, ficando as usinas isentas de arcar com o pagamento dos direitos trabalhistas decorrentes da demissão.

Observamos que a mecanização, ao reduzir a demanda de trabalhadores para o corte manual da cana, acaba por alterar as relações de contratação, não apenas em função do perfil demandado, relacionado à produtividade, como também em relação às formas de contratação: cresce o número de contratações por tempo indeterminado enquanto há expressiva redução das contratações por tempo determinado, conforme já apontaram alguns autores (POCHMANN, 2009; PEROSA ET AL, 2013).

Quanto às mobilidades ocupacionais, foi possível verificar a importância da construção de redes de interdependência e solidariedade entre os trabalhadores e mesmo entre estes e empregadores para o deslocamento a outras atividades. No caso das mulheres, a maioria das trajetórias observadas, principalmente no campo, significou piora do processo de trabalho e de salários, com trabalhos irregulares, relegando-as a uma situação de insegurança estrutural. Na cidade, predomina o trabalho doméstico, que significa para as mulheres mais velhas uma ascensão em relação aos trabalhos nos canaviais em função das condições descritas como mais amenas e de melhores ganhos. Às mais jovens, no entanto, o trabalho doméstico significa piora em relação ao trabalho da roça, principalmente pelas formas de controle das patroas sobre a atividade.

Diferente das trajetórias de mulheres, as trajetórias masculinas se apresentaram, na maior parte das vezes, como ascendentes, tanto em relação às condições de trabalho quanto em relação aos salários. Dentro da agroindústria canavieira, foi verificada a ascensão para o interior da indústria, para trabalhar na fabricação dos derivados da cana, ou com maquinários agrícolas. No entanto, diferente do que grandes jornais veiculam em reportagens, a ascensão de trabalhadores para esses cargos não é tão facilmente verificada, principalmente quanto aos trabalhadores migrantes. Vergínio et al (2013) chegaram inclusive a

afirmar que as usinas procuram excluir trabalhadores migrantes dos novos cargos criados com a mecanização, como o de operador de colhedora.

Nenhum dos trabalhadores entrevistados estava desempregado, não por acaso, uma vez que o tão alarmado desemprego em massa não tem sido verificado na região, muito em função do mercado diversificado e do crescimento de empregos, seguindo uma tendência nacional. De acordo com nossos achados de campo, sugerimos que, com a grande redução dos cargos, que deve ainda aumentar diante dos prazos do Protocolo Agroambiental, seria possível observar novas dinâmicas ocupacionais. Os trabalhadores homens, residentes na região, seriam contratados por tempo indeterminado na própria agroindústria canavieira ou em outros cargos como o de isolamento térmico e soldagem, além da construção civil. As mulheres, residentes na região, estariam se deslocando principalmente para empregos urbanos, com destaque para o trabalho doméstico, ou para aqueles mais precários na agricultura.

Quanto aos trabalhadores que migram de forma temporária, tendo em vista que seria difícil verificar mudanças em relação às condições nos locais de origem, a migração poderia continuar para atividades urbanas na região, principalmente para a construção civil na cidade de Ribeirão Preto, por funcionar por empreitas, ou para atividades sazonais em outras regiões. No entanto, enquanto trabalhadores migrantes, a estes caberiam empregos mais precários, com salários mais baixos e sob piores condições que aos trabalhadores locais de qualquer região. Dessa forma, compreendemos que, apesar de o corte manual da cana-de-açúcar ser um trabalho árduo, as péssimas condições de trabalho decorrem menos da atividade em si e mais de como a exploração é imposta aos trabalhadores, em boa parte, por estarem sob a condição de migrantes.

Finalmente, tendo apresentado nossos principais achados e conclusões, cabe apontar o nosso ponto de vista, como o fazem os demais autores, sobre o que deveria ser feito em relação à redução de postos. Primeiramente, é fundamental compreender as novas dinâmicas e ouvir o que os trabalhadores pensam a respeito desse processo, antes de imputar-lhes soluções. Nesse sentido, partindo da presente pesquisa, percebemos que não é

possível ser contra a mecanização do corte da cana, uma vez que a maquinaria tem o potencial positivo de liberar o trabalho humano de tarefas árduas como essa.

Discordamos, no entanto, de alguns autores, quando defendem unicamente a qualificação de trabalhadores do corte manual para assumirem os novos cargos criados com a mecanização. Pelo que pudemos observar, com os achados de campo e a literatura, esses novos cargos não representam melhorias significativas das condições de trabalho. É preciso pensar, nesse sentido, até que ponto a qualificação não se apresenta mais enquanto uma demanda dos empresários do setor, do que dos próprios trabalhadores. Concordamos, sim, que os trabalhadores devam ter mais acesso à educação, seja escolar ou técnica, mas para assumirem as atividades que, dentro do possível, lhes pareçam melhores. Quanto aos trabalhadores migrantes, a solução ideal seria a reforma agrária e a criação de alternativas de emprego e renda, principalmente em seus municípios de origem, para que possam optar pela permanência, de forma que a migração se apresente apenas como uma opção e não um caminho forçado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado) – IE/UNICAMP, Campinas, 1991.

_____. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, nº 3, set/dez 2006.

_____. “Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e do Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?” In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

_____. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte da cana crua: indo direto ao ponto. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BACCARIN, J. et al. **Boletim ocupação formal no setor sucroalcooleiro em São Paulo. Jaboticabal (SP)**, Número 41, abr. de 2013a. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/#!/departamentos/economia-rural/docentes/jose-giacomo-baccarin/boletim-ocupacao-sucroalcooleira-em-sao-paulo/>

BACCARIN, J.; GEBARA, J. J.; SILVA, B. M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no Estado de São Paulo de 2007 a 2012. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 5, n. 43, p. 19-31 set/out 2013b.

BAENINGER, R. et al. **Polos regionais – São José dos Campos, Sorocaba e Ribeirão Preto Campinas: Núcleo de Estudos de População/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/Instituto de Economia-Unicamp**, 2010.

BARBOSA, V. **Vivendo na desigualdade: Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense**. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, junho de 2008.

BASALDI, O. V. Mercado de trabalho assalariado na cultura da cana-de-açúcar no período 1992-2006. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 91-110, jan./jun. 2010.

BEAUD, S. e WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. Compreender e Pós-escrito. In: **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 693-736.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, 26, p. 83-92, jun, 2006.

BRAGA, R. Infotaylorismo: o trabalho do teleoperador e a degradação da relação de serviço. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la información y comunicación**, 8(1): 7-19, 2006.

CARNEIRO, M. et al. “Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo”. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil 2008**. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2008.

FARIA, L. F. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista**. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2013.

FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOCO. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo. Região Administrativa de Ribeirão Preto. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2010.

FONTES, P. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

GARCIA JR., A. **O Sul - caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, Brasília DF: Editora da UnB, MCT-CNPq, 1989.

GONÇALVES, D. B. **A regulamentação das queimadas e a mudança nos canaviais paulistas**. Dissertação (Mestrado) – IE/UNICAMP. Campinas: 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 1980.

GUANAIS, J. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: 2010.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, n. 74, p.159-196, outubro/ 2010.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOGA-VICENTE, A.; ZULLO JR. J.; AIDAR, T. Evolução da produção da cana-de-açúcar em regiões canavieiras tradicionais e em expansão do Estado de São Paulo. In: BAENINGER, R. et al (2013). **Regiões Canavieiras**. Núcleo de Estudos de População-NEPO/ Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura-CEPAGRI/ Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação-NEPA/Unicamp, 2013.

LIBONI, L. B. **Perfil da mão-de-obra no setor sucroalcooleiro: tendências e perspectivas**. Tese (Doutorado) – USP, São Paulo, 2009.

MACIEL, L.; FAVORETTO, T. M. Migração e pendularidade entre famílias de trabalhadores rurais no interior de São Paulo. In: Processos Migratórios no Estado de São Paulo – Estudos Temáticos. BAENINGER, R. e DEDECCA, C. (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos da População – Nepo/Unicamp, 2013.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista – Dossiê Manifesto Comunista. **Estudos Avançados**, 12 (34), 1998.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro, Volume 2: O processo de reprodução do capital (Capítulo XIII – Maquinaria e grande indústria). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes. Um estudo de famílias de camponeses – migrantes**. RJ: RelumeDumará, JP: Ed. UFPB, 2002.

MENEZES M. A.; SATURNINO, M.; COVER, M. O impacto da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes. **Ideias**, Campinas, v.1, n. 2, p. 59-87, 2011.

MENEZES, M.A.; COVER, M. Alojamentos de trabalhadores migrantes em usinas de cana-de-açúcar: espaço de dominação e resistência. **Illuminuras**, Porto Alegre, v.13, n. 30, p.85-103, jan./jun. 2012.

MINTZ, S. W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

MORAES SILVA, M. A.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. **NEAD**, 2006.

MORAES SILVA, M. A. et al. Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8 p. 74-108, Jul./Dez. 2006

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses maranhenses no corte da cana em São Paulo. **Cadernos CERU**. vol. 19, no. 1, p. 165-180, 2008.

_____. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011.

MORAES, M. Indicadores do Mercado de Trabalho do Sistema Agroindustrial da Cana-de-Açúcar do Brasil. **Est. econ.**, São Paulo, 37(4): 875-902 out-dez 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Procuradoria Regional do Trabalho da 15^a Região. **Boletim informativo**, Ano II, número 13, novembro/ 2008.

NICOLINI, F. **Estratégias de sobrevivência e renda dos cortadores de cana de Barrinha – SP diante do crescente processo de mecanização do corte**. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Franca, 2007.

NOVAES, J. R. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados** [online]. vol.21, n.59, pp. 167-177, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a12v2159.pdf>

_____. Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. **Ruris**. v. 3 n. 1. Campinas: Unicamp/IFCH, 2009.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ O Ornitorrinco**. São Paulo:Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, R. A. D. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho: expressões regionais na década de 2000**. Tese (Doutorado) –UNICAMP, Campinas, 2012.

PEREIRA, J. C. A. “Condição camponesa e migração: caminhos e descaminhos do roçado”. In: NOVAES, J. R. e ALVES, F. (Org.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

PERES, R.G.; BAENINGER, R. Dinâmica populacional nas regiões canavieiras. In: BAENINGER R. et al (2013). **Regiões Canavieiras**. Núcleo de Estudos de População-NEPO/ Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura-CEPAGRI/ Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação-NEPA/Unicamp, 2013.

PEROSA, B.; BELIK, W.; FREDO, C.E. Dinâmica econômica e emprego nas regiões canavieiras do Estado de São Paulo. In: BAENINGER R.et al (2013). **Regiões Canavieiras**. Núcleo de Estudos de População-NEPO/ Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura-CEPAGRI/ Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação-NEPA/Unicamp, 2013.

Plataforma DHESCA. **Desafios dos Direitos Humanos no Brasil e as experiências das relatorias Nacionais em Dhesca** – Informe 2007 – 2009. Curitiba, 2009.

POCHMANN, M. **Força de trabalho e tecnologia no Brasil: uma visão da história com foco atual na produção de cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

RAMOS, P. e SZMRECSÁNYI, T. Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista. **História econômica & história de empresas**. v. 5, n. 1, p. 85-115, 2002. Disponível em: <http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=132&path%5B%5D=160>

RAMOS, P. O futuro da ocupação da agroindústria canavieira do Brasil: uma discussão dos trabalhos disponíveis e um exercício de estimação. **Informações Econômicas**, SP, v.37, n.11, nov. 2007.

_____. O uso de mão-de-obra na lavoura canavieira: da legislação (agrária) do Estado Novo ao trabalho superexplorado na atualidade. **Anais II Seminário de História do Açúcar: Trabalho População e Cotidiano**. Itu, SP, p. 11-15 novembro de 2007. São Paulo: Editora do Museu Paulista da USP, 2007.

RIBEIRO, H. e FICARELLI, T. R. A. Queimadas nos Canaviais e Perspectivas dos Cortadores de Cana-de-açúcar em Macatuba, São Paulo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.1, p.48-63, 2010.

RIFKIN, J. “Cap. 5: Tecnologia e a experiência afro-americana”. In: RIFKIN, J. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

RODRIGUES, V. L.S. “Acidentes Rodoviários com Trabalhadores Volantes na Agricultura”. In: **Boletim da Abra**, vol. 12, nº 03, mai/jun. 1982. Disponível em: <http://www.abrarefaormagrararia.org/index.php/publicacoes/revistas>

RUAS, D. G. G. et al. O deslocamento da agroindústria canavieira para o Oeste do Estado de São Paulo. Trabalho apresentado no **I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro**. Rio Claro/SP - 05 a 07 de outubro de 2010.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. (trad. Ronaldo Cataldo Costa). Porto Alegre: Artmed, 2010.

SANTOS, A. **O moinho satânico do agronegócio no Brasil: dependência e superexploração na região de Ribeirão Preto**. Tese (Doutorado).UNICAMP, Campinas, 2013.

SCOPINHO R. A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do cortada cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n. 1, 1999.

SCOTT, J. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, n. 01, p.10-31, jan/jul. 2002.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

STOLCKE, V. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital** (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, T. et. al. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para Discussão, 32). Disponível em:http://bbeletronica.sede.embrapa.br/bibweb/bbeletronica/2008/texto/sge_texto_32.pdf

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais, os nós da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** (trad. RosauraEichemberg). São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

VEIGA FILHO, A. et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar em São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.24, n.10, out. 1994.

VEIGA FILHO, A. **Mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira da modernização tecnológica na lavoura**. Dissertação de (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

VERGÍNIO, C. J.; ALMEIDA, L. M.Exploração do trabalho na colheita mecanizada da cana-de-açúcar: estudo de caso em um município localizado no município de Ouroeste, Estado de São Paulo. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 5, n. 43, p. 5-18, set/out 2013.

VIAN, C. E. et al. Análise da Expansão da Agroindústria Canavieira no Centro-Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1/3, p 11-38, jan/dez. 2007.

VICHNEWSKI, H. T. **As Indústrias Matarazzo no interior paulista: Arquitetura Fabril e Patrimônio Industrial (1920-1960)**. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas, 2004.

WELCH, C. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924 a 1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p. 35-51, Jan/Jun, 1990.

Artigos jornalísticos:

BATISTA, F. Cortador de cana sobrevive à mecanização. **Valor econômico**. abr. de 2013. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/3070942/cortador-de-cana-sobrevive-mecanizacao#ixzz2PPHUDJCz>

FOLHA ONLINE. Setor sucroalcooleiro lidera ranking de trabalhadores retirados da 'escravidão' no país. **Folha de São Paulo**. 29 abr. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u558087.shtml>

GOIS, C. Lula diz que usineiros estão virando heróis nacionais. **O Globo**, 20 abr. 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207718#ixzz2aGTU3oPT>

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Colheita mecanizada de cana-de-açúcar cresce no Estado de SP – 03 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=228308>

SOUSA, L. BB dá perdão bilionário para usineiros. **Folha de São Paulo**. 12 jan. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1401200702.htm>

WILTEMBURG, L. F. Nas usinas, mecanização da colheita da cana é de 94%, diz representante. **Folha de São Paulo**. Cotidiano, 7 mai. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/05/1274333-nas-usinas-mecanizacao-da-colheita-da-cana-e-de-94-diz-representante.shtml>

WROBLESKI, S. Crescem os casos de escravidão urbana na “lista suja”. **Repórter Brasil**. 02 jan. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/01/cresce-numero-de-casos-de-trabalho-escravo-urbano-na-lista-suja/>

Sites consultados:

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Perfil do setor de açúcar e álcool no Brasil, 2012 e 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.ibge.gov.br

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Informações dos Municípios Paulistas (IMP). Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>

Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA). Protocolo Agroambiental. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanoverde/protocolo-agroambiental/o-protocolo/>

Fundação Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <http://www.inpe.br>